Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira

Entorno de bens tombados em áreas rurais face a processos recentes de ocupação agrária: o caso da Capela da Penha em Riachuelo/SE

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira

Entorno de bens tombados em áreas rurais face a processos recentes de ocupação agrária: o caso da Capela da Penha em Riachuelo/SE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Me. Jurema Kopke Eis Arnaut
Supervisora: Marta Maria da Silva Chagas

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Sergipe, em Aracaju.

O480e Oliveira, Tamyres Fontenele de Freitas.
Entorno de bens tombados em áreas rurais face a processos recentes de ocupação agrária: o caso da Capela da Penha em Riachuelo/SE / Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

130 f.: il.

Orientadora: Jurema Kopke Eis Arnaut

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Engenhos de cana-de-açúcar. 2. Entorno. 3. Patrimônio cultural - proteção 4.Territorialização. 5.Colônia da Penha – Riachuelo (SE). I. Arnaut, Jurema Kopke Eis. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira

Entorno de bens tombados em áreas rurais face a processos recentes de ocupação agrária: o caso da Capela da Penha em Riachuelo/SE.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2014.

Banca examinadora

_____

Professora Me. Jurema Kopke Eis Arnaut (orientadora) – PEP/MP/ IPHAN

_____

Professora Dra. Analucia Thompson – PEP/MP/ IPHAN

_____

Professor Dr. José Simões de Belmont Pessoa – Universidade Federal Fluminense (UFF)

A todos que contribuíram para esta realização,

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, Yvany e Paulo, pela educação, princípios e oportunidades, por todo o apoio e por acreditarem nas minhas escolhas, nos meus sonhos, principalmente, por me mostrarem o melhor caminho. Eu amo vocês. A toda minha família que está acompanhando as minhas dificuldades e sucessos, ajudando a construir a minha trajetória, na qual o meu maior objetivo é ser feliz.

A todos os meus amigos da época da faculdade, que são tão presentes na minha vida, apesar dos diferentes caminhos que tomamos, é lindo ver a nossa amizade sempre viva. À querida Prof.ª Ana Maria, orientadora do meu trabalho de conclusão de curso da faculdade, que nos primeiros meses do mestrado tanto me apoiou e me deu força para continuar. Aos amigos que fiz no Ceci, por todo aprendizado e experiência, pela torcida e incentivo quando ingressei no mestrado.

A todos os meus colegas do mestrado, obrigado pelas conversas tão cheias de fascínio pelo patrimônio, pelas cervejas e risadas. Adorei conhecer todos vocês.

Agradeço em especial às meninas que fizeram e fazem com que meus dias sejam mais alegres: Ana Betânia, Joseane, Lilian, Lorraine, Michelle e Mônica. Eu terei que agradecer sempre por ter conhecido vocês, por terem entrado na minha vida, por serem minhas amigas, por cuidarem de mim e me ajudarem sempre. Vocês me conquistaram. Tenho muito carinho por todas.

Aos professores do PEP que tanto contribuíram na minha formação saibam que eu aprendi e reaprendi com aulas, leituras, trabalhos e discussões. Obrigada pelo conhecimento passado, trocas de experiências, aulas, passeios, interação e conversas de corredor.

A toda equipe da COPEDOC por toda atenção. Agradeço em especial a Adriana, a Lia e a Bia pelo carinho, cuidado, por serem tão prestativas. A Zezé e a todo o pessoal do arquivo, obrigada pela disponibilidade, pela atenção e paciência, sei que demos trabalho a vocês. Ao Felipe e Alberto, muito obrigado pela atenção. Vocês são muito prestativos e me ajudaram nos momentos de desespero das entregas de provas e trabalhos. Vocês arrasaram!

À minha orientadora, tão querida, Jurema Arnaut, obrigada por toda a paciência comigo durante o desenvolvimento desta pesquisa, pela disponibilidade e atenção, pelas conversas produtivas, por acreditar em mim e no tema do meu trabalho. Você é um doce de pessoa e foi maravilhoso conhece-la. Sou muito grata.

A minha supervisora Marta, por acreditar em mim desde quando fui estagiária do IPHAN. Saiba que este momento definiu muitos dos caminhos que sigo hoje. O PEP foi mais uma vivência fantástica nessa instituição. São aprendizados que levo sempre comigo e que foram suficientes para despertar em mim “o amor ao patrimônio”. Eu só tenho a agradecer por toda a confiança e oportunidades, conhecimento passado, conversas e conselhos, por tudo que fez por mim.

A todo o pessoal do IPHAN/SE, obrigada por deixarem os meus dias mais alegres, as minhas tardes com lanchinhos especiais, saibam que as pequenas atitudes fizeram toda a diferença. Agradeço em especial à Professora Terezinha por estar sempre disponível quando precisei. À Andreza pela amizade e por sempre me ajudar em todos os momentos, obrigada pela torcida de sempre. A toda a equipe da divisão técnica por toda a contribuição nos seminários internos e durante a minha produção. Agradeço em especial a Lausanne, Venícia e Eulália por todo apoio sempre, por serem tão prestativas, pela atenção, amizade e carinho.

Aos entrevistados da Colônia Penha, que tanto contribuíram no enriquecimento desta pesquisa, obrigada por disponibilizarem seu tempo e por me receberem tão bem em suas casas. Agradeço em especial ao Everaldo, líder da comunidade, por seu empenho em contribuir para esta pesquisa, pelas reuniões que se dispôs a participar e pela atenção.

À banca examinadora por suas importantes contribuições para os encaminhamentos finais do trabalho aqui apresentado.

A todos que citei e que deixei de citar, que de alguma forma contribuíram para a minha conquista, obrigada pela força, apoio, pelo incentivo e confiança.

“Ao homem não bastam as galerias de pinturas, ele necessita de emoção, do dramatismo que é possível fazer surgir do solo e do céu, das árvores, dos edifícios, dos desníveis e de tudo o que o rodeia, através da arte do relacionamento”. (Gordon Cullen, 2009)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal refletir sobre formas de preservar bens rurais tombados hoje inseridos em contextos diferentes de quando foram implantados. Tem como estudo de caso a Capela do antigo Engenho Penha em Riachuelo/SE, tombada em 1943 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, único remanescente do antigo engenho de açúcar. Embora a Capela hoje se encontre em grave estado de arruinamento, considerou-se que sendo restaurada e novamente utilizada, sua sobrevivência seria possível.

A escolha deste estudo de caso resulta da situação de vizinhança da capela, hoje constituída por um assentamento rural, a Colônia Penha. A análise do caso está embasada em estudos relativos aos aspectos arquitetônicos de capelas e engenhos de açúcar no nordeste (forma, função, partido e espacialidade), à ocupação da região consideradas as políticas agrárias no Estado de Sergipe e, por fim, aos significados atribuídos à capela oitocentista pelos moradores da Colônia.

Os resultados dos estudos apresentados indicam a possibilidade de que a restauração da Capela e delimitação de seu entorno seja uma forma de resgate histórico e de afirmação de identidade coletiva da comunidade rural que conquistou o direito de ocupar a área.

Palavras chave: Engenhos de cana-de-açúcar. Entorno. Patrimônio Cultural – proteção. Territorialização. Colônia Penha – Riachuelo (SE).

ABSTRACT

The main objective of this research paper is, looking for preservation methods of rural properties of historical value, which are nowadays to be found in a situation different to when they were raised. One study is the chapel of the old sugar cane mill in Riachuelo/SE, which was registered as historically valuable in 1943 by The National Historic and Artistic Heritage Institute – IPHAN, its remnants of the old sugar mill. Currently, the chapel is falling into ruins, but after considering a restoration and a reuse of the location, it was concluded, that preservation would be possible.

The choice of this case study results of the situation of the chapels vicinity, which is formed by a rural settlement, Colonia Penha. The example study is based on researches regarding architectural aspects of the chapel and sugar cane mills of North-East Brazil (shape, function, usage and specialty), regional occupancy considered the agriculture-politics of the Federal State of Sergipe and finally, the significance of the 18th century's chapel, given by the residents of Colonia.

The result of this research indicates the possibility, that the restoration of the Chapel and the delimitation of the surrounding area might be an option of historical preservation and an affirmation of collective identity of the rural community, which had to fight for the right of living in this area.

Key words: Sugar Cane Mill. Surroundings. Cultural heritage - protection. Territorialization. Colonia Penha – Riachuelo (SE).

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Área envoltória da Capela da Penha. 21

IMAGEM 2: Fachada frontal/norte, com vista da escadaria e cruzeiro, da Capela do antigo engenho Penha em Riachuelo, 1952. 23

IMAGEM 3: Vista dos retábulos laterais, arco cruzeiro e altar-mor da Capela do antigo engenho Penha em Riachuelo, 1952. 23

IMAGEM 4: Púlpito, tribuna e vista parcial de um retábulo lateral na nave central, 1952. 23

IMAGEM 5: Tribuna da capela-mor, parede revestida com azulejaria portuguesa, 1952. 23

IMAGEM 6: Tribunas na parede lateral direita da Capela do antigo engenho Penha em Riachuelo, 1952. 24

IMAGEM 7: Fachada frontal/norte da Capela do antigo engenho Penha em 1976. 27

IMAGEM 8: Fachada frontal (norte) Capela da Penha restaurada, em 1981. 28

IMAGEM 9: Fachada posterior (sul) da Capela da Penha restaurada, em 1981. 28

IMAGEM 10: Fachada lateral direita (oeste) da Capela da Penha restaurada, 1981. 28

IMAGEM 11: Fachada frontal/norte da Capela da Penha. 32

IMAGEM 12: Fachada lateral direita/oeste da Capela da Penha. 33

IMAGEM 13: Nave central com vista do arco cruzeiro e capela-mor. 33

IMAGEM 14: Capela-Mor. 33

IMAGEM 15: Telhado da Sacristia lateral direita, quase inexistente. 34

IMAGEM 16: Sacristia lateral direita. 34

IMAGEM 17: Corredor lateral esquerdo. 34

IMAGEM 18: Corredor lateral direito. 34

IMAGEM 19: Piso em tijoleira da Nave. 35

IMAGEM 20: Parede lateral direita da nave. 35

IMAGEM 21: Nave central, com vista de parte da parede lateral esquerda. 35

IMAGEM 22: Fragmentos de treliças no corredor lateral direito. 36

IMAGEM 23: Parede lateral direita da Capela-Mor. 36

IMAGEM 24: Capela do Engenho Mundo Novo, em Itaquitinga/PE.....40

IMAGEM 25: Capela do Engenho Tabairé, em Itaquitinga/PE. 40

IMAGEM 26: Capela do Engenho Nossa Senhora do Socorro, em Santa Rita/PB. 41

IMAGEM 27:Vista frontal da Capela do Engenho Patos em São Vicente Ferrer/PE.....41

IMAGEM 28: Vista posterior da Capela do Engenho Patos em São Vicente Ferrer/PE. 41

IMAGEM 29: Capela do Engenho Angústias, em Carpina/PE (século XVIII). 42

IMAGEM 30: Capela do Engenho Boa Vista, em Timbaúba/PE (século XVIII).....42

IMAGEM 31: Capela do Engenho Freixeiras Velha, em Escada/PE.....42

IMAGEM 32: Capela do Engenho Gaipió, em Ipujuca/PE.....43

IMAGEM 33: Fachada frontal da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba.....44

IMAGEM 34: Fachada posterior e lateral da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba.....44

IMAGEM 35: Croqui da planta baixa do pavimento térreo da Igreja da Comandaroba, em Laranjeiras/SE. 45

IMAGEM 36: Croqui da planta baixa do pavimento superior da Igreja da Comandaroba, em Laranjeiras/SE. 45

IMAGEM 37: Fachada frontal da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Divina Pastora, em Divina Pastora/SE.....46

IMAGEM 38: Fachada posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Divina Pastora, em Divina Pastora/SE.....46

IMAGEM 39: Croqui da planta baixa do pavimento térreo da Igreja Matriz de Divina Pastora/SE.....47

IMAGEM 40: Croqui da planta baixa do pavimento superior da Igreja Matriz de Divina Pastora/SE.....47

IMAGEM 41: Capela Tejupeba. 48

IMAGEM 42: Fachada lateral da Capela Tejupeba. 48

IMAGEM 43: Croqui da planta baixa do pavimento térreo da Capela Tejupeba. 48

IMAGEM 44: Croqui da planta baixa do pavimento superior da Capela Tejupeba. 49

IMAGEM 45: Fachada frontal da Capela de Itaperoá.....49

IMAGEM 46: Fachada lateral da Capela de Itaperoá. 50

IMAGEM 47: Croqui da planta baixa do pavimento térreo da Capela de Itaperoá. 50

IMAGEM 48: Croqui da planta baixa do pavimento superior da Capela de Itaperoá. 50

IMAGEM 49: Croqui da planta baixa do pavimento térreo da Capela da Penha. 51

IMAGEM 50: Croqui da planta baixa do pavimento superior da Capela da Penha.....51

IMAGEM 51: Fachada lateral oeste da Capela da Penha. 52

IMAGEM 52: Fachada lateral leste da Capela da Penha. 52

IMAGEM 53: Fachada posterior (sul) da Capela da Penha. 53

IMAGEM 54: Fachadas das Igrejas Tejupeba e Penha, respectivamente.....53

IMAGEM 55: Implantação do Engenho Água Boa, na Bahia, onde atualmente existe apenas a capela. 56

IMAGEM 56: Plano geral de um engenho em Pernambuco, segundo *L. L. Vauthier*. 56

IMAGEM 57: Localização do antigo engenho Penha, do antigo engenho Retiro, do antigo engenho/usina Central, antigo engenho/usina Pedras e Usina São José do Pinheiro. 57

IMAGEM 58: Vista do conjunto do antigo engenho Retiro. 58

IMAGEM 59: Implantação do antigo Engenho Retiro. 58

IMAGEM 60: Vista da Casa de Vivenda e Capela do antigo Engenho/Usina Pedras. 59

IMAGEM 61: Vista das casas dos moradores do antigo Engenho/Usina Pedras. 59

IMAGEM 62: Implantação do antigo Engenho/Usina Pedras. 60

IMAGEM 63: Implantação da Usina Sergipe. 61

IMAGEM 64: No alto, vista da Casa de Vivenda e Capela do antigo Engenho/Usina Sergipe. 61

IMAGEM 65: Vista das moradas dos trabalhadores do antigo Engenho/Usina Sergipe. 61

IMAGEM 66: Usina Pinheiros – vista da fábrica.....62

IMAGEM 67: Usina Pinheiros – vista da edificação “C”, da casa vivenda “D” e capela “E”.62

IMAGEM 68: Croqui de implantação da Usina Pinheiro. 63

IMAGEM 69: Mapa de Sergipe – Leste Sergipano e bacias hidrográficas. 66

IMAGEM 70: Mapa de Sergipe – destaque da Região da Cotinguiba. 66

IMAGEM 71: Área envoltória da Capela da Penha. 77

IMAGEM 72: Perímetro irrigado Jacarecica II. 78

IMAGEM 73: Planta do Projeto de Irrigação Jacarecica II. 79

IMAGEM 74: Colônia Penha / Agrovila – lotes, casas e ruas. 82

IMAGEM 75: Colônia Penha / Agrovila – lotes, casas e ruas. 82

IMAGEM 76: Vista geral da cerca que chega até os limites físicos da Capela da Penha. 83

IMAGEM 77: Vista do dano causado pela cerca que chega até os limites físicos da Capela da Penha. 84

IMAGEM 78: Imagem referente ao projeto do lote 84 do Perímetro Irrigado Jacarecica II. .. 85

IMAGEM 79: Croqui de implantação atual da Capela da Penha e da Agrovila da Colônia Penha. 85

IMAGEM 80: Mapa de identificação dos lotes dos entrevistados. 93

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Engenhos em Sergipe – séculos XVII; XVIII e XIX. 67

TABELA 2: Evolução dos engenhos em Sergipe entre 1838 e 1881. Convenções adotadas pelo autor: (*) o município não foi criado; (**) faltam dados; (***) não havia engenhos. 72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15
A Capela do antigo Engenho Penha: edificação e decadência 20
1.1. Limitações institucionais na conservação da Capela 24
1.2. A Morfologia das capelas rurais em Sergipe 38
1.2.1. O partido da planta da capela 39
1.2.2. A relação espacial entre a Capela e o Engenho 54
A ocupação da Cotinguiba: a Capela da Penha e seus novos vizinhos 64
2.1. A ocupação do território da Cotinguiba 65
2.1.1. As questões agrárias em Sergipe 74
2.2. Os novos vizinhos 77
2.2.1. Visitando a Capela da Penha 83
A Capela da Penha frente às novas apropriações do território 88
3.1. Pesquisa de campo: apropriações contemporâneas da Capela da Penha 91
3.1.1. As Fichas técnicas das entrevistas 94
3.1.2. Análise e interpretação das entrevistas 106
CONSIDERAÇÕES FINAIS 109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 112
GLOSSÁRIO 121
ANEXO 1 125
ANEXO 2 127
ANEXO 3 128

INTRODUÇÃO

Sergipe possui 23 edificações[1] e 2 conjuntos urbanos[2] tombados em nível federal[3] e ainda, 60 bens[4] tombados em nível estadual[5]. Além desses, a capital Aracaju possui 60 bens declarados de interesse cultural, de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município (PDDU)[6].

Muitos desses bens estão inseridos em áreas que, hoje, guardam poucos (às vezes, nenhum) elementos de seus contextos de implantação. No universo de bens tombados federais, a Superintendência do Iphan/SE planejou como uma de suas ações prioritárias o estudo das capelas rurais de antigos engenhos da região da Cotinguiba e seus respectivos entornos, destacadamente: Capela do antigo Engenho Caieira, Capela e Casa do antigo Engenho Retiro, Igreja da Comandaroba, Capela do antigo Engenho Jesus Maria José e Capela do antigo Engenho Penha. A pesquisa desenvolvida surgiu dessa demanda da Superintendência.

Inicialmente, a proposta seria trabalhar com os cinco bens tombados em estudos de delimitação de seus entornos, mas, devido à amplitude da proposta, foi necessário fazer um recorte, visto que cada edificação possui particularidades e a definição de seus entornos exigiria estudos específicos.

A pesquisa voltou-se para o estudo de um único bem tombado, tendo sido escolhida a Capela do antigo Engenho Penha, principalmente, pela especificidade de sua situação atual. A vizinhança da Capela da Penha se constitui hoje em um assentamento rural, a Colônia Penha.

A Capela do antigo Engenho Penha foi tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1943, que tendo lhe atribuído valores históricos e artísticos, decidiu

---

[1] Localização dos bens: 11 em São Cristóvão, 2 em Santo Amaro das Brotas, 1 em Riachuelo, 1 em Nossa Senhora do Socorro, 4 em Laranjeiras, 1 em Tomar do Geru, 1 em Itaporanga d'Ájuda, 1 em Estância e 1 em Divina Pastora.

[2] Centro histórico da cidade de São Cristóvão e da cidade de Laranjeiras.

[3] Informações disponíveis em: http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm. Acesso em 10 de novembro de 2014.

[4] Localização dos bens: 34 em Aracaju, 1 em Cristinápolis, 1 em Carmópolis, 1 em Estância,

[5] Lei nº 2069 de 18 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o patrimônio histórico e artístico de Sergipe e dá outras providências.

[6] Projeto de Lei Complementar de 19 de novembro de 2010: Revisa a Lei Complementar nº 042 de 2000, instituindo o Novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município de Aracaju e dá outras providências. Capítulo IV – Da Política de Patrimônio Cultural.

por sua inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes. Trata-se da única edificação remanescente do antigo engenho que lhe deu origem e que hoje se encontra em estado de arruinamento devido à falta de conservação e ações de vandalismo. A capela está situada às margens da rodovia SE-245, no município de Riachuelo/SE, quase na divisa com o município de Malhador/SE e seu acesso é restrito devido à situação da sua área envoltória, atualmente parcelada em lotes rurais e tomada por vegetação.

Arruinada e sem uso, uma primeira ponderação foi a de que a discussão sobre o entorno dessa capela deveria ser acompanhada, necessariamente, por considerações quanto ao interesse da sua restauração, considerada a possibilidade de novos usos, pois a preservação de um bem tombado não pode ser pensada somente por meio da delimitação da sua área envoltória. Uma obra arquitetônica precisa ser utilizada, mesmo com uso diferente do original, para que sua sobrevivência seja garantida. O arquiteto Cyro Corrêa Lyra (2006, p.56-57) ensina que uma igreja já nasce com sua função predestinada, dada a sua singularidade plástica, e que devido a isso há uma maior dificuldade em consolidar novas relações com usuários e novas adaptações. Apesar disso, restringir a recuperação física desses bens à obrigação legal teria pouca repercussão se nada significassem para as comunidades em seus entornos.

A sobrevivência das capelas de antigos engenhos no nordeste só foi possível por seu uso contínuo. Isso pode ser afirmado porque, apesar de as casas-grandes terem sido construídas com os mesmos materiais das capelas, não resistiram à falta de conservação pelo abandono. Do "quadrilátero rural" (AZEVEDO, 1990, p.95) do engenho Penha – casa, capela, senzala, fábrica –, a capela sobreviveu à decadência enquanto teve uso. Embora, hoje, encontre-se em grave estado de arruinamento, é possível considerar que sendo novamente utilizada, ainda que de modo diferente do original, sua restauração teria efeitos perenes.

Com base nessas considerações iniciais, esta pesquisa teve como objetivo principal buscar responder a pergunta sobre **como preservar bens rurais tombados frente às novas formas de ocupação de seus entornos**. Recortando o caso da Capela, procurou-se compreender o significado deste bem para os moradores da Colônia Penha e, a partir disto, indicar um possível modo de integrar a capela ao novo universo em que hoje se constitui seu entorno. Para tratar as duas questões, a pesquisa foi dividida em três partes que acabaram por orientar os capítulos dessa dissertação.

No primeiro capítulo estudou-se a Capela da Penha, desde sua construção, no final do século XVIII, até sua decadência. Optou-se, inicialmente, por tentar entender a situação de decadência da capela com base no estudo das ações do IPHAN, desde o seu tombamento.

Além disso, procurou-se verificar as medidas adotadas para a preservação da edificação por seus proprietários, considerando o que dispõe o Decreto-Lei nº25 de 1937.

Tendo como perspectiva possíveis ações para a restauração da capela, procurou-se estudar sua tipologia a partir de seus aspectos arquitetônicos: forma, função, partido e espacialidade. Nesse estudo utilizou-se o método comparativo, tendo sido selecionadas para comparação com a Capela da Penha, cinco edificações religiosas localizadas no leste sergipano[7]: a Igreja da Comandaroba (no município de Laranjeiras), a Igreja de Nazaré (no município de São Cristóvão), a Igreja de Tejupeba (no município de Itaporanga D'Ajuda) e a Igreja Matriz de Divina Pastora (município de mesmo nome). Pela impossibilidade de contar com pesquisas arqueológicas no sítio, para estudo da relação espacial entre a capela e as demais edificações que constituíam o antigo Engenho, utilizou-se, mais uma vez, o método comparativo, com exemplos de engenhos situados na região da Cotinguiba e que possuem a capela isolada das demais edificações: o antigo Engenho/Usina Pedras (no município de Maruim), o antigo Engenho Retiro, a antiga Usina Sergipe e a Usina Pinheiros (as três no município de Laranjeiras).

O segundo capítulo desta pesquisa reúne os estudos sobre os novos vizinhos da capela, os moradores da Colônia Penha. Mas, para melhor compreensão da atual situação da área envoltória da capela, este capítulo reúne, ainda, informações sobre a ocupação da região da Cotinguiba, cujo principal vetor foi a exploração da terra como forma de economia rural. Durante as pesquisas para este capítulo, investigou-se também, as políticas e leis que subsidiaram o uso e ocupação da terra na região buscando melhor entender como se deram as discussões acerca da reforma agrária e dos assentamentos rurais em Sergipe.

Esse estudo possibilitou uma melhor compreensão sobre a invisibilidade dos bens tombados nos projetos públicos para a região. Tal situação foi facilitada pelo fato de as capelas que sobreviveram à decadência dos antigos engenhos em Sergipe não contarem com definições do IPHAN sobre os limites das transformações em suas áreas de vizinhança. A ausência de definições do órgão preservacionista somada à perda das funções desses bens, às alterações na forma de ocupação original dos sítios e às novas relações espaciais e sociais das comunidades que os circundam, independentemente de se localizarem em áreas rurais ou nas cidades, pode levar à degradação total desses bens, seja do ponto de vista físico ou simbólico.

Quando iniciamos a pesquisa, esse parecia ser o caso da Capela da Penha. Uma paisagem de entorno completamente modificada, tanto pela decadência do sistema que lhe

[7] Região onde houve maior ocupação de engenhos durante os séculos XVIII, XIX e XX. Esse histórico será abordado no capítulo 2.

deu origem, o engenho de açúcar, como pela radical transformação de uso do sítio, com o assentamento rural. Embora seja possível verificar que o Projeto de loteamento da agrovila da Colônia Penha considerou em seu planejamento a "área pertencente à igreja", na prática, a capela foi esquecida, exceto como limite físico para fixação das cercas demarcatórias dos lotes rurais.

Se a primeira percepção do espaço que envolve a capela levava a acreditar na descaracterização definitiva do bem tombado, o fato de o líder daquele assentamento rural ter procurado o Iphan para solicitar a restauração do imóvel para uso comunitário indicava a possibilidade de ainda existirem vínculos entre comunidade de assentados e capela. Tornou-se indispensável, então, buscar esses vínculos.

Foi essa busca que levou à terceira etapa da pesquisa e resultou no terceiro capítulo desta dissertação. Ele reúne informações e analisa as novas formas de apropriação do sítio no entorno da capela, tanto do ponto de vista físico-geográfico, como social e simbólico. Para o desenvolvimento desse capítulo, utilizou-se como base o conceito de "território", tendo como principal orientação as ideias de Claude Raffesttin e os estudos das autoras Auceia Matos Dourado e Maria Augusta Mundim Vargas.

Visto ter havido uma radical transformação do sítio, onde até meados do século passado ainda existia a estrutura completa do antigo engenho de açúcar, e que a Capela, seu único remanescente, hoje é parte de uma estrutura organizada em lotes rurais de agricultura familiar e lotes empresariais ainda livres de ocupação, interessava compreender quais valores seus novos vizinhos atribuem a ela. Acredita-se que o entendimento sobre essas novas apropriações é condição prévia a qualquer projeto que vise conciliar os interesses de preservação da capela com os da população que conquistou o direito de habitar em suas imediações.

A partir dessa percepção, optou-se por ouvir a comunidade residente nas imediações da Capela da Penha. Para fazê-lo, adotou-se metodologia da pesquisa de campo aplicada por meio de entrevistas, com um questionário semiestruturado, realizado com uma pequena amostragem do grupo. A seleção desse grupo amostral partiu da identificação de subgrupos apontados como mais representativos e neles as pessoas foram escolhidas a partir de critérios subjetivos.

Os estudos apresentados indicam a possibilidade de que a delimitação do entorno da Capela da Penha seja uma forma de resgate histórico e afetivo e de afirmação coletiva da comunidade de assentados ao seu redor. Acredita-se na possibilidade de recuperação do bem tombado, tanto materialmente como simbolicamente, desde que os moradores da Colônia da

Penha sejam envolvidos nas ações de conhecimento e definição do entorno, de restauração e revitalização da capela. A condição para que isso seja possível é a valorização das áreas do assentamento como espaços de referência e identidade tanto quanto a capela tombada.

CAPÍTULO I

A Capela do antigo Engenho Penha: edificação e decadência

A edificação remanescente do Engenho Penha[8] é a Capela de Nossa Senhora da Penha. Desaparecidos os demais elementos do antigo engenho, atualmente, a capela está envolvida por um assentamento rural (Colônia Penha[9]) e por lotes empresariais pertencentes à Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO). Ainda assim, a Capela, situada na cota de nível mais alta do local, se destaca na paisagem, impondo-se às edificações próximas. (imagem 1)



IMAGEM 1: Área envoltória da Capela da Penha.
FONTE: IPHAN/SE, 20/11/2014. Montagem das fotos feita por Tamyres Fontenele, 20/11/2014.

De acordo com o Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba[10] há registro indicando a existência desse engenho no Mapa Topográfico da Província de Sergipe d'El Rey elaborado por Gonnet em 1815. Contudo, o engenho já existia no século XVIII, sendo seu proprietário Ventura Rabelo Leite de Sampaio – o mesmo que solicitou licença à Rainha de Portugal, D. Maria I, para erguer uma igreja no seu engenho, em 1784[11]. De acordo com pesquisa realizada por Kátia Loureiro[12], a construção da Capela só foi iniciada em 1795. Com a morte de Ventura, o Capitão-mor José Matheos da Graça Leite Sampaio, seu sobrinho, herda a propriedade e "recebe as benfeitorias do engenho, da casa de morar, escravos, gado e cavalos e dá continuidade à obra da Capela que, por volta de 1800, foi abençoada e passou a abrigar a celebração de missas". A propriedade continuou na mesma família até 1870, quando o engenho foi comprado pelo Tenente-coronel João Gonçalves Franco que, por sua vez, deu a propriedade como dote de casamento ao seu genro José Baptista Vasconcellos. No século XX, em 1940, engenho e capela passaram a pertencer aos irmãos Leite Franco.

[8] O Engenho Penha será abordado no item 1.2.
[9] A ocupação da área envoltória da Capela da Penha e o assentamento serão abordados no capítulo 2.
[10] IPHAN. Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba. Volume I e II. Aracaju, 2010.
[11] Ver anexo 1: AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Requerimento do licenciado Ventura Rabelo Leite de Sampaio, à Rainha [D. Maria I] pedindo licença para erguer uma igreja no seu engenho da Penha na Capitania de Sergipe d'El Rey. Inventário nº 447, caixa 08, documento nº 33. Sergipe d'El Rey, 22 de janeiro de 1784. Disponível em: <http://siarq.iict.pt/pagman/pman001.asp>. Acesso em 5 de abril de 2013.
[12] LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. Arquitetura Sergipana do Açúcar. Aracaju: Universidade Tiradentes, 1999, p.35.

Foi aos irmãos Leite Franco que o SPHAN, atual IPHAN, enviou a notificação[13] relativa ao tombamento da Capela da Penha nos termos do Decreto-lei nº 25 de 1937[14]. Com a anuência dos proprietários[15], a capela foi tombada em 1943, sendo esse tombamento considerado "voluntário" nos termos do artigo 7º do DL 25/37[16] constando a sua inscrição nos Livros[17] do Tombo Histórico e das Belas Artes. (imagens 2 a 6)

> No Brasil, o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, foi a primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade, criando o instituto do tombamento. Este é um ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído, por meio do Sphan. O tombamento tem como finalidade impor uma delimitação de propriedades, públicas ou privadas, sem, no entanto, promover a desapropriação ou impedir sua alienabilidade. (CHUVA, 2009, p.147)

O tombamento é um ato da administração pública que, além de atribuir valores históricos, arqueológicos, paisagísticos, etnográficos e/ou artísticos a um determinado bem, móvel ou imóvel, estabelece que esse bem, deve ser conservado por seu proprietário. Apesar disso, embora tombada em âmbito federal, a Capela sofreu um longo processo de abandono, que se estende até os dias atuais.

---

[13] SPHAN. Notificação nº497, aos Senhores Irmãos Leite Franco, na data de 15-01-1942, pelo diretor do SPHAN. In: Arquivo Central do IPHAN/RJ, processo nº308-T-42; I.P.H.A.N/D.E.T.; Seção de História.

[14] O Decreto-Lei nº 25 de 1937 "Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", e em seu art.4º, nos itens 2 e 3, respectivamente, determina que "as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica", assim como "as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira (...)" devem ser preservadas. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937.

[15] SPHAN. Aviso de recebimento e Anuência do Tombamento, em resposta à Notificação nº497-A do SPHAN, na data de 3-02-1943, pelos Irmãos Leite Franco. In: Arquivo Central do IPHAN/RJ, processo nº308-T-42; I.P.H.A.N/D.E.T.; Seção de História.

[16] Art. 7º do DL nº 25/37: "Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo".

[17] Livro do Tombo Histórico, volume 1, folha 035, inscrição nº208, em 23 de março de 1943. Livro do Tombo das Belas Artes, volume 1, folha 059, inscrição nº273-A, em 23 de março de 1943.

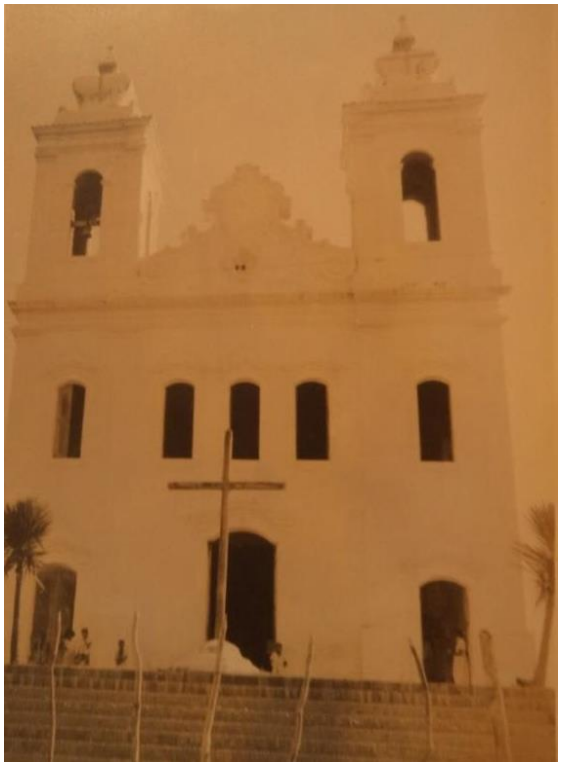


IMAGEM 2: Fachada frontal/norte, com vista da escadaria e cruzeiro, da Capela do antigo engenho Penha em Riachuelo, 1952.
FONTE: IPHAN/RJ – Arquivo Noronha Santos, CX 644 PT03 e 12. Acesso em outubro de 2013.



IMAGEM 3: Vista dos retábulos laterais, arco cruzeiro e altar-mor da Capela do antigo engenho Penha em Riachuelo, 1952.
FONTE: IPHAN/RJ – Arquivo Noronha Santos, CX 644 PT03 e 12. Acesso em outubro de 2013.



IMAGEM 4: Púlpito, tribuna e vista parcial de um retábulo lateral na nave central, 1952.
FONTE: IPHAN/RJ – Arquivo Noronha Santos, CX 644 PT03 e 12. Acesso em outubro de 2013.



IMAGEM 5: Tribuna da capela-mor, parede revestida com azulejaria portuguesa, 1952.
FONTE: IPHAN/RJ – Arquivo Noronha Santos, CX 644 PT03 e 12. Acesso em outubro de 2013.



IMAGEM 6: Tribunas na parede lateral direita da Capela do antigo engenho Penha em Riachuelo, 1952.
FONTE: IPHAN/RJ – Arquivo Noronha Santos, CX 644 PT03 e 12. Acesso em outubro de 2013.

1.1. Limitações institucionais na conservação da Capela

Desde a década de 1920 foram realizadas tentativas de criação de um projeto de lei que salvaguardasse o patrimônio nacional e inserisse "o Brasil num mundo civilizado" (CHUVA, 2003, p.314). Em 1936, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde (1934 a 1945), solicitou a Mario de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, que organizasse um novo projeto de criação de um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.[18]

No mesmo ano, com autorização do Presidente da República Getúlio Vargas, o projeto foi posto em prática, em caráter experimental. Nessa fase, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi indicado para ser o diretor do Serviço e esboçou um anteprojeto de lei federal, concluído três meses depois de instalado o Serviço.[19]

O SPHAN foi criado em 30 de novembro de 1937, com a promulgação do Decreto-Lei nº25. Acompanhado de Carlos Drummond, Mario de Andrade, Lucio Costa, entre outros intelectuais, Rodrigo M. F. de Andrade liderou a "fase heroica do patrimônio", como ficou conhecido o período que compreende a primeira fase da instituição federal de preservação, de 1937 a 1967; anos marcados por uma constante luta, quando não havia

[18] MEC/SPHAN/FNPM. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Publicação nº31: Brasília, 1980, p.12.
[19] *Ibidem*, p.13.

recursos financeiros e humanos suficientes.[20] "Reconhecem todos aqueles que vêm acompanhando a trajetória do órgão que esses primeiros trinta anos destacaram-se pela atividade em favor dos bens culturais isolados, os quais foram estudados, documentados, consolidados e divulgados"[21].

O SPHAN, através do Decreto-Lei nº 8.534 de 2 de janeiro de 1946, passou a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), quando foram instituídos quatro distritos federais: o 1º Distrito, formado por Pernambuco (sede), Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas; o 2º Distrito, formado por Bahia (sede) e Sergipe; o 3º Distrito que correspondia apenas ao estado de Minas Gerais e o 4º Distrito formado por São Paulo (sede), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.[22]

A segunda grande fase da instituição, entre 1967 a 1979, foi liderada por Renato Soeiro. Do ponto de vista estrutural, esse período ficou marcado, principalmente, pela transformação da Diretoria em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (de acordo com o Decreto-Lei nº 66.967) e pela publicação da Portaria 230 de 1976, que aprovou o regimento interno da instituição.[23]

Se antes houve grande destaque para as atividades voltadas em favor dos bens isolados, essa segunda fase priorizou a preservação de conjuntos urbanos, propondo "conciliar a preservação dos valores tradicionais com os desenvolvimentos das regiões" [24]. Para tanto, foi fundamental a criação de um Grupo Interministerial com o objetivo de efetivar os estudos sobre a situação do patrimônio histórico do Nordeste e com o propósito de recuperar econômica e socialmente núcleos históricos tombados. Para tanto foi implantado o Programa das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), voltado exclusivamente para fins turísticos e geração de renda na região.[25]

> Com a finalidade de obter melhor integração entre o ato de preservar e o de utilizar o bem cultural, assim como de evitar que monumentos de reconhecido valor fossem preteridos por outros de menos significância, exigiu-se de cada estado a apresentação prévia do Programa de Restauração e Preservação para o período 1976/79, indicando os monumentos a serem restaurados, o cronograma de execução, os roteiros turísticos recomendados e as fontes de recursos para fazer a face à contrapartida que o programa requeria das instituições estaduais com que trabalhava. O mesmo foi adotado para o biênio de 1980/81. (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p.22)

[20] *Ibidem*, p.17.
[21] *Ibidem*, p.18.
[22] IPHAN. Caderno de Pesquisa e Documentação do IPHAN 5 – Programa de Gestão Documental do IPHAN. In: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3819. Acesso em 18 de novembro de 2014. Rio de Janeiro, 2008, p. 16.
[23] MEC/SPHAN/FNPM, *op. cit.*, 1980, p.19
[24] *Idem*.
[25] MEC/SPHAN/FNPM, *op. cit.*, 1980, p.21-22

Uma nova mudança na estrutura do IPHAN foi definida na Portaria nº230 de 1976. Nela a denominação dos Distritos foi alterada para Diretorias Regionais (DR), tendo sido aumentado o número de quatro distritos para nove diretorias. No que importa a este estudo, o Estado de Sergipe permaneceu vinculado administrativamente à Bahia na 4ª DR do IPHAN com sede na cidade de Salvador.[26]

Em 1979, uma nova alteração estrutural ocorreu com o ingresso de Aloísio S. de Magalhães na presidência do IPHAN, quando foi promovida a fusão do Centro Nacional de Referências Culturais - CNRC, do Programa de Cidades Históricas (PCH) e do IPHAN. No mesmo ano, o Iphan foi transformado na Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, de acordo com a lei 6.757 do mesmo ano foi criada a Fundação Nacional Pró-memória, como órgão operacional dessa Secretaria.

Foi no período de vinculação à Bahia, em 1981, durante vistoria realizada aos bens tombados em Sergipe pela 4ª DR, que foi constatado o estado de conservação precário da Capela da Penha, em Riachuelo/SE, que já apresentava sinais de arruinamento devido à falta de uso e ações de conservação (imagem 7). O diretor da 4ª DR, Ary Guimarães, buscando solução para o problema, enviou[27] ao Coordenador do PCH e ao Diretor da SPHAN, Henrique Oswaldo de Andrade e Augusto Carlos da Silva Telles, respectivamente, o projeto para obras emergenciais da Capela da Penha.

[26] IPHAN, *op. cit.*, 2008, p.17-18.
[27] SPHAN/FNPM. Ofício nº433/nº434. In: arquivo da Superintendência do IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Salvador, 15 de junho de 1981.



IMAGEM 7: Fachada frontal/norte da Capela do antigo engenho Penha em 1976.
FONTE: IPHAN/RJ – Arquivo Noronha Santos, CX 644 PT03 e 12. Acesso em outubro de 2013.

Com base no projeto, a Capela foi restaurada em 1981 e de acordo com o relatório de inspeção[28] de Eduardo Furtado de Simas (arquiteto da 4ªDR da SPHAN), a restauração contou com a recuperação da escadaria externa em tijoleira, substituição do telhado da nave e restauração das esquadrias das fachadas. Segundo Simas, os trabalhos salvaram a Capela do arruinamento. No mesmo relatório o arquiteto informou que "uma pequena comunidade residente nas imediações da Capela [...] cuida do monumento, limpando-o, abrindo sempre as portas etc.". Apesar disso, concluiu que "carece a Capela de ocupação permanente e, sendo isso assegurado, necessitaria de trabalhos de restauração dos assoalhos, pisos do térreo e serviços outros que permitissem uma adequada utilização do imóvel". (imagens 8, 9 e 10)

Trata-se da primeira referência que encontramos sobre a ocupação das imediações da Capela por uma comunidade que não teria qualquer relação com o antigo engenho de açúcar. A informação foi confirmada durante as entrevistas com os moradores da Colônia Penha, que hoje vivem nas imediações da capela, assunto que será abordado no capítulo 3 desta pesquisa.

[28] SPHAN/FNPM. Relatório de inspeção dos monumentos tombados em Sergipe (1984/1985). In: arquivo da Superintendência do IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Salvador, 17 de janeiro de 1984, p.06.



IMAGEM 8: Fachada frontal (norte) Capela da Penha restaurada, em 1981.
FONTE: IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE, acesso em maio de 2013.



IMAGEM 9: Fachada posterior (sul) da Capela da Penha restaurada, em 1981.
FONTE: IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE, acesso em maio de 2013.

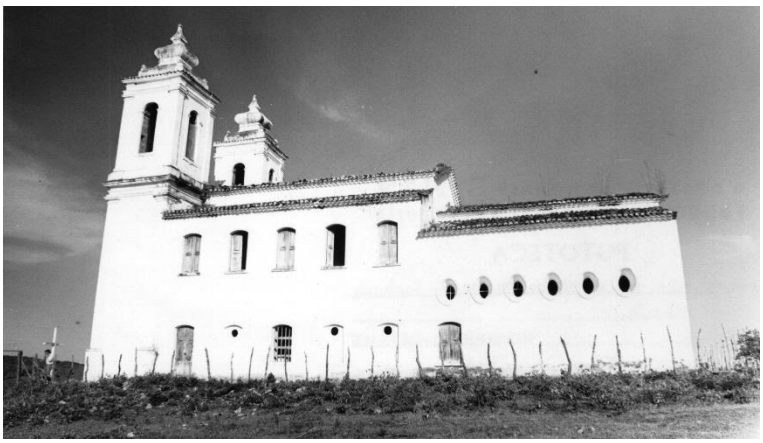


IMAGEM 10: Fachada lateral direita (oeste) da Capela da Penha restaurada, 1981.
FONTE: IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE, acesso em maio de 2013.

Simas finaliza o relatório de inspeção indicando a necessidade de que a SPHAN/FNPM estabeleça uma representação em Sergipe[29], com o objetivo de realizar visitas constantes para que a presença do órgão federal permitisse "o desenvolvimento de uma ação mais eficiente da [5ª] Regional no estado vizinho".[30]

Em 1987, o mesmo arquiteto Eduardo Furtado de Simas juntamente com o, também, arquiteto José Wellington Costa (chefe do escritório técnico em Aracaju/SE) realizaram nova inspeção na Capela da Penha quando constataram "o estado lastimável" em que a mesma se encontrava. Como resultado dessa inspeção, a 5ª DR[31] da SPHAN/FNPM, solicitou que o Sr. Belchior Oliveira, o então proprietário da Capela, tomasse "as seguintes providências preliminares: 1) limpar e remover a vegetação em volta da Igreja; 2) efetuar uma limpeza geral em suas áreas internas".[32] Não foram encontrados documentos sobre o atendimento, pelo proprietário, às recomendações feitas pela SPHAN/FNPM.

Em 1990, com a Lei 8.029 e o Decreto nº 99.240, a SPHAN/FNPM foi extinta, tendo sido criado, com as mesmas funções, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC)[33]. Três anos depois, foi criada a 8ª Coordenação Regional em Sergipe, que ficou responsável pelas ações de preservação nos Estados de Sergipe e Alagoas[34]. Nesse mesmo ano, Simas fez outra inspeção na Capela da Penha tendo encontrado o monumento abandonado, em estado de "semi-ruína". Descreveu no relatório de inspeção algumas ações que precisariam ser iniciadas imediatamente para a preservação do bem cultural: recuperação geral dos telhados, assoalhos, pisos, esquadrias, do acervo artístico – azulejos e altares, escadaria, calçada e limpeza geral interna e externa[35].

Com a Medida Provisória nº 752 de 6 de dezembro de 1994[36], o IBPC, que havia substituído a SPHAN/Pró-Memória, extintas juntamente com outros órgãos públicos em 1990 entre as primeiras medidas do presidente Fernando Collor, foi transformado em IPHAN[37], mas foi somente em 2002 que a Portaria nº 67 alterou a denominação das Coordenações

[29] Somente em 1989 foi criada a 13ª Diretoria Regional do IPHAN em Sergipe, com sede em Aracaju.
[30] SPHAN/FNPM, *op. cit.*, 1984, p.06.
[31] Em 1982, a 4ª DR (Bahia e Sergipe) passou a ser denominada como 5ª DR, devido mudança de jurisdição de alguns estados do nordeste (relativos às 2ª e 3ª Diretorias Regionais em 1976), sendo criada uma nova 4ª DR. (IPHAN, *op. cit.*, 2008, p.17-18).
[32] SPHAN/FNPM. Ofício nº23. In: arquivo da Superintendência do IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 6 de abril de 1987.
[33] IPHAN, *op. cit.*, 2008, p.20-24.
[34] *Idem.*
[35] IBPC. Ficha de Inspeção de Bem Cultural Tombado: Capela da Penha em Riachuelo/SE. Relatado por Eduardo Furtado de Simas em 10 de outubro de 1993. In: arquivo da Superintendência do IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE.
[36] Sendo efetivada com a Lei nº9.649 de 28 de maio de 1998.
[37] CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: História e Contemporaneidade. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

Regionais, na nova estrutura do IPHAN que passou a ser organizado em Superintendências Regionais (SR), ficando Sergipe e Alagoas vinculados à 8ª SR.[38]

Desde a Constituição de 1988, em seu artigo 129, o Ministério Público Federal, dentro de suas funções institucionais, tem o dever de "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos [...]"[39]. Dessa forma, o MPF passou a ser responsável pelo cumprimento da legislação federal, inclusive do Decreto-lei 25/37, e por instituir medidas necessárias que garantam a preservação e a proteção dos bens tombados.

Apesar da fiscalização do MPF, entretanto, não se encontrou registro na Superintendência de Sergipe de que alguma ação em favor da restauração da Capela tenha sido realizada. Seu processo de degradação prossegue até hoje, agravado também por roubos e depredações causadas por vândalos. Ao par disso, as terras da área envoltória da Capela permaneceram sem uso, o que incrementou a ocupação por comunidades sem terras.[40]

Os documentos produzidos pela instituição em resposta às investidas do MPF têm sempre as mesmas justificativas em relação ao estado de conservação precário da Capela da Penha, ao longo dos anos: falta de recursos orçamentários e alegação de que os proprietários deveriam arcar com as despesas, visto não haver comprovação de falta de recursos por parte dos mesmos[41]. Como prevê o DL25/37:

> Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.
> § 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.
> § 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

---

[38] IPHAN, *op. cit.*, 2008, p.20-24.

[39] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35ª ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, art. 129, item III, p.82.

[40] De acordo com os documentos: Ofício GAB/PRR/GGM nº139 de 20 de julho de 2001; Ofício nº137 de 25 de abril de 2008. e Ofício nº170 de 18 de junho de 2004. In: arquivo da Superintendência do IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE.

[41] De acordo com os documentos: Ofício/PR/CJ/SE nº558 de 29 de setembro de 2000; Ofício nº83 de 10 de outubro de 2000; Ofício/PR/CJ/SE nº743 de 28 de novembro de 2000; Ofício nº100 de 29 de novembro de 2000; Ofício nº136 de 19 de maio de 2008 e Ofício GAB/PRR/GGM nº28 de 6 de março de 2001. In: arquivo da Superintendência do IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Além desse, utilizou-se: IPHAN. Processo nº 01504.000585/2010-30, relativo aos projetos executivos [...] da Capela do Engenho Penha, em Riachuelo [...] – Aracaju, 30 de abril de 2010.

> § 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Apesar das determinações desse artigo a incapacidade institucional para aplicação da lei que protege os bens tombados fica evidente neste caso. A possibilidade de desapropriação ou a execução direta das obras de restauração da Capela, a expensas da União, como previsto no §1º do mesmo artigo também não é referida em qualquer um dos documentos pesquisados. Por outro lado, por parte do proprietário não houve solicitação de cancelamento do tombamento como previsto no §2º.

Aparentemente sem qualquer conhecimento da condição de bem tombado da Capela da Penha, o Governo do Estado de Sergipe pelo Decreto 17.044 de 16 de janeiro de 1998, publicado no diário oficial dia 20 de janeiro de 1998, desapropriou a propriedade onde está localizada a Capela, fato que o IPHAN, por sua vez, só teve conhecimento no ano 2000, quando o Sr. Belchior Oliveira, em resposta ao Ministério Público Federal[42], comunicou que "a propriedade onde se situa a Igreja da Penha foi desapropriada, de forma amigável, pela COHIDRO, (...)".

Mais uma vez, houve inobservância do DL25/37, na medida em que a transferência de propriedade deveria ter sido comunicada ao IPHAN, como disposto no artigo 13:

> § 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata êste artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.
> § 3º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Com a mudança de proprietário, a medida adotada pelo MPF, em 2002, foi propor uma parceria entre a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO) e o IPHAN, "visando à *proteção, restauração, preservação e*

[42] OLIVEIRA, Belchior. Comunicado em resposta ao Ofício PR/CJ/SE nº742 de 28 de novembro de 2000. Aracaju, 12 de dezembro de 2000. [O ofício PR/CJ/SE nº742 enviado pelo MPF ao proprietário, de 28 de novembro de 2000, não foi encontrado]. In: arquivo da Superintendência do IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE.

fiscalização da Capela do engenho Penha"[43]. Em 2003, o acordo parecia apontar para algum resultado quando o IPHAN comprometeu-se a produzir um "diagnóstico/prognóstico" do estado de conservação da Capela e a COHIDRO a isolar a área da igreja e limpar seu interior, pois durante vistoria realizada, constatou-se que a capela estava servindo de estábulo e sua área externa como pasto.[44]

O "diagnóstico/prognóstico" da Capela da Penha foi concluído em novembro do mesmo ano, com indicação de que no uso do bem deveria "prevalecer à parte litúrgica, com seus rituais próprios da comunidade local", tendo sido apontado o péssimo estado de conservação da Capela e que todos seus bens móveis e integrados "foram retirados".[45]

Mesmo com a restauração da edificação, realizada em 1981 pelo Iphan, a Capela permaneceu sem uso e manutenção, o que levou à sua decadência, agravada por vandalismo, com furto de elementos de sua estrutura e de todos os seus bens móveis e integrados (imagens 11 e 12).



IMAGEM 11: Fachada frontal/norte da Capela da Penha.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.

[43] De acordo com os documentos: Ofício GAB/PRR/GGM nº137 de 20 de julho de 2001 (grifos originais) e Ofício nº646 de 7 de agosto de 2001. In: arquivo da Superintendência do IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE.

[44] De acordo com os documentos: Ofício GAB/PRR/GGM nº24 de 25 de janeiro de 2002; Ofício GAB/PRR/GGM nº54 de 3 de abril de 2003; Ofício GAB/PRR/GGM nº154 de 4 de julho de 2003; Ofício GAB/PRR/GGM nº180 de 28 de agosto de 2003; Ofício GAB/PRR/GGM nº226 de 26 de setembro de 2003; Ofício nº215 de 8 de abril de 2002; Ofício nº27 de 22 de março de 2001; Ofício nº27 de 9 de abril de 2002 e Ofício nº22 de 8 de abril de 2003. In: arquivo da Superintendência do IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE.

[45] IPHAN-SE/AL. Diagnóstico/Prognóstico – para restauração do Monumento: Capela do Engenho Penha – Zona rural de Riachuelo/SE. 8ª Superintendência Regional do IPHAN - SE/AL, novembro de 2003. In: arquivo da Superintendência do IPHAN/SE – processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE.



IMAGEM 12: Fachada lateral direita/oeste da Capela da Penha.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.

Apesar disso, no interior do bem tombado, ainda é possível encontrar vestígios de elementos importantes de sua arquitetura e dos seus bens móveis e integrados (imagens 13 a 23): partes do forro da capela-mor com pintura artística, pedaços de treliças em madeira pintada, fragmentos dos azulejos que revestiam as paredes, barrotes, telhas, tesouras, caibros, ripas, lápides despedaças (túmulos revirados), fragmentos de elementos como tribunas e púlpitos, entre outros.

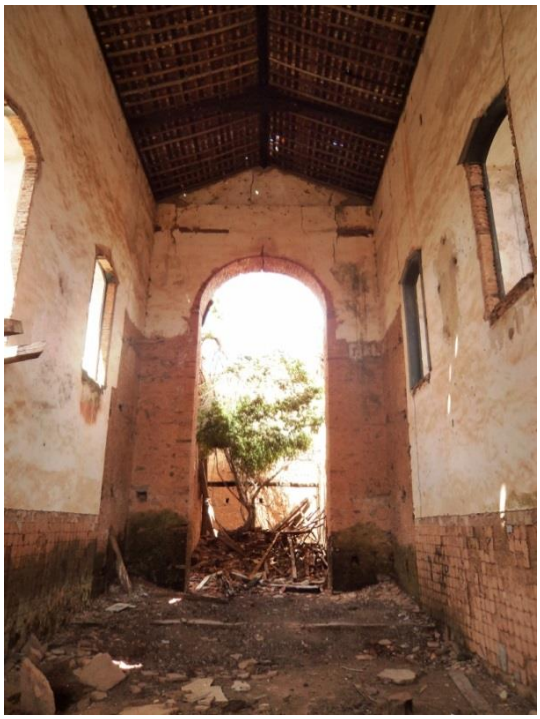


IMAGEM 13: Nave central com vista do arco cruzeiro e capela-mor.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.

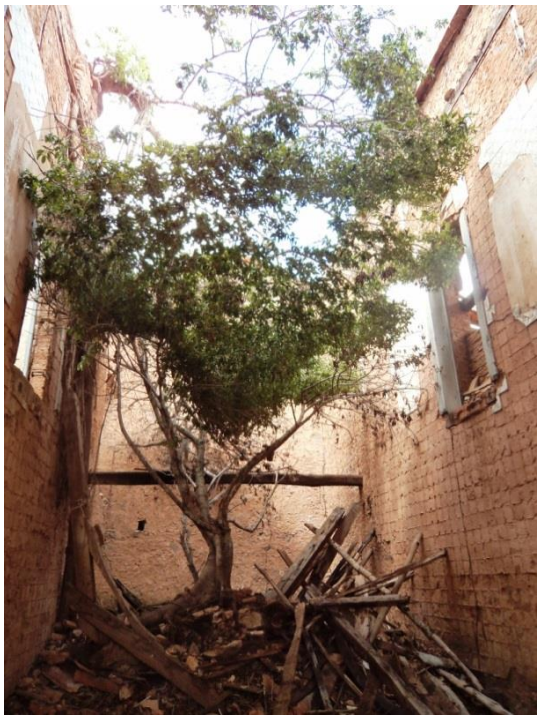


IMAGEM 14: Capela-Mor.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.



IMAGEM 15: Telhado da Sacristia lateral direita, quase inexistente.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.



IMAGEM 16: Sacristia lateral direita.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.



IMAGEM 17: Corredor lateral esquerdo.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.

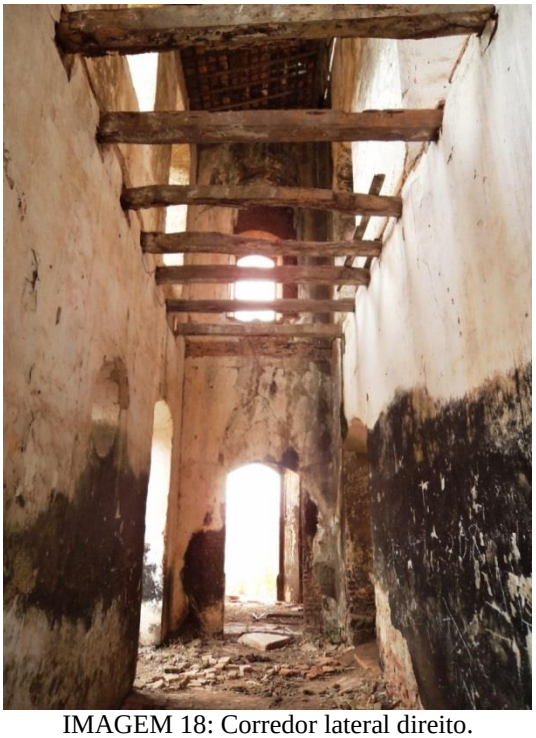


IMAGEM 18: Corredor lateral direito.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.



IMAGEM 19: Piso em tijoleira da Nave.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.



IMAGEM 20: Parede lateral direita da nave.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.



IMAGEM 21: Nave central, com vista de parte da parede lateral esquerda.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.



IMAGEM 22: Fragmentos de treliças no corredor lateral direito.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.



IMAGEM 23: Parede lateral direita da Capela-Mor.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 11 de abril de 2013.

De acordo com informações colhidas durante a pesquisa, a Superintendência do IPHAN em Sergipe[46] iniciou em 2013 novos procedimentos para a restauração da Capela. O Projeto Básico[47] elaborado pela Superintendência esclarece que o objetivo dessa ação seria "(...) conter o processo de arruinamento da edificação histórica a partir da elaboração e execução de projeto de estabilização e reforço estrutural (...)", já que existe grave risco de

[46] A separação das representações do IPHAN em Sergipe e Alagoas só ocorreu em 2004 com a criação da 17ª Superintendência do IPHAN em Alagoas (IPHAN, *op. cit.*, 2008, p.20-24). Hoje, o IPHAN está dividido em 27 Superintendências (estados) e 27 escritórios técnicos (em diversos municípios), com administração central em Brasília e Rio de Janeiro. (IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Informações disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=1020&retorno=paginaIphan>. Acesso em 23 de novembro de 2014).

[47] IPHAN. Projeto Básico: Estabilização e o Reforço Estrutural com Salvaguarda de Vestígios Arqueológicos / Históricos da Capela do Antigo Engenho Penha em Riachuelo/SE. Superintendência do IPHAN em Sergipe, maio de 2014, p.01.

desabamento. O Projeto prevê, ainda, o resgate de elementos originais do bem, "(...) que possuam interesse arqueológico, arquitetônico ou histórico, segundo os métodos e procedimentos de pesquisa arqueológica".[48]

Infere-se, portanto, que não se considera esgotada a possibilidade de restauração da capela, mas, que a Instituição julga possível consolidar as ruínas para paralisar seu processo de decadência física visando uma futura restauração e a reintrodução de uso, original ou não, que possibilite a sua conservação permanente. Para Lyra (2006, p.53),

> A obra arquitetônica, por ser uma arte eminentemente utilitária, necessita ser continuadamente usada para sobreviver. As ruínas, em sua maioria, são testemunhos de edifícios que ficaram ociosos. A readaptação é uma das soluções para preservar a obra de arquitetura de valor cultural, mas ela deve atender à vocação específica da tipologia arquitetônica a que pertence o monumento.

Entretanto, segundo o mesmo autor[49], uma igreja já nasce monumento, com sua função predestinada de "perpetuar de forma explícita a singularidade de sua expressão plástica". Com isso, há maior dificuldade em consolidar novas relações com usuários e de novas adaptações de usos.

Apesar do alerta, como a restauração do bem tombado foi apontada como possível, pode-se considerar a importância de a capela ser recuperada como marco físico e elemento singular na área, seja pela reintrodução de seu uso como capela ou como edifício que abrigue outros usos necessários à comunidade que vive na sua região envoltória.

Se considerado que "cada edificação tem uma história própria e uma relação específica com a comunidade a que pertence"[50], descobrir qual o sentido atual da Capela da Penha no sitio em estudo é condição subsidiária às decisões sobre como e para quem preservá-la. Antes disso, porém, visando uma ação de revalorização da edificação, tornou-se indispensável para a pesquisa a ampliação do conhecimento sobre as capelas rurais no Estado de Sergipe.

---

[48] De acordo com o art. 1º da Carta de Lausanne: "O 'patrimônio arqueológico' compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados".

[49] LYRA, Cyro Corrêa. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. Revista do programa de pós-graduação em artes visuais, EBA, UFRJ, 2006, p.56-57.

[50] Ibidem, p.57.

1.2. A Morfologia das capelas rurais em Sergipe

Para compreender a tipologia das capelas de engenho em Sergipe e a situação desses edifícios no programa desses antigos conjuntos rurais, recorreu-se a autores reconhecidos por tratarem do tema: Geraldo Gomes (1997), Esterzilda Berenstein de Azevedo (1990 e 2009), Germain Bazin (1983). Além desses, também auxiliaram o presente estudo: Sandra Alvim (1999), Vilmar Francisco Mayer (2003) e Maria B. Moura Filha (2008).

Gomes (1997) traz em sua obra, análises e classificações dos engenhos pernambucanos e de suas respectivas edificações. Os estudos do autor relativos ao tema trouxeram grande contribuição para a compreensão do processo evolutivo dos engenhos ao longo dos séculos, principalmente quanto à edificação das capelas, suas forma e composição.

Azevedo (1990 e 2009) aborda o histórico dos engenhos na Bahia, suas tipologias e relações espaciais, a composição e o partido de cada edificação.

Bazin (1983) apresenta a história da arquitetura religiosa no Brasil e descreve seus aspectos morfológicos com variados exemplos, incluindo alguns sergipanos, contribuindo significativamente para este estudo.

De acordo com os conteúdos estudados, optou-se por analisar, inicialmente, a evolução do partido das plantas baixas das capelas rurais, até identificar o adotado na Capela da Penha. Para ilustrar essa evolução, foram utilizados outros exemplos de capelas de engenhos localizados no leste sergipano[51]. Em sequência, para uma melhor compreensão da relação espacial entre a capela e o engenho de açúcar, foi realizada análise comparativa entre as plantas de engenhos em outros estados nordestinos (Bahia e Pernambuco) com exemplos sergipanos localizados na região da Cotinguiba e que ainda possuem capela.

[51] Região onde houve maior ocupação de engenhos durante os séculos XVIII, XIX e XX. Esse histórico será abordado no capítulo 2.

1.2.1. O partido da planta da capela

Mayer (2003, p.148) explica que foi comum nas igrejas rurais brasileiras adotar um modelo de planta com varandas laterais à nave, também encontrado em Portugal, que teria originado uma solução mais evoluída, por exemplo, nas igrejas baianas do século XVII, com "o uso do pórtico ou varanda com arcadas, superposto por tribunas colaterais à nave da igreja". Trata-se de um partido de "transição para as igrejas de nave única com corredores laterais encimados por tribunas construídas na primeira metade do século XVIII". Esse modelo com varandas laterais é frequentemente encontrado "nas igrejas de peregrinação, para servirem de abrigo aos peregrinos".

> A abertura de corredores laterais, seja no primeiro pavimento, sob a forma de varandas, seja no térreo, sob a forma de pórticos, é a sobrevivência de uma disposição surgida no século precedente e que, (...), talvez tenha sido a primeira forma de igreja com corredores. Em duas igrejas de peregrinação, uma construída em Salvador, o Senhor do Bonfim (1740), e outra em Sergipe, no século XIX, a Divina Pastora, essa disposição de pórticos espaçosos ao longo da nave tem como objetivo garantir abrigo aos peregrinos. (BAZIN, 9183, p.164)

Quanto às fachadas das igrejas, "foram se transformando através da sobreposição de 'elementos barrocos', como também da utilização de portadas e janelas com acentuado verticalismo", além disso, acrescentou-se a elas o uso de frontões curvos e torres bulbosas. Algumas igrejas possuíam também uma "composição de aberturas, portadas e torres sublinhadas pelos cunhais e pilastras que definem os três tramos verticais" na fachada.[52]

Na segunda metade do século XVIII, com a chegada do estilo rococó ao Brasil, algumas igrejas passam por reformas tanto exteriores como nos seus interiores. Essas reformas trouxeram um "movimento gracioso na fachada, quer nas sobrevergas das janelas e portas, quer nos frontões, com óculos de formas caprichosas e decorações profusas de estuque, quer no coroamento das torres". Contudo, quase sempre, essas transformações ao longo do século XVIII alteraram apenas os elementos decorativos exteriores e interiores, mantendo-se a "tipologia das plantas, (...), em sua maioria, de nave única com corredores laterais superpostos por tribunas".[53]

---

[52] MAYER, Vilmar Francisco. Aspectos Gerais da Arquitetura Colonial Baiana. Disponível em: http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs. Acesso em 29/05/2014. ARQ texto 3-4, 2003, p.149.
[53] *Ibidem*, p.150.

Gomes[54] esclarece que a classificação tipológica das capelas de antigos engenhos não é feita por seus elementos integrados – apesar de serem importantes para datar a época de construção, mas, sim, por sua forma e composição. Com base nisso, classifica os partidos arquitetônicos das capelas em três grupos.

O primeiro está dividido em três tipos. São todos exemplares do século XVII, com um "programa mais reduzido, essencialmente a nave, capela-mor e a sacristia, contidos em três volumes distintos, sendo o menor para a sacristia, o intermediário para a capela-mor e o maior para a nave".[55]

O primeiro tipo atende às capelas que possuem um programa limitado, formado apenas por capela-mor e nave (imagem 24). No segundo tipo, além da capela-mor e da nave, aparecem a sacristia e o coro. As dimensões das capelas desse tipo são variadas, mas possuem, normalmente, uma relação de superioridade do volume da nave em relação ao da capela-mor (imagem 25). Por fim, o último tipo caracteriza-se pelo acréscimo de "um alpendre com coberta em três águas na fachada principal" (imagem 26).[56]



IMAGEM 24: Capela do Engenho Mundo Novo, em Itaquitinga/PE.
FONTE: Gomes, 1997, p.108.



IMAGEM 25: Capela do Engenho Tabairé, em Itaquitinga/PE.
FONTE: Gomes, 1997, p.108.

[54] GOMES, Geraldo [da Silva]. Engenho e Arquitetura. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997, p.105.
[55] GOMES, *op. cit.*, 1997, p.107.
[56] *Ibidem*, p.111.



IMAGEM 26: Capela do Engenho Nossa Senhora do Socorro, em Santa Rita/PB.
FONTE: Gomes, 1997, p.111.

O segundo grupo é dividido em dois tipos e mantém os mesmos ambientes do grupo I, contudo, nele aparecem as "galerias laterais contíguas e paralelas à nave"[57]. O primeiro tipo caracteriza-se por possuir apenas uma galeria lateral, que tem a função de proteger a escada de acesso ao coro e, eventualmente, ao púlpito (imagem 27 e 28). "O [segundo] tipo é constituído de capelas com duas galerias fechadas, uma de cada lado da nave"[58] (imagem 29 e 30).



IMAGEM 27:Vista frontal da Capela do Engenho Patos em São Vicente Ferrer/PE.
FONTE: Gomes, 1997, p.113.



IMAGEM 28: Vista posterior da Capela do Engenho Patos em São Vicente Ferrer/PE.
FONTE: Gomes, 1997, p.113.

[57] *Ibidem*, p.112.
[58] *Ibidem*, p.114.



IMAGEM 29: Capela do Engenho Angústias, em Carpina/PE (século XVIII).
FONTE: Gomes, 1997, p.114.



IMAGEM 30: Capela do Engenho Boa Vista, em Timbaúba/PE (século XVIII).
FONTE: Gomes, 1997, p.114.

Por fim, o terceiro grupo é formado pelas capelas com três naves sob um mesmo telhado contínuo, sendo essas, exemplares do século XIX – com fachada e interior neoclássico (imagem 31 e 32).[59]



IMAGEM 31: Capela do Engenho Freixeiras Velha, em Escada/PE.
FONTE: Gomes, 1997, p.115.

[59] *Ibidem*, p.115.



IMAGEM 32: Capela do Engenho Gaipió, em Ipujuca/PE.
FONTE: Gomes, 1997, p.116.

As igrejas com galerias laterais resultaram "de uma associação entre as igrejas com alpendres e o partido arquitetônico das igrejas com corredores laterais que se desenvolveu no século XVIII". Trata-se, assim, de uma nova "solução derivada do uso daquele elemento [o alpendre] que teve continuidade quando atendia a questões funcionais".[60]

Com base nos autores citados, analisou-se cinco capelas, situadas no leste sergipano[61]: a Igreja da Comandaroba, a Igreja Matriz de Divina Pastora, a Igreja de Nazaré, a Igreja de Tejupeba e a Capela da Penha, com o propósito de verificar como os tipos classificados se reproduzem na região.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba (imagem 33 e 34) é tombada pelo IPHAN desde 1943. Localiza-se na zona rural de Laranjeiras/SE, mas hoje já urbanizada devido à expansão da cidade. Foi construída em meados do século XVIII (1734) e pertenceu a um antigo engenho de açúcar. A Capela mantém seu uso original, com missas católicas, contudo, atende também a outros usos, como a visitação turística e manifestações religiosas, como a Procissão de Nossa Senhora da Conceição.

Com a finalidade de mostrar a evolução da tipologia das igrejas com alpendre para as igrejas com galerias laterais, Moura (2008, p.8) apresenta a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba como um "exemplar que tem por princípio o uso dos alpendres corridos ao longo da nave". Sua planta possui partido retangular e é composta por

[60] MOURA F., Maria Berthilde. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial: uma miscigenação de formas e fazeres. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. MNEME – Revista de Humanidades. UFRN, Caicó (RN), v. 9, n. 24, setembro/outubro, 2008, p.10-11.

[61] Região de ocupação dos engenhos nos séculos XVIII, XIX e XX. Esse assunto será abordado no capítulo 2, item 2.1.

sacristias, nave, coro, capela-mor, escadaria de acesso ao coro, biblioteca, galerias superiores e alpendre no pavimento térreo (imagem 35 e 36).

> No entanto, neste caso, a solução parece ser resultado de uma evolução deste tipo edificado, uma vez que os alpendres laterais não se encontram mais apenas adoçados às paredes do corpo central da igreja, mas constituem, com este, um volume único. Os alpendres continuam cumprindo a mesma função de ligação entre os diversos compartimentos da edificação e de proteção das escadas de acesso ao púlpito, ao coro e às tribunas situadas sobre os alpendres.
> Em Comandaroba, o alpendre envolve toda a frente e as laterais da nave, abrindo-se ao exterior por meio de arcadas. O acesso a este se dá através das três arcadas centrais da fachada principal, sendo as demais parcialmente vedadas em alvenaria, formando peitoris. (MOURA, 2008, p.8)



IMAGEM 33: Fachada frontal da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba.
FONTE: IPHAN/SE, 2009.



IMAGEM 34: Fachada posterior e lateral da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba.
FONTE: IPHAN/SE, 2009.

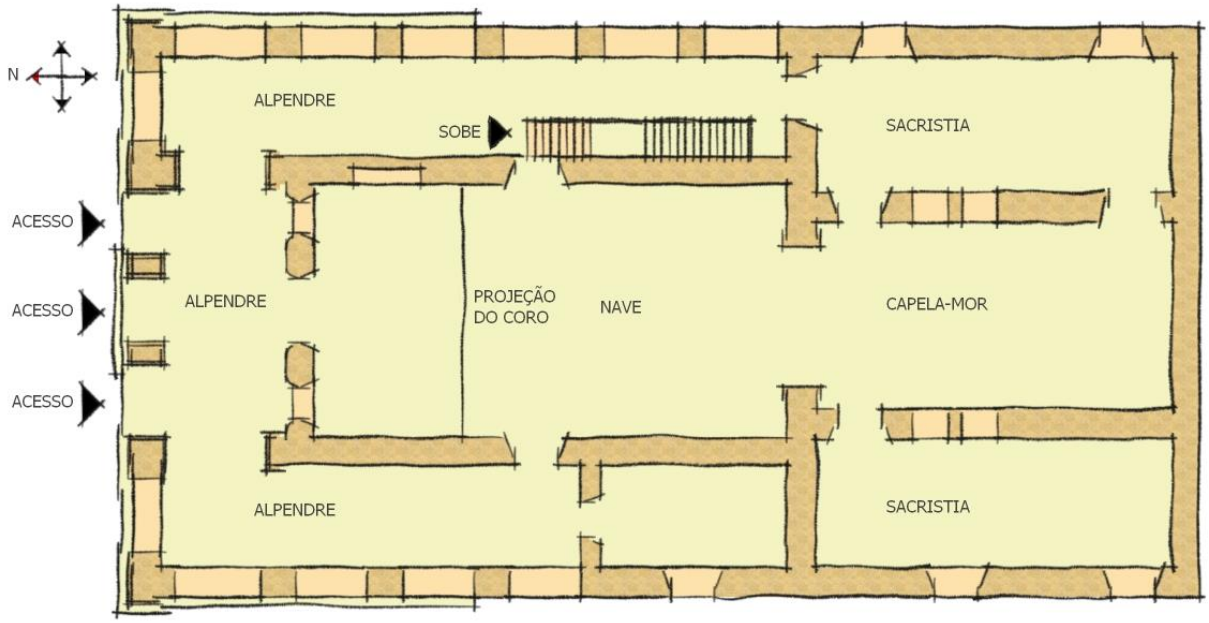


IMAGEM 35: Croqui da planta baixa do pavimento térreo da Igreja da Comandaroba, em Laranjeiras/SE.
FONTE: Arquivo digital cedido ao IPHAN/SE pela empresa Oficina de Projetos Ltda., outubro de 2001. Croqui elaborado por Tamyres Fontenele, 2014.

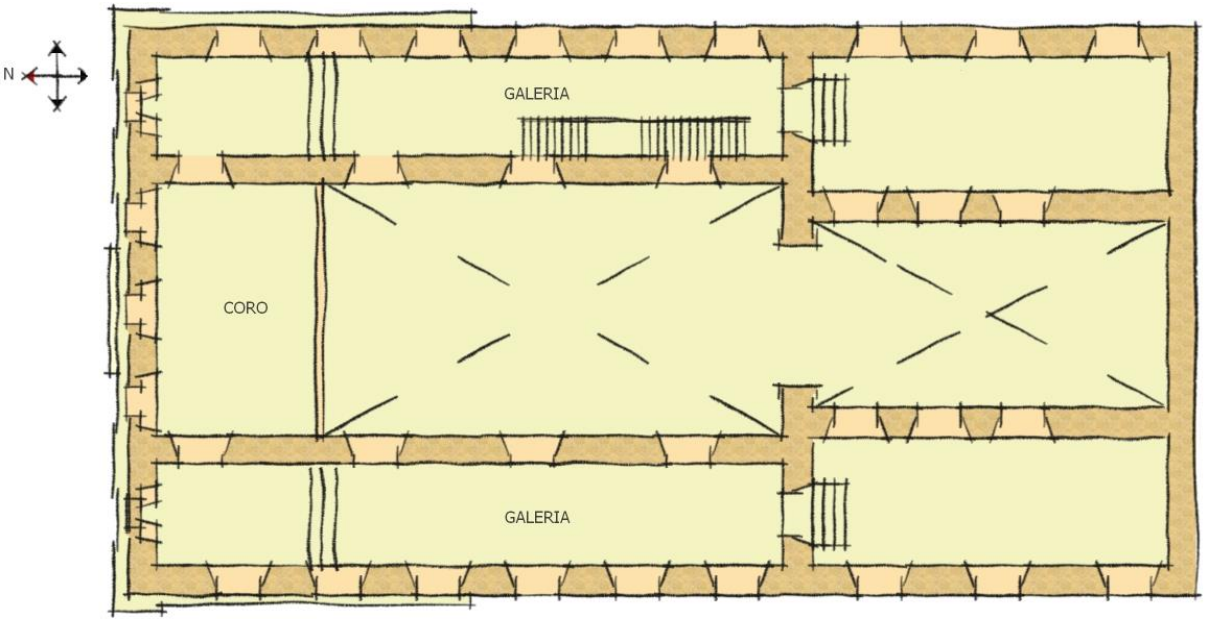


IMAGEM 36: Croqui da planta baixa do pavimento superior da Igreja da Comandaroba, em Laranjeiras/SE.
FONTE: Arquivo digital cedido ao IPHAN/SE pela empresa Oficina de Projetos Ltda., outubro de 2001. Croqui elaborado por Tamyres Fontenele, 2014.

Para uma comparação – do processo de transformação dos alpendres em galerias – com a Igreja da Comandaroba, Moura (2008) identificou em Divina Pastora/SE, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Divina Pastora (imagens 37 e 38), que data do século XIX e foi tombada pelo IPHAN em 1943. A solução adotada nessa igreja "foi associada à sua função de

romaria, no entanto, vai ocorrer também em capelas rurais que faziam parte de antigos engenhos de açúcar"[62].

A igreja é composta por nave, capela-mor, sacristia, corredores laterais com aberturas para o exterior e as escadarias, que dão acesso às torres sineiras, púlpitos e tribunas (imagem 39 e 40). Os espaços laterais configuram-se mais como galerias do que como corredores – sobre as quais estão as tribunas –, por se integrarem ao volume da nave e por possuírem aberturas em arcos, que caracterizam varandas.[63]

> (...) neste caso, a transformação dos corredores em galerias abertas para o exterior, viria cumprir duas funções: favorecer a ventilação do interior do templo, por ser uma região muito árida e ter um espaço de abrigo para um maior número de fiéis, por se tratar de uma igreja de romaria. (MOURA, 2008, p.12)



IMAGEM 37: Fachada frontal da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Divina Pastora, em Divina Pastora/SE.
FONTE: IPHAN/SE, 2013.



IMAGEM 38: Fachada posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Divina Pastora, em Divina Pastora/SE.
FONTE: IPHAN/SE, 2013.

[62] MOURA, *op. cit.*, 2008, p.12.
[63] *Ibidem*, p.11.

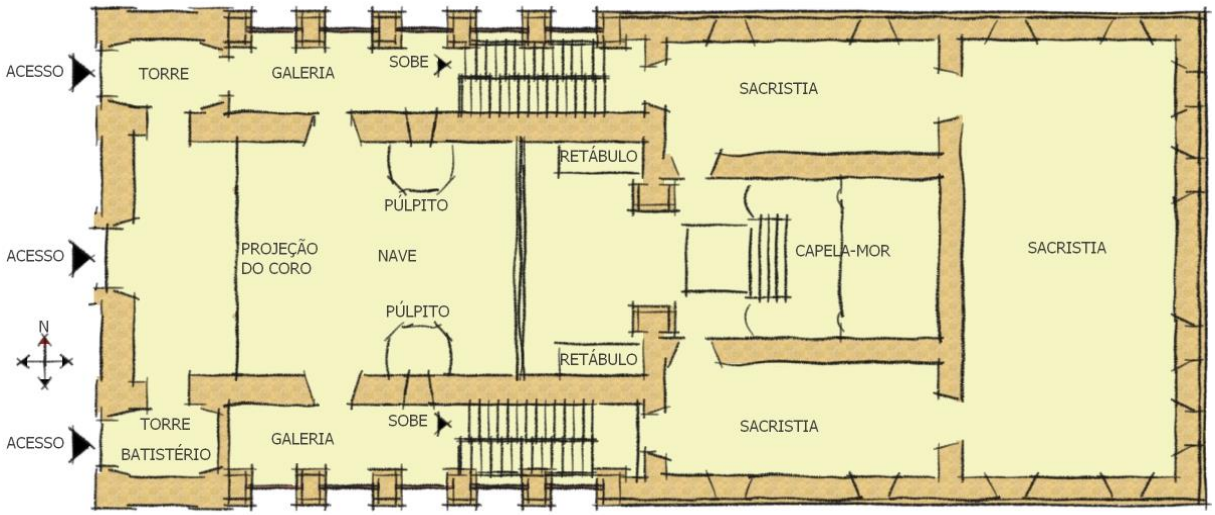


IMAGEM 39: Croqui da planta baixa do pavimento térreo da Igreja Matriz de Divina Pastora/SE.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pela empresa Oficina de Projetos Ltda. (desenho elaborado pela empresa Arabela Rollemberg Arquitetura e Engenharia Ltda. em janeiro de 2005).

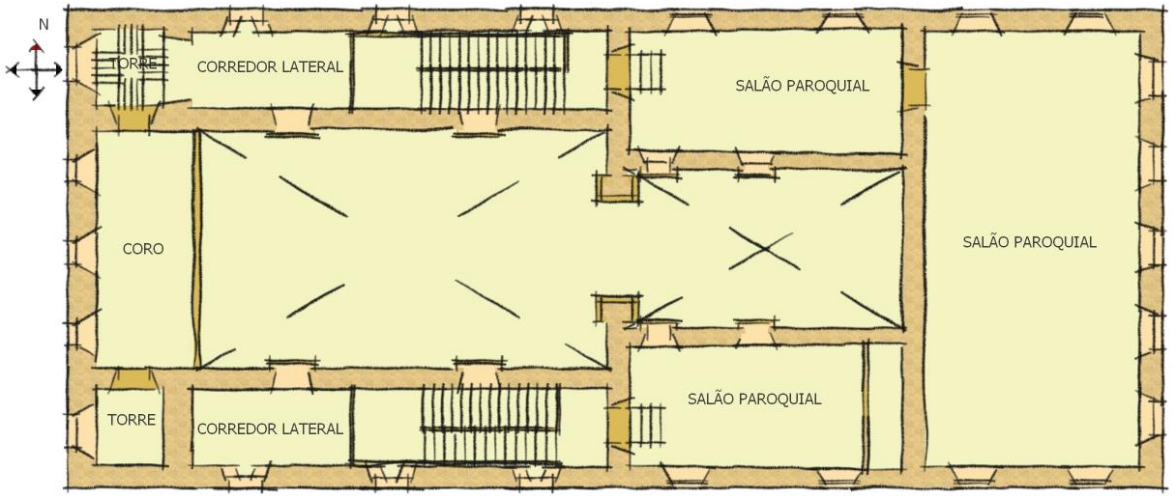


IMAGEM 40: Croqui da planta baixa do pavimento superior da Igreja Matriz de Divina Pastora/SE.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pela empresa Oficina de Projetos Ltda. (desenho elaborado pela empresa Arabela Rollemberg Arquitetura e Engenharia Ltda. em janeiro de 2005).

Outra igreja com "a mesma distribuição espacial identificada na Divina Pastora" (MOURA, 2008, p.12) é a Igreja de Tejupeba, localizada em Itaporanga D'Ajuda/SE. Essa igreja fazia parte do antigo Engenho Colégio, atualmente Fazenda Iolanda, mais conhecida por Tejupeba devido nome de um riacho nas proximidades. O conjunto Tejupeba é formado por uma casa-grande e uma Capela (imagem 41 e 42), tombado pelo IPHAN em 1943. A planta da Capela de Tejupeba possui partido retangular, com sacristias, capela-mor, nave, galerias laterais, coro e torres sineiras (imagem 43 e 44).[64]

[64] IPHAN. Arquivo Noronha Santos. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha =tc_hist .gif&Cod=1951. Acesso em junho de 2014.



IMAGEM 41: Capela Tejupeba.
FONTE: IPHAN/SE, 29/06/2011.



IMAGEM 42: Fachada lateral da Capela Tejupeba.
FONTE: IPHAN/SE, 29/06/2011.

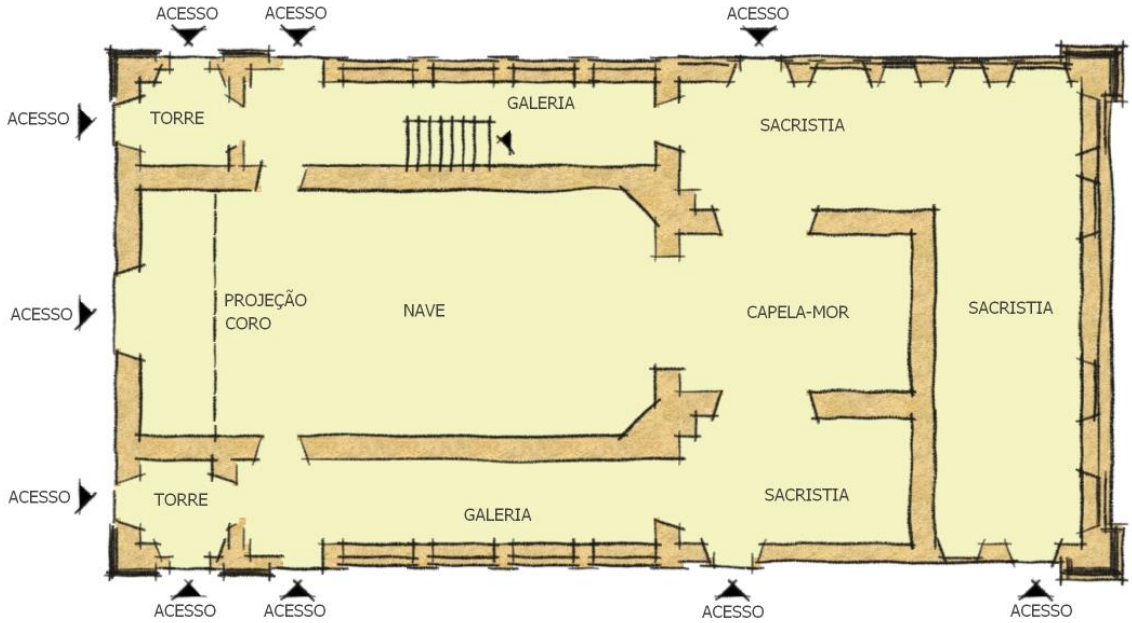


IMAGEM 43: Croqui da planta baixa do pavimento térreo da Capela Tejupeba.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pela empresa Oficina de Projetos Ltda. (desenho de outubro de 2001).

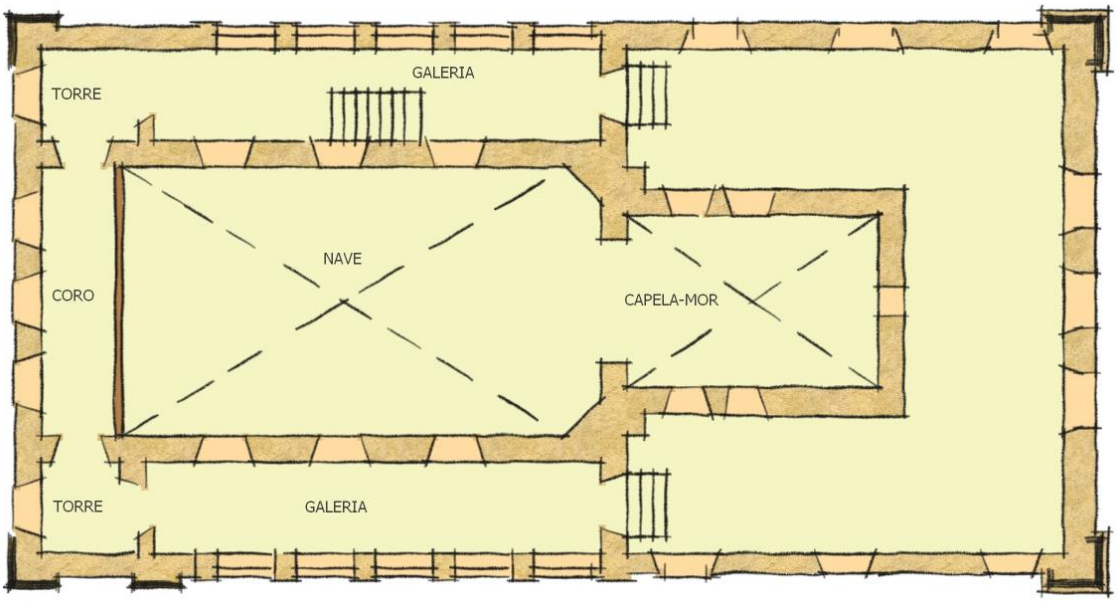


IMAGEM 44: Croqui da planta baixa do pavimento superior da Capela Tejupeba.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pela empresa Oficina de Projetos Ltda. (desenho de outubro de 2001).

Outra capela que se enquadra no mesmo tipo é a Capela de Nossa Senhora de Nazaré, localizada na Fazenda Itaperoá – nome pelo qual é mais conhecida – no município de São Cristóvão/SE. Essa capela possui apenas tombamento estadual, pelo Decreto nº 6.128 de 6 de janeiro de 1984, com inscrição no Livro do Tombo nº01, geral, folha 7. Datada do século XVIII, é o único vestígio que resta do engenho de açúcar. (imagens 45 e 46)

O partido adotado nessa capela rural não foge ao que já foi observado anteriormente, porém ao invés de galerias laterais e alpendres, ela possui corredores laterais, que serviam apenas como ligação de ambientes, com aberturas para o exterior, que muito provavelmente eram vedadas com esquadrias. (imagens 47 e 48)



IMAGEM 45: Fachada frontal da Capela de Itaperoá.
FONTE: IPHAN/SE, maio de 2014.



IMAGEM 46: Fachada lateral da Capela de Itaperoá.
FONTE: IPHAN/SE, maio de 2014.

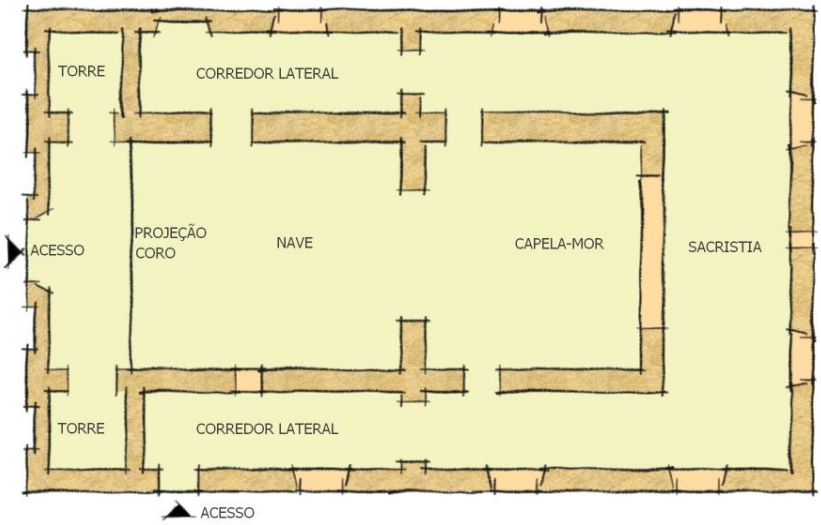


IMAGEM 47: Croqui da planta baixa do pavimento térreo da Capela de Itaperoá.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pela empresa Oficina de Projetos Ltda. (desenho elaborado pela arquiteta Flor-de-Lis Cardoso em outubro de 2001).

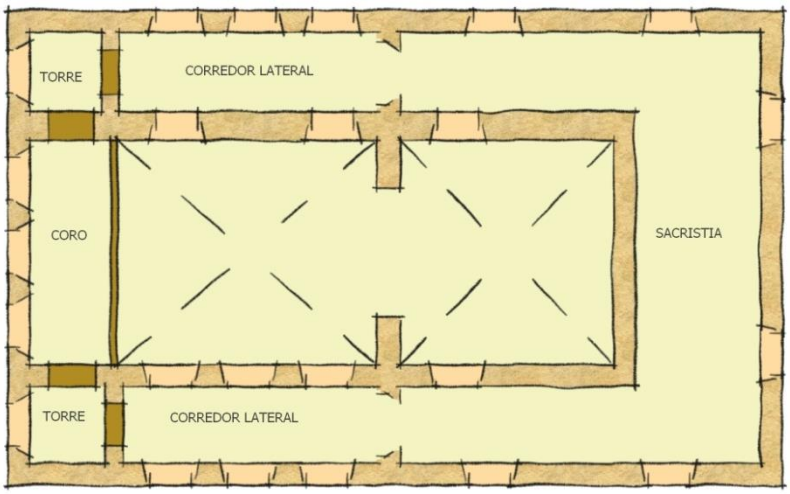


IMAGEM 48: Croqui da planta baixa do pavimento superior da Capela de Itaperoá.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pela empresa Oficina de Projetos Ltda. (desenho elaborado pela arquiteta Flor-de-Lis Cardoso em outubro de 2001).

A Capela da Penha segue o mesmo partido, com corredores laterais à nave central e planta retangular composta por: nave central, capela-mor, sacristias, corredores laterais à nave, com escada de acesso ao coro, ao púlpito e às torres sineiras (imagem 49 e 50).

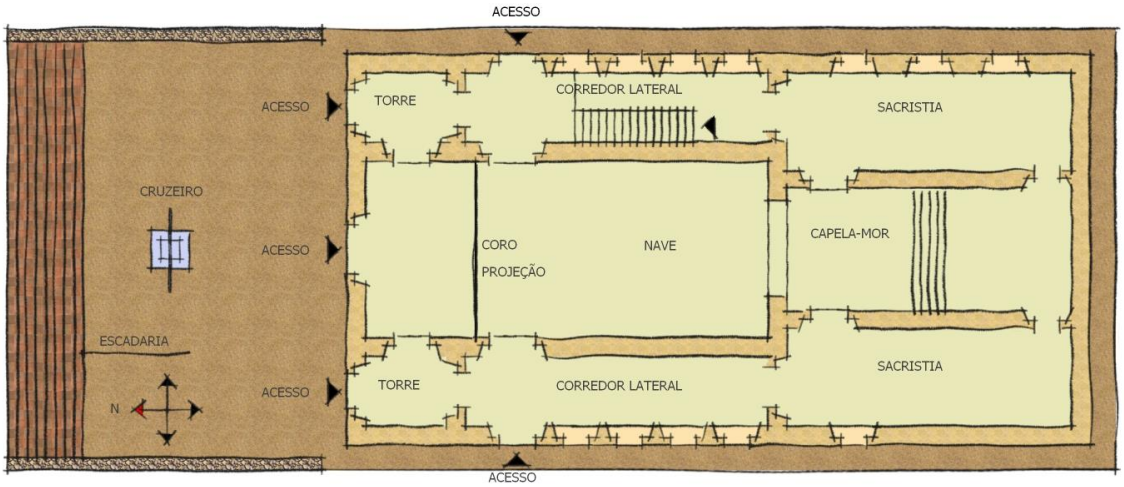


IMAGEM 49: Croqui da planta baixa do pavimento térreo da Capela da Penha.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pelo IPHAN/SE (desenho elaborado pelo arquiteto Kléber Rocha em 2014).

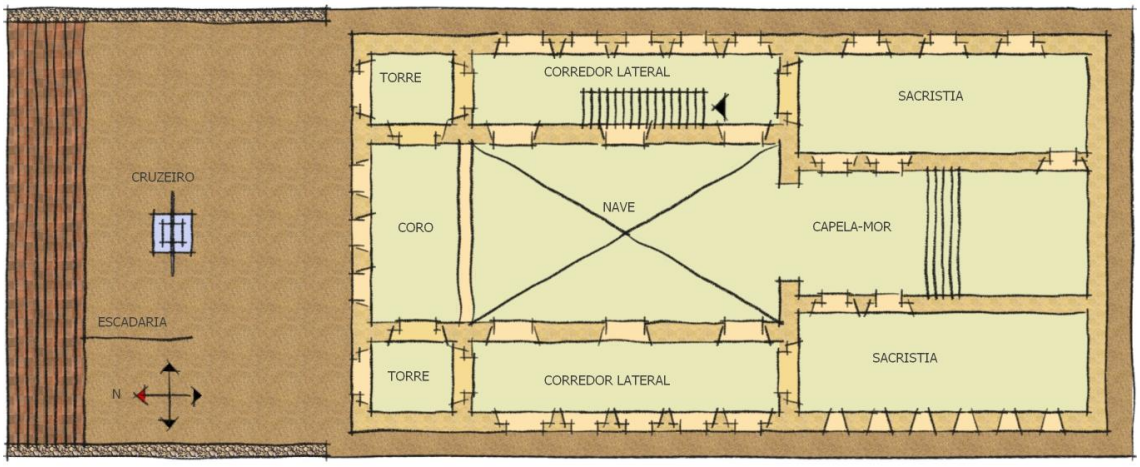


IMAGEM 50: Croqui da planta baixa do pavimento superior da Capela da Penha.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pelo IPHAN/SE (desenho elaborado pelo arquiteto Kléber Rocha em 2014).

A fachada lateral oeste possui aberturas superpostas ao longo de toda a galeria lateral, onde existem vãos de janela entaipados e com pequenos óculos; já na sacristia, as aberturas são óculos alinhados, em forma de elipse e, à medida que o vão adentra à edificação, a abertura se afunila (imagem 51). A fachada lateral leste é composta por aberturas de portas e janelas superpostas (imagem 52).



IMAGEM 51: Fachada lateral oeste da Capela da Penha.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pelo IPHAN/SE (desenho elaborado pelo arquiteto Kléber Rocha em 2014).

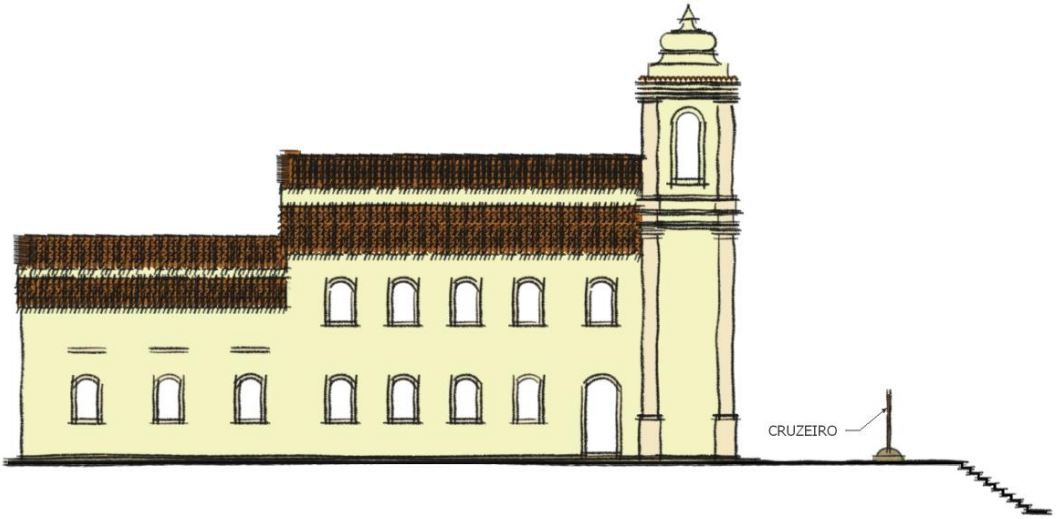


IMAGEM 52: Fachada lateral leste da Capela da Penha.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pelo IPHAN/SE (desenho elaborado pelo arquiteto Kléber Rocha em 2014).

A volumetria da capela da Penha (imagem 53), por sua vez, é idêntica à da igreja de Tejupeba, composta por dois grandes volumes. O primeiro é formado pelas galerias laterais e nave. No outro volume, mais baixo que o primeiro, a capela-mor é centralizada e se destaca com o telhado mais avantajado.

Além disso, o programa e a composição da fachada principal são bastante semelhantes, com pequenas diferenças de proporção e em relação aos adornos. Tejupeba tem largura semelhante à altura, possui adornos circulares dispostos no coroamento das torres e no frontão, mais rebuscado do que na Capela da Penha. As sobrevergas da Capela da Penha são mais singelas que as de Tejupeba, que apresentam desenho mais sinuoso. (imagem 54)

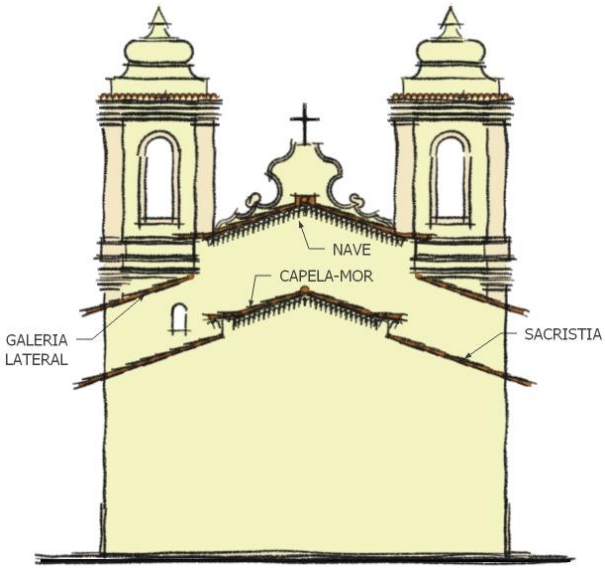


IMAGEM 53: Fachada posterior (sul) da Capela da Penha.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pelo IPHAN/SE (desenho elaborado pelo arquiteto Kléber Rocha em 2014).

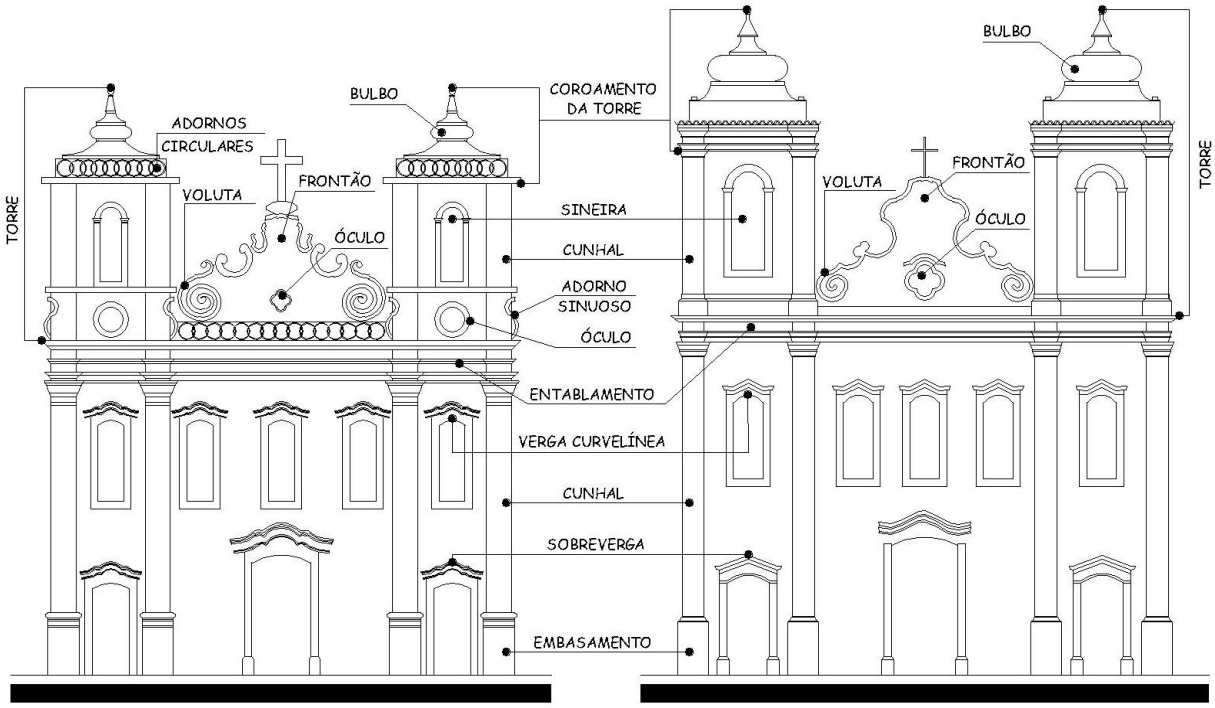


IMAGEM 54: Fachadas das Igrejas Tejupeba e Penha, respectivamente.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivos digitais (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital da Capela da Penha cedido à autora pelo IPHAN/SE (desenho elaborado pelo arquiteto Kléber Rocha em 2014). Arquivo digital da Igreja de Tejupeba cedido à autora pela empresa Oficina de Projetos Ltda. (desenho de outubro de 2001).

Com a análise desses exemplares, é possível supor que a tipologia das igrejas com galerias e corredores laterais na região estudada – fruto da evolução do caráter aberto dos alpendres identificada na região – foi uma solução adotada devido ao clima nordestino e por sua funcionalidade. A volumetria das capelas estudadas reproduz-se a partir dos espaços da

planta baixa: observa-se que a partir da adoção de corredores ou galerias laterais no partido dessas igrejas, seus volumes apresentam escalonamentos de alturas nos telhados, em diferentes proporções.

Considerando a intenção de promover a restauração do imóvel, além de compreender seu partido arquitetônico, procurou-se verificar, in loco, as técnicas construtivas e elementos de revestimento utilizados em sua construção. Quanto à técnica construtiva da Capela da Penha, foi utilizada pedra calcária – muito utilizada na região da Cotinguiba, devido a sua abundancia –, com reboco a base de saibro, areia e cal, e acabamento em pintura branca em quase sua totalidade, pois a nave central era revestida à meia parede com azulejos, assim como também a capela-mor, cujas paredes laterais eram revestidas integralmente com azulejos. O piso de toda a Capela era em tijolo de barro cozido. As portadas da fachada principal eram em cantaria de pedra calcária, com vergas curvilíneas. O telhado possuía duas águas, com tesoura do tipo caibro armado, telhas capa e canal e engradamento de madeira. O cruzeiro, construído em alvenaria de tijolo maciço, rebocado e pintado, foi implantado centralizado com a planta da Capela.

1.2.2. A relação espacial entre a Capela e o Engenho

Além de entender a tipologia adotada na construção da Capela da Penha tornou-se indispensável compreender como se relacionava espacialmente com o conjunto de edificações que constituíam o antigo Engenho.

O termo "engenho", ao longo do tempo, recebeu diversas denominações:

> O termo designava, inicialmente, as instalações necessárias à produção açucareira: casa da moenda, casa da fornalha, tendal das forjas e casa de purgar. Com o tempo, estendeu-se ao conjunto da propriedade senhorial, abrangendo as plantações, a casa grande, a capela e a senzala. O engenho que utilizava tração animal era chamado de "trapiche" e o movido a roda de água, "engenho real". Na segunda década do século XIX, começaram a ser instalados os engenhos a vapor, denominados banguês. No final do século XIX, os engenhos foram sendo substituídos por unidades industriais conhecidas como "usinas". (AZEVEDO, 2009, p.09)

Azevedo (1990, p.95) analisa a composição espacial dos engenhos em sua obra: inicialmente em relação ao arranjo topográfico das construções que faziam parte dos engenhos e, depois, de cada edificação isoladamente. A abordagem relativa à implantação e

aos materiais utilizados nos quatro edifícios principais que tipificam o engenho de açúcar: a casa-grande, a capela, a fábrica e a senzala, permitem, segundo esse autor, uma maior compreensão do sistema hierárquico adotado nessas construções.

> Seu arranjo sobre a topografia e diferentes materiais utilizados em cada um destes edifícios reflete a hierarquia social e o sistema de valores dessa sociedade. Num extremo, a casa grande e a capela, geralmente construídas por especialistas em materiais nobres – pedra e cal –, situadas na parte mais alta do terreno; no outro, a senzala minúscula, construída em materiais precários – terra, madeira, cipó e palha–, localizada na parte mais baixa do terreno. Por essa razão, poucas são as senzalas e até mesmo as fábricas que chegaram até nós. (AZEVEDO, 1990; p.96)

No século XVI o engenho contava com as casas de moendas, cozimento e purga; havia também a casa grande e a capela (construídas em pedras de cal) e, por fim, as construções mais simples e a senzala (construídas em taipa, adobe e cobertas com palha) que pertenciam, respectivamente, aos trabalhadores livres e escravos. Já no século XVII aparece no conjunto "uma capela decente em seus ornamentos e todo o aparelho do altar"; a casa grande surge com mais espaço para hóspedes e o complexo de produção do engenho fica mais resistente, espaçoso.[65]

> No século XVIII, são incorporadas aos engenhos novas edificações, tais como arrecadação (depósito), enfermaria, estribaria, carpintaria, estaleiro, olaria, alambique e ferraria. Registra-se ainda a presença de elementos que, embora não fossem inteiramente novos, só se difundiram nesse período, como grandes aquedutos em arcaria de pedra, pomares e viveiros de peixe. (AZEVEDO, 2009, p.14)

Os engenhos eram, assim, formados por um conjunto de edificações, organizadas espacialmente conforme suas funções, cujas arquiteturas variavam de acordo com a época de construção e a região. No nordeste, por exemplo, fez-se uso do partido verticalizado e mais aberto com a implantação em terrenos acidentados (AZEVEDO, 2009, p.15).

Para uma comparação com as tipologias adotadas no nordeste, as imagens abaixo ilustram dois tipos dos estados da Bahia e de Pernambuco. A disposição da capela baiana (imagem 55) é isolada dos demais edifícios e fica ao lado da casa-grande, como em muitos casos sergipanos. No plano geral de implantação de um engenho pernambucano, ao contrário, a capela se integra à casa-grande, como mostra a imagem 56.

[65] AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. Engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009, p.13.

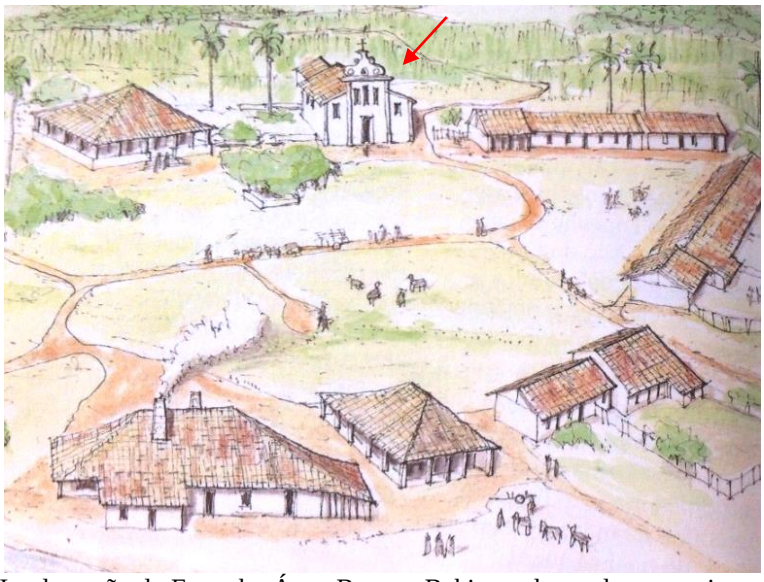


IMAGEM 55: Implantação do Engenho Água Boa, na Bahia, onde atualmente existe apenas a capela.
FONTE: AZEVEDO, 2009, p.78.

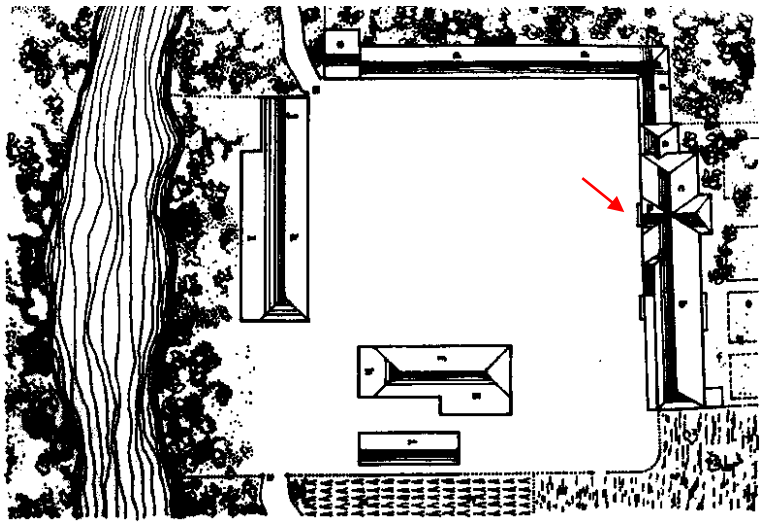


IMAGEM 56: Plano geral de um engenho em Pernambuco, segundo *L. L. Vauthier*.
FONTE: GOMES, 1997, p.25.

As capelas dos antigos engenhos de Pernambuco diferem dos existentes nas zonas rurais e urbanas do resto do Brasil[66]. Gomes (1997, p.122) informa que, em Pernambuco, no século XVII, as capelas rurais eram isoladas das casas-grandes, mas no século XVIII viriam a se juntar a elas. No século XIX tornaram-se raras e posteriormente desapareceram do conjunto, sendo substituídas por simples oratórios. Na Bahia, de acordo com Azevedo (1990, p.140), no século XVIII a ocorrência maior foi a implantação da casa-grande, capela e fábrica em edifícios isolados, mas houve casos de a casa-grande ser ligada à capela e a fábrica permanecer isolada e, ainda, de a casa-grande ser ligada à fábrica e a capela permanecer isolada.

[66] AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. Arquitetura do Açúcar. São Paulo: Nobel, 1990, p.119.

A arquitetura rural sergipana do século XVIII guarda exemplares de antigos engenhos, principalmente no Vale da Cotinguiba e do Vaza Barris. Contudo, comparando-os aos de Bahia e Pernambuco, são poucas as unidades que se enquadram nos moldes dos engenhos coloniais das duas regiões. As "engenhocas"[67] sergipanas não tinham a dimensão, a produção e, muito menos, a tecnologia dos engenhos baianos e pernambucanos. Entretanto, embora tivessem dimensões bem inferiores, suas capelas tinham o porte de igrejas matrizes, fato que diferencia as "engenhocas" sergipanas dos grandes engenhos pernambucanos e baianos.

Em Sergipe é possível encontrar remanescentes de antigos engenhos, alguns com casa grande e capela, outros somente com a capela. Em alguns casos (apesar das modificações estruturais e novas construções) ainda se veem fábricas, depósitos, moradas, entre outras edificações. Os exemplos citados a seguir correspondem a uma tipologia muito adotada na Cotinguiba e o mapa abaixo (imagem 58) mostra a localização dos engenhos e usinas ainda existentes na região, com destaque para os que serão exemplificados aqui.

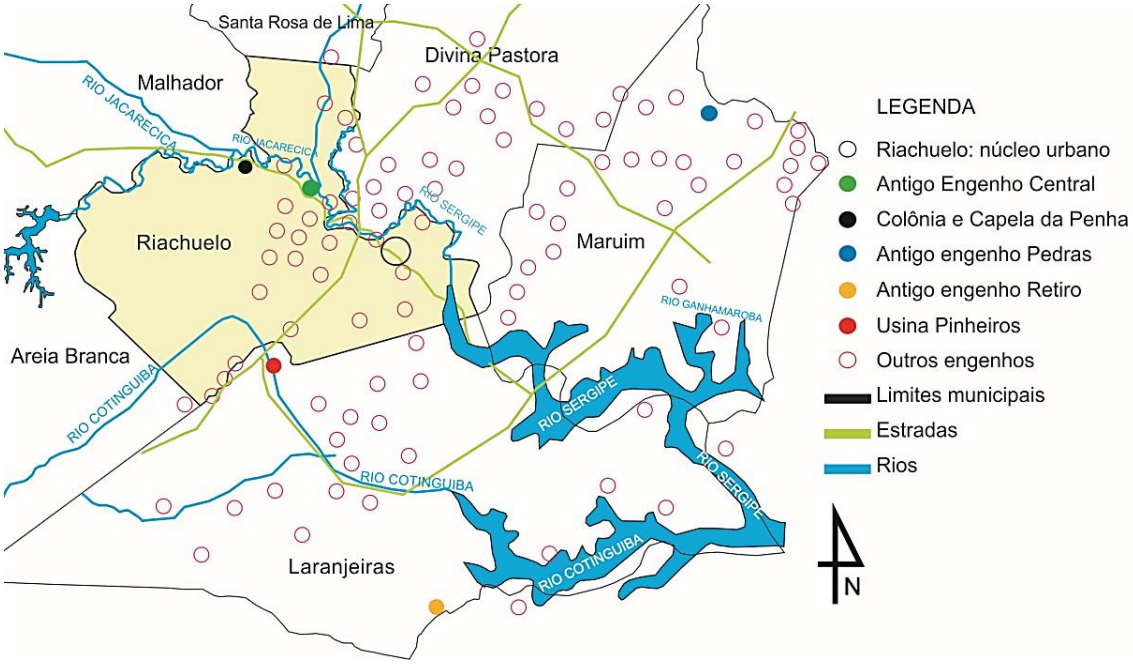


IMAGEM 57: Localização do antigo engenho Penha, do antigo engenho Retiro, do antigo engenho/usina Central, antigo engenho/usina Pedras e Usina São José do Pinheiro.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo cedido à autora pelo IPHAN/SE. In: Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, v. I e II, 2010.

O antigo Engenho Retiro (imagem 58) está localizado dentro da fábrica Votorantim Cimentos, em Laranjeiras/SE. O engenho não funciona mais como unidade de produção, tendo hoje uso turístico. Na imagem 59 é possível observar a implantação das

[67] Expressão usada por Almeida (1993, p.143).

edificações remanescentes. A disposição espacial do engenho apresenta a capela isolada das demais edificações do conjunto e em posição paralela à casa-grande.[68]



IMAGEM 58: Vista do conjunto do antigo engenho Retiro.
FONTE: VOTORANTIN. Boletim da Brigada de Meio Ambiente. Edição 1, abril 2001. In: IPHAN/SE. Inventário do Conhec. do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, v. I e II, 2010.

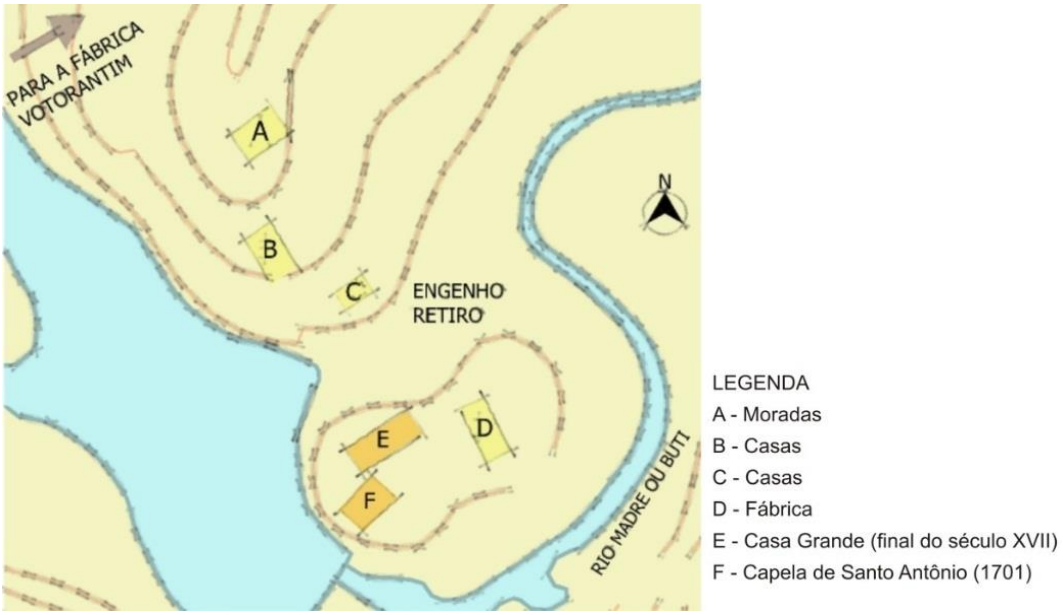


IMAGEM 59: Implantação do antigo Engenho Retiro.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pelo IPHAN/SE, disponível no Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, v. I e II, 2010.

O antigo Engenho ou Usina Pedras possui edificações do final do século XIX até meados do século XX e localiza-se em Maruim/SE. Atualmente o engenho funciona como unidade de produção para abastecimento da Usina Pinheiros, assim como muitos na região. A representação da situação das edificações nesse engenho encontra-se nas imagens 60 e 61. A

[68] IPHAN. Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba. Superintendência do IPHAN/SE. Volume I e II. Aracaju, 2010.

disposição espacial do engenho apresenta a capela isolada das demais edificações do conjunto e em posição perpendicular à casa-grande, alinhadas por uma mureta (imagem 62).[69]



IMAGEM 60: Vista da Casa de Vivenda e Capela do antigo Engenho/Usina Pedras.
FONTE: Arquivo disponível em <http://sergipeemfotos.blogspot.com.br/2014/02/ruinas-do-engenho-pedras-maruim.html>. Acesso em: setembro de 2014.



IMAGEM 61: Vista das casas dos moradores do antigo Engenho/Usina Pedras.
FONTE: Arquivo disponível em <http://priags.blogspot.com.br/2010_07_01_archive.html>. Acesso em setembro de 2014.

[69] *Idem.*



IMAGEM 62: Implantação do antigo Engenho/Usina Pedras.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pelo IPHAN/SE, disponível no Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, v. I e II, 2010.

O Engenho ou Usina Sergipe localiza-se na fazenda Mercedes, em Laranjeiras/SE. Atualmente o engenho ainda abastece a Usina Pinheiros, porém, a propriedade foi vendida a Votorantim Cimentos. A implantação das edificações ocorre entre dois morros, separados por um vale e um açude, imagens 63, 64 e 65. A disposição espacial do engenho é semelhante aos já apresentados, onde a capela está isolada das demais edificações do conjunto, contudo, em posição paralela a casa.[70]

[70] *Idem.*

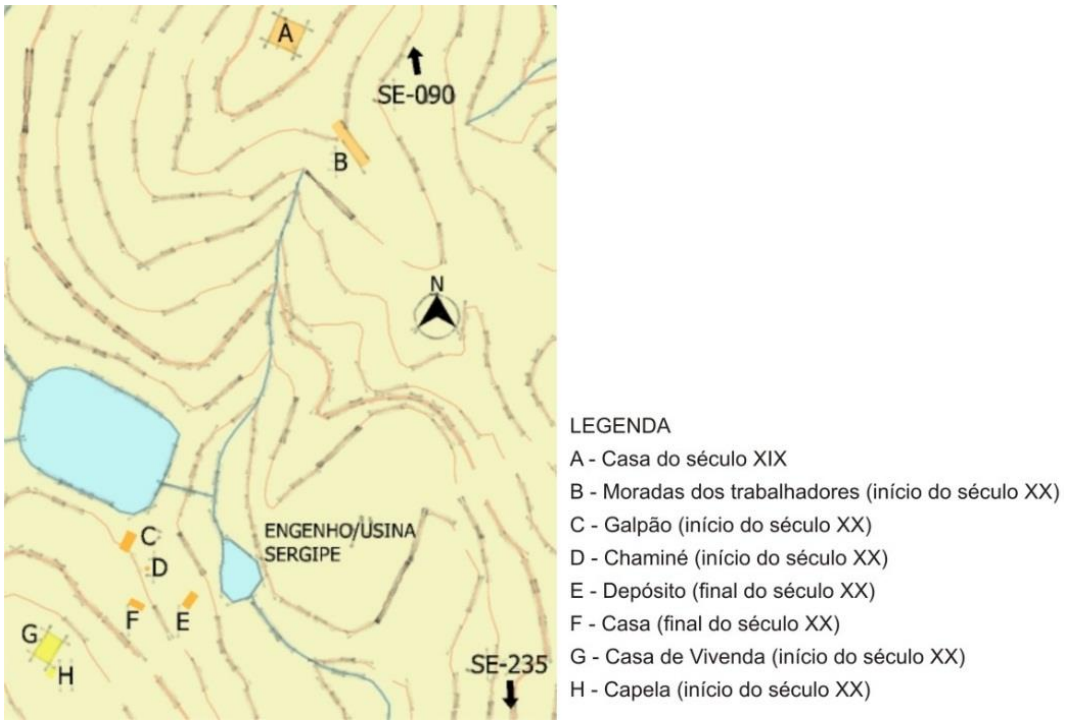


IMAGEM 63: Implantação da Usina Sergipe.
FONTE: Croqui elaborado a partir de arquivo digital (.dwg), por Tamyres Fontenele, 2014. Arquivo digital cedido à autora pelo IPHAN/SE, disponível no Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, v. I e II, 2010.



IMAGEM 64: No alto, vista da Casa de Vivenda e Capela do antigo Engenho/Usina Sergipe.
FONTE: IPHAN/SE. Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, volumes I e II, 2010.



IMAGEM 65: Vista das moradas dos trabalhadores do antigo Engenho/Usina Sergipe.
FONTE: IPHAN/SE. Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, volumes I e II, 2010.

A Usina São José do Pinheiro (USJP) localizada em Laranjeiras/SE é uma empresa de grande porte, que fabrica açúcar, álcool, melaço e gera energia. De acordo com o histórico da USJP disponível no site oficial[71], consta do inventário de Albano do Prado Pimentel Franco, datado de 1928, que a Usina surgiu da união do Engenho São José com outros da região. Entre 1974/1975 foram extintas as unidades que faziam parte da Usina, sendo essas, a própria Pinheiro (antiga usina), o engenho Central (em Riachuelo) e a usina Pedras (em Maruim), formando, todas essas, uma única unidade que apenas em 1995 recebeu a denominação de São José do Pinheiro. Hoje, recebe matéria prima de diversos engenhos da região da Cotinguiba, inclusive do antigo engenho Penha (hoje, terras pertencentes à COHIDRO).[72]

As edificações incorporadas pela usina estão bastante descaracterizadas e outras desapareceram, como a antiga fábrica que deu lugar a uma mais moderna (imagem 66) e a casa de vivenda que hoje também abriga outro uso (imagem 67). A implantação das edificações pode ser observada na imagem 68. A disposição espacial da usina é idêntica à anterior, onde a capela está isolada das demais edificações do conjunto e em posição paralela a casa.



IMAGEM 66: Usina Pinheiros – vista da fábrica.
FONTE: IPHAN/SE. Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, volumes I e II, 2010.



IMAGEM 67: Usina Pinheiros – vista da edificação “C”, da casa vivenda “D” e capela “E”.
FONTE: IPHAN/SE. Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, volumes I e II, 2010.

[71] Site oficial da Usina São José do Pinheiro: <http://www.usjp.com.br/Institucional.aspx>. Acesso em setembro de 2014.
[72] Informações disponíveis em: <http://www.usjp.com.br/Institucional.aspx>. Acesso em setembro de 2014.

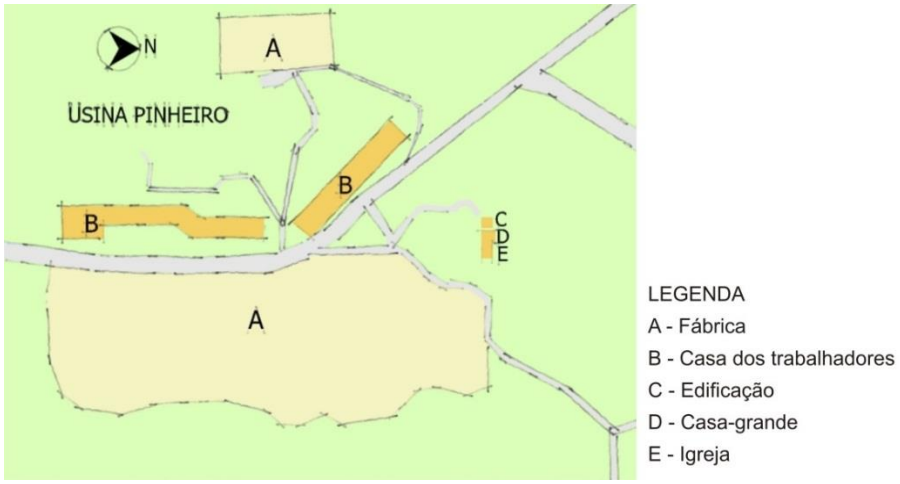


IMAGEM 68: Croqui de implantação da Usina Pinheiro.
FONTE: Croqui elaborado a partir de imagem do Google Earth (2014), por Tamyres Fontenele, 2014.

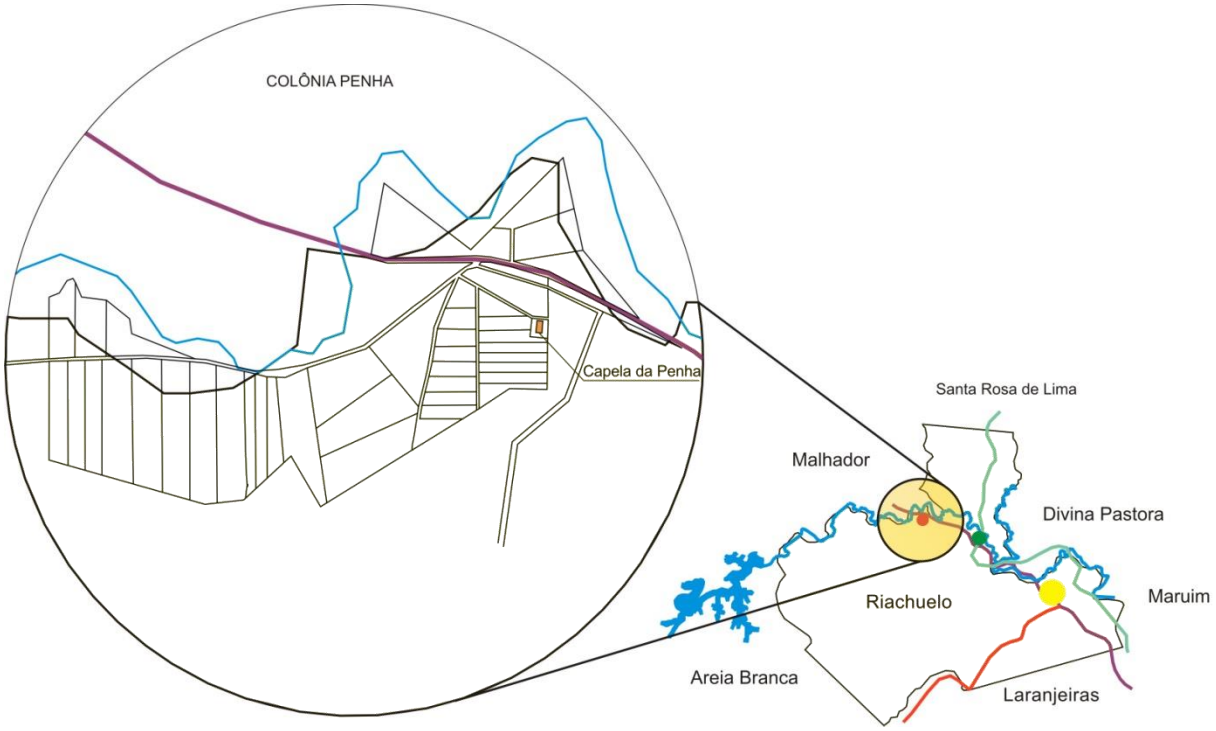
A partir dos exemplos apresentados, observou-se que a maioria das capelas remanescentes de engenhos na região da Cotinguiba apresenta-se isolada das demais edificações que compunham o engenho ou usina e relacionada à casa grande ou casa de vivenda.

Quanto à tipologia do antigo engenho Penha, nada se pode afirmar com segurança devido à ausência de estudos arqueológicos que, possivelmente, permitiriam entender a espacialidade do conjunto. Contudo, com base na análise dos demais engenhos da região pode-se supor que, o engenho Penha teria uma disposição com capela perpendicular à casa-grande (ou de vivenda) e que o programa de necessidades seria similar ao descrito nos engenhos analisados, como casa de trabalhadores, depósito e fábrica.

É importante refletir sobre a sobrevivência das capelas de antigos engenhos, no nordeste. Pode-se supor que isso só foi possível por seu uso contínuo. A qualidade dos materiais utilizados na construção pode também ter contribuído para a resistência à passagem do tempo, embora o mesmo não tenha acontecido com as casas-grandes, construídas com os mesmos materiais.

Azevedo (1990, p.119) explica que o fato de algumas capelas terem sido "transformadas em sedes de freguesia, ou simplesmente [em] capelas de pequenos povoados", assegurou suas sobrevivências "como equipamento comunal, quando a instituição que lhes deu origem, o engenho, já havia desaparecido". Esse é o caso do "quadrilátero rural"[73] do engenho Penha – casa, capela, senzala, fábrica. A Capela sobreviveu à decadência do engenho enquanto teve uso.

[73] Estrutura de engenho de açúcar denominada por Azevedo (1990, p.95).



CAPÍTULO II

A ocupação da Cotinguiba: a Capela da Penha e seus novos vizinhos

Para melhor compreensão da atual situação da área envoltória da Capela da Penha, pesquisou-se sobre a história da ocupação da região da Cotinguiba. Essa região passou por um longo processo de ocupação, iniciado em 1590 com a conquista do território de Sergipe Del Rey, que teve como principal fator de influência: a exploração da terra como forma de economia rural. Neste capítulo foram utilizados autores que se destacam na literatura sergipana pelas pesquisas realizadas sobre o tema: Maris Thetis Nunes (1996 e 2006), Luís Mott (1986), Felisbelo Freire (1995), Maria da Glória S. de Almeida (1984 e 1993), Orlando V. Dantas (1980) e Sharyse Piroupo do Amaral (2007).

No decorrer da pesquisa, direcionou-se a investigação para o conhecimento das políticas e leis que tiveram influência no uso e ocupação da terra e o melhor entendimento das discussões acerca da reforma agrária e dos assentamentos rurais em Sergipe. Para tanto, foram utilizados outros autores, também reconhecidos por tratarem do tema: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Leonilde S. de Medeiros e Sérgio Leite (Lopes et al, 1999), Maria Zélia Alves Amado (2007) e Eliano Sérgio Azevedo Lopes (s/d).

2.1. A ocupação do território da Cotinguiba

A faixa litorânea sergipana (ou leste sergipano), originalmente ocupada por Mata Atlântica, é dividida em duas microrregiões: a Zona da Mata Sul, delimitada pelas bacias dos rios Real, Piauí e Vaza Barris; e a Zona da Mata Norte, que corresponde aos vales dos rios Japaratuba, Sergipe e São Francisco (imagem 56).[74]

O leste sergipano contém a mesorregião da Cotinguiba que, por sua vez, é formada por duas microrregiões: microrregião do baixo Cotinguiba e microrregião da Cotinguiba. A microrregião do baixo Cotinguiba, onde está localizada a Capela da Penha, é composta por sete municípios: Laranjeiras, Riachuelo, General Maynard, Carmópolis, Maruim, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas (imagem 57).

[74] AMARAL, Sharyse Piroupo do. Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888. Salvador, 2007, p.28.

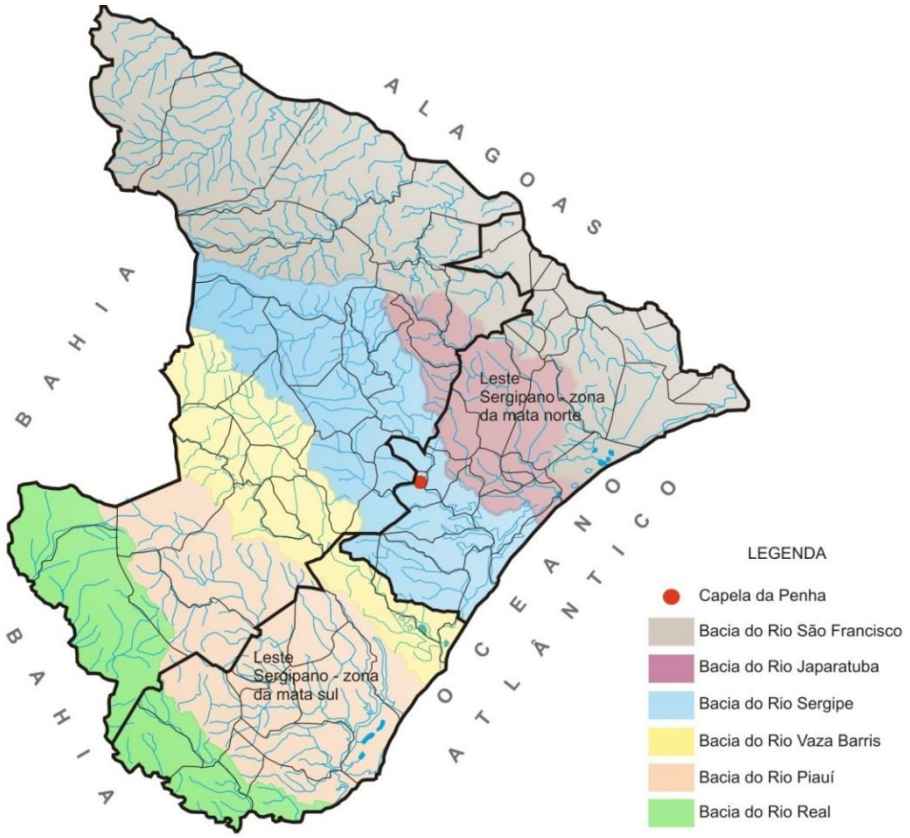


IMAGEM 69: Mapa de Sergipe – Leste Sergipano e bacias hidrográficas.
FONTE: Desenho elaborado por Tamyres Fontenele (2013) a partir de informações disponíveis em: http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-sergipe.php, acesso em 25/08/2013; Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, v. I e II, 2010; e AMARAL, 2007, p.28.

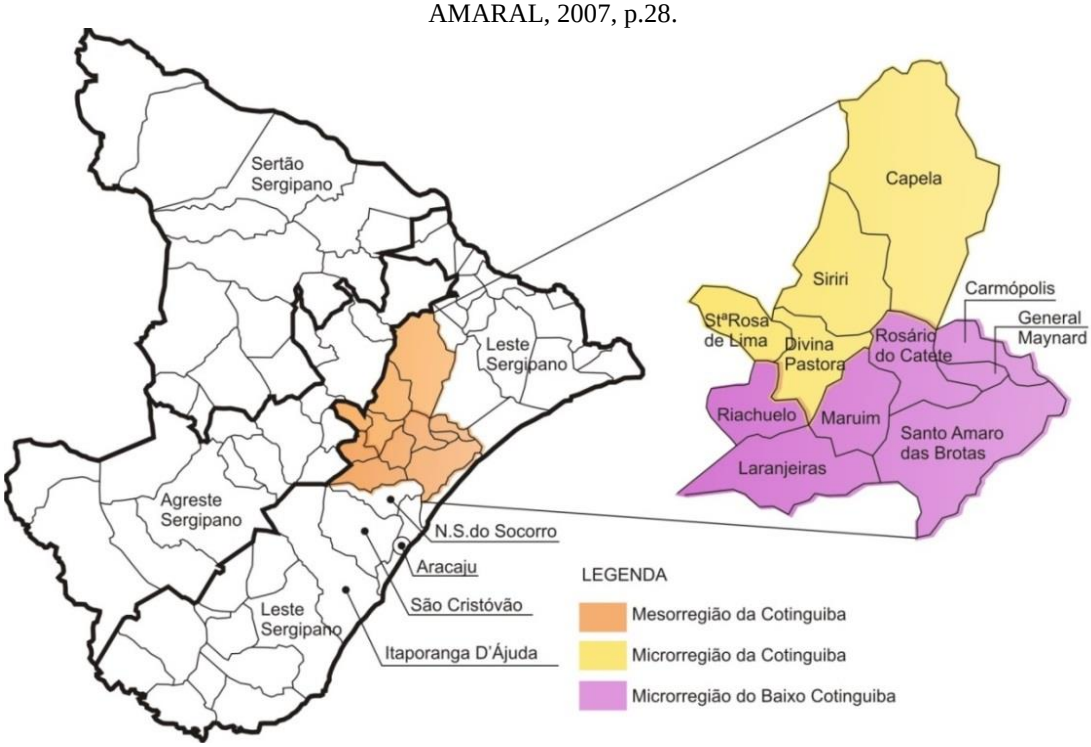


IMAGEM 70: Mapa de Sergipe – destaque da Região da Cotinguiba.
FONTE: Desenho elaborado por Tamyres Fontenele (2013) a partir de informações disponíveis em: http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-sergipe.php, acesso em 25/08/2013; Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba, v. I e II, 2010; e AMARAL, 2007, p.28.

O primeiro pedido de construção de engenho no território de Sergipe data do século XVII. No ano de 1602, Gonsalo Alvares – morador de Sergipe do Conde, na Bahia –, através de uma carta de sesmaria, expos a intenção de povoar o território e solicitou duas léguas de terras a partir da barra da Ibura (córrego do rio Cotinguiba) seguindo pela margem sul. A doação foi feita pela Coroa Portuguesa sob a condição de que em seis meses as construções fossem iniciadas. No mesmo ano, Gaspar Damorim, Manoel Tomé e Antônio Guedes solicitaram terras na barra da Cotinguiba. Nos anos seguintes, outras sesmarias foram sendo concedidas para a construção de engenhos de açúcar.[75]

A consolidação da ocupação de Sergipe foi tardia em relação à de outras regiões como Bahia e Pernambuco, tendo ocorrido somente no final do século XVII. O desenvolvimento da cultura da cana se deu com grande êxito, principalmente, no vale da Cotinguiba, onde o solo era bastante fértil, do tipo massapê[76], o clima adequado e havia facilidade para o escoamento da produção de açúcar. "A união desses três elementos – solo, clima e rios navegáveis – fez com que a Cotinguiba se tornasse o principal núcleo produtor de açúcar"[77]. De acordo com Mott (1986, p.135.), é possível localizar 28 referências relativas ao número de propriedades açucareiras em Sergipe:

Engenhos em Sergipe			
Ano	Nº de Engenhos	Ano	Nº de Engenhos
1612	1	1825	114
1637	8	1826	232
1724 - 1730	25	1838	445
1756	46	1840	433
1798	140	1840	344
1802	146	1852	680
1807	148	1856	753
1808	114	1858	769
1809	200	1862	830
1815	mais de 100	1863	750
1817	mais de 300	1871	646
1820	163	1872	800
1823	347	1883	737
1824	226	1884	mais de 800

TABELA 1: Engenhos em Sergipe – séculos XVII; XVIII e XIX.
FONTE: MOTT, 1986, p.136 e 137.

[75] IPHAN. Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba. Superintendência do IPHAN/SE. Volume I e II. Aracaju, 2010.
[76] "Terra argilosa quase sempre preta, encontrada em Sergipe e na Bahia, ótima para o cultivo de cana-de-açúcar." (AZEVEDO, 2009, p.23)
[77] AMARAL, *op. cit.*, 2007, p.28.

A atividade econômica mais importante de Sergipe, até o século XVII, havia sido a pecuária. O cultivo da cana só prosperou com grande impulso na zona da mata sergipana, em meados do século XVIII, quando os canaviais empurraram as fazendas de gado para o agreste sergipano, espalhando-se pelas bacias mais importantes do território.

> As terras que margeiam os rios Cotinguiba e Sergipe são das mais férteis e propícias à cultura açucareira. Em fins do século XVIII a cana-de-açúcar e o algodão foram ganhando terreno sobre os cereais, exigindo um mecanismo garantidor de sua exportação. A importância econômica da região viria então a tornar a navegabilidade da barra a maior preocupação das lideranças. A maior produção que por ela tinha de se escoar estava sempre a exigir uma maior atuação dos governantes na busca de soluções que a tornassem apta ao desempenho econômico que a região lhe reservava. (ALMEIDA, 1984, p.31)

Os engenhos de açúcar do nordeste, em geral, situavam-se nas proximidades dos rios – em decorrência das dificuldades em transportar a cana-de-açúcar em carros de boi ou no lombo dos animais –, que funcionavam como eixos indutores para a exportação. Em Sergipe, o principal acesso ao mar era feito por meio do rio Sergipe juntamente com os seus principais afluentes: os rios Cotinguiba, Jacarecica, Ganhamoroba, que formavam o vale canavieiro mais importante do Estado – o Vale da Cotinguiba.

A partir de 1830, a expansão dos canaviais levou à "necessidade de mais terras", só encontradas nas "ocupadas por aldeias indígenas que tinham, porém, os direitos assegurados pela legislação em vigor", o que acabou gerando conflitos com os índios dos cinco aldeamentos sergipanos[78]. A Diretoria Geral dos Índios havia sido criada pelo Presidente da Província em 1844 e era formada por um diretor geral e um diretor para cada aldeia.[79]

O então Presidente da Província, Zacarias de Góis Vasconcelos (1848/1849), buscando atender às demandas de fazendeiros e senhores de engenho por mais terras, solicitou ao Governo Imperial a vinda do capuchinho Frei Doroteu de Loreto, para que se ocupasse da catequese dos índios, inclusive com o interesse de absorvê-los como mão de obra nas propriedades rurais da região.[80]

Em 1849, a presidência da Província foi transmitida para Amâncio João Pereira de Andrade (1849-1851) que, tal como o seu antecessor, foi influenciado pelos interesses dos "proprietários rurais ante a perspectiva de serem beneficiados pela Lei da Terra de 18/9/1850,promulgada pelo Governo Imperial". De acordo com o documento, citado por

[78] NUNES, Maria Thetis. Sergipe Provincial II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006, p.46-47.
[79] CUNHA, 1992, apud SANTANA, *op. cit.*, 2011, p.03.
[80] NUNES, *op. cit.*, 2006, p.46-47.

Nunes[81], enviado à Secretaria de Negócios do Império, no dia 8 de novembro de 1850, o presidente afirmava que:

> *Não existem índios selvagens nesta Província, (...) os denominados índios, das chamadas aldeias d'Água Azeda, Geru, Porto da Folha, Pacatuba, e Espirito Santo, não estão no caso de constituir-se índios aldeados, sujeitos às Diretorias, que, entendendo mal o Regulamento de 24 de junho, querem que existam Aldeias onde as não há, e que sejam índios os que não os são: como se fosse uma vantagem, no estado atual de semelhantes aldeamentos, que nada valem e nada prometem, fazê-los desaparecer inteiramente, trazendo à inspeção e obediência legal às autoridades esses pseudo-índios.* (Grifo original)

Em seu ponto de vista, portanto, não havia razões para as aldeias continuarem existindo e, assim, propunha que todos os terrenos das aldeias citadas deveriam ser considerados de interesse público e incorporados aos Próprios Nacionais.[82]

A presidência subsequente de José Antônio de Oliveira e Silva (1851/1853) manteve a mesma política contra os indígenas, tendo solicitado ao Governo Imperial a extinção da Diretoria Geral dos Índios – o que foi concretizado pelo decreto nº 1.139, de 6 de abril de 1853 –, alegando que não havia índios na Província e sim uma "(...) *casta mestiça e domesticada vivendo em sociedade, em aldeia e vila, civilizados e instruídos em princípios religiosos como é a maior parte da população*"[83]. Nessa "disputa" pela terra indígena, os senhores de engenho saíram vitoriosos e assim "desapareciam as tradicionais aldeias, mesclando-se os indígenas com as populações locais"[84].

A Lei de Terras previa a demarcação de terras públicas para coibir "apropriações abusivas e irregulares de terras" pelos fazendeiros. Com isso, para obter terras era preciso ter grande ligação política com o Presidente da Província e comprovar "cultura efetiva e morada habitual". Mesmo assim, houve muitas irregularidades com apropriações ilegais de terras públicas a partir de falsificações de documentos.[85]

> As repercussões práticas da Lei de Terras de 1850 e da Lei de Hipotecas de 1864 representam a modificação do conceito de valor da terra e de sua mercantilização. A terra passa a ser mercadoria que tem preço e serve de garantia para o levantamento de dinheiro, substituindo a retração das hipotecas sobre o valor dos escravos. Em resumo, não se modificam as relações dominantes no Nordeste, a Lei de Terras redireciona a propriedade "ao mercantizá-la com a redução a valor monetário, transmissível e alienável...". A Lei de Terras salvaguarda o "status quo" da situação

[81] Relatório de Presidente Dr. Amâncio João Pereira de Andrade à Assembleia Provincial em 19 de julho de 1851, p.20, apud NUNES, *op. cit.*, 2006, p.47.
[82] *Idem.*
[83] Ofício ao presidente Dr. José Antônio de Oliveira e Silva ao Governo Imperial em 1852, apud NUNES, *op. cit.*, 2006, p.47. (Grifo original)
[84] NUNES, *op. cit.*, 2006, p.48.
[85] CHRISTILLINO, 2010, apud SANTANA, *op. cit.*, 2011, p.03.

> fundiária brasileira: quem chegou à terra, chegou; quem não chegou, só o conseguirá herdando, ganhando ou comprando. (ALMEIDA, 1993, p.131, grifos originais)

De acordo com Costa (apud ALMEIDA, 1993, p.138 - 140), antes da Lei de Terras de 1850, a posse de terras ocorria através das sesmarias, sendo beneficiados apenas os "eleitos da Corte". Assim, a única forma de ocupar a terra – para quem não fazia parte dessa elite – era através do apossamento. O sistema de sesmarias não definia os limites exatos da terra, o que acabava provocando diversas questões litigiosas. A posse das terras era dada por limites vagamente definidos, por acidentes geográficos naturais e, mesmo assim, sem possuir estatuto legal, eram vendidas, compradas e avaliadas. Essa indefinição e a ambição por mais terras gerou instabilidade social e alimentou conflitos de posse pela terra vizinha; muitos senhores de engenhos aumentam suas terras, invadindo outras propriedades. Esse constante clima de insegurança favoreceu usurpações ilegais de terras.[86]

No início do século XIX, o controle do sistema fundiário em Sergipe estava concentrado numa mesma família.[87] De 1840 a 1860, o número de engenhos dobrou, "ao tempo em que o crescimento do número de propriedades canavieiras incorpora novas fronteiras (...) ocorre sua expansão dentro da própria área das primitivas propriedades". Na tabela 1 (ver página 67), observou-se que havia 232 engenhos até 1826 e a partir de 1838 o número duplica para 445 engenhos. Três fatores contribuíram para esse crescimento, em terras pertencentes a senhores de engenho e plantadores de cana:[88]

> 1) os fundadores dos inúmeros engenhos construídos nas três primeiras décadas do século XIX começam a deixar suas propriedades para os descendentes, legalmente, por testamentos e inventários;
> 2) a posse das terras em dimensões maiores do que seriam necessárias para o funcionamento de um engenho permite a venda e a doação "inter vivos" de partes suficientes para a formação de outros engenhos, garantindo a presença dos filhos no grupo social;
> 3) a tecnologia disponível, quer em relação à confecção do açúcar, quer em relação às disponibilidades de transporte de cana e do produto acabado, não permite que o senhor aumente seu engenho, se quer aumentar a produção, mas sim que multiplique suas unidades para si e para os seus descendentes. (ALMEIDA, 1993, p.131)

Esse processo de apossamento fundiário – "como uma 'democratização' do acesso à terra", derivou de uma "ocupação secular de famílias capazes de comprovar a força dos seus direitos".[89]

---

[86] COSTA apud ALMEIDA, *op. cit.*, 1993, p.138 - 140.
[87] ALMEIDA, *op. cit.*, 1993, p.128-129.
[88] *Ibidem*, p.130.
[89] *Ibidem*, p.128-129.

O crescimento do número de engenhos de pequenas proporções, fruto da subdivisão das terras, gerou, entretanto, uma capacidade de produção limitada. Almeida acredita que devido a isso se rompeu a relação produtor x liderança social e política, e assim, o açúcar, como "instrumento de 'democratização' dos recursos da terra agrícola", permitiu que mais trabalhadores livres e familiares de senhores de engenhos pudessem usar o solo como meio de renda e sobrevivência.[90]

> As terras canavieiras, finalmente, já em processo de subdivisão, derrubam as bases coloniais em que se assentara o engenho e enfrentam os desafios da modernidade. O escravo chega a preços jamais atingidos, compelidos pela presença no país de um dinâmico mercado consumidor. O proprietário conhece saídas que podem ir do melhor aparelhamento técnico das fábricas e dos novos métodos de produção agrária ao uso de novas formas de trabalho – o trabalho livre. Mas, em maioria, retrai-se na força tradicional de um sistema produtivo com tecnologia rudimentar e força de trabalho compulsória. (ALMEIDA, 1993, p.132)

A tabela 2 (página 72) mostra as regiões do estado de Sergipe, seus municípios e o número de engenhos entre os anos de 1838 a 1881. Percebe-se que o crescimento do número de engenhos, como abordado anteriormente, ocorreu em todas as regiões, com exceção do Vale do Vaza-barris, o que é justificado pelo desmembramento das terras da região para dar origem aos municípios de Aracaju e Itaporanga[91].

Observa-se, também, na tabela 2, que o número de engenhos pertencentes a Laranjeiras diminui em 1875. Isso resultou do desmembramento de Riachuelo - inicialmente chamado de Povoado Pintos -, elevado a Freguesia de Nossa Senhora do Riachuelo em 6 de maio de 1872 e que, depois, com a Resolução nº694 de 31 de março de 1874, passou a condição de vila, embora ainda com limites vagamente definidos. Somente em janeiro de 1890, com o Decreto nº10, a vila foi elevada a cidade, confirmando-se os limites estabelecidos anteriormente.[92]

Com as necessidades do comércio, da lavoura e da navegação, São Cristóvão não atendia mais às necessidades geográficas para a expansão das atividades econômicas e, com a Resolução de 17 de março de 1855, a capital foi transferida para o povoado de Santo Antônio do Aracaju. Todas as repartições públicas e o novo porto foram transferidos para a nova capital – na barra do Rio Sergipe (antiga barra da Cotinguiba), que chegava a exportar e importar 2/3 da produção da província.[93]

---

[90] *Ibidem*, p.143-145.
[91] *Idem*.
[92] IGHS. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; municípios do estado de Sergipe – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/IGHS, s/d, p. 428-433.
[93] NUNES, *op. cit.*, 2006, p.134-143.

Número de Engenhos nas Áreas Açucareiras (1838 - 1881)					
Áreas (.)	Municípios	Anos			
		1838	1856	1875	1881
Cinturão litorâneo e Sublitorâneo Meridional	Santa Luzia do Itanhy	40	70	30	**
	Estância	44	65	**	55
	Espirito Santo	*	07	16	58
	Itabaianinha	27	56	50	62
	Arauá	*	*	40	16
	Lagarto	12	34	05	41
	Boquim	*	*	22	**
	Riachão do Dantas	*	*	11	16
	Campos	***	01	***	***
	Simão Dias	01	02	03	06
Vale do Vaza-barris	São Cristóvão	43	04	10	16
	Itaporanga d'Ajuda	*	34	**	15
Vale do Cotinguiba e do Sergipe	Santo Amaro	09	10	10	10
	Socorro	14	21	24	22
	Laranjeiras	49	73	52	97
	Rosário do Catete	43	60	42	43
	Riachuelo	*	*	35	**
	Capela	70	130	61	82
	Divina Pastora	40	57	**	66
	Maruim	20	22	17	23
	Japaratuba	*	*	35	43
	Itabaiana	19	29	16	13
	N. Senhora da Dores	*	*	**	23
Região Sanfranciscana	Vila Nova (Neópolis)	06	52	17	25
	Propriá	04	23	**	11

TABELA 2: Evolução dos engenhos em Sergipe entre 1838 e 1881.
FONTE: ALMEIDA, 1993, p.144. Convenções adotadas pelo autor: (*) o município não foi criado; (**) faltam dados; (***) não havia engenhos.

A procura pelo ordenamento da terra em Sergipe ocorre entre os anos de 1840 e 1864, quando dois fatores passaram a influenciar negativamente a produção agrícola: a distância do porto – devido à transferência da capital – e as secas periódicas, que atingem o agreste sergipano[94]. Nesse período, as alternativas agrícolas concentraram-se em torno da lavoura da cana e no cultivo de cereais e mandioca. De 1864 a 1875, o cultivo do algodão se

[94] ALMEIDA, *op. cit.*, 1993, p.142.

expandiu, e as faixas de terras do agreste ocupadas pela cana, passam a cultivar o algodão[95], como opção de investimento dos donos de engenhos visando à fabricação de tecidos. Segundo Amaral, o "primeiro operariado das fábricas de tecidos sergipanas, fundadas no pós-abolição, foi formado por negros vindos das vilas e municípios açucareiros da Cotinguiba, como Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Rosário, Riachuelo e Japaratuba"[96].

Durante o século XIX e início do XX a industrialização do setor açucareiro modificou as características primitivas dos engenhos – que até então sobreviviam da monocultura em latifúndios e da mão de obra escrava; as usinas se instalam em Sergipe com a adoção de um processo moderno, muito mais acelerado (aumentando a produção de açúcar), levando ao crescimento da industrialização em todo o território.

Essa modificação se deu com a instalação dos Engenhos Centrais, que tinham a finalidade de separar a atividade agrícola da industrial, conciliando as relações de produção tradicional (banguês) com a novas técnicas de fabricação de açúcar. Mas essa solução não foi eficiente ao ponto de "modernizar" o processo de fabricação do açúcar.[97]

> [...] ante as dificuldades de levantar capitais para a consecução de tal empreitada, somente em 1888, por iniciativa da Companhia de Engenhos Centrais da Paraíba do Norte e Sergipe, foi instalado o primeiro Engenho Central, em Riachuelo. Esse engenho apresentou relativo sucesso, chegando a responder por 5,6% de toda a exportação de açúcar de Sergipe, no período de 1891-92. Há registros de outros projetos para os municípios de São Cristóvão, Maruim, Japaratuba, Laranjeiras, Divina Pastora e Rosário do Catete, mas nenhum chegou a se tornar realidade.[98]

Logo, com o fracasso dos engenhos centrais, as usinas foram instaladas por todo o Sergipe, com o objetivo de modernizar os engenhos tradicionais, com construções de fábricas modernas. Com isso, em 1926, o engenho Central de Riachuelo foi transformado em indústria têxtil, a Fábrica de Tecidos de Riachuelo, visto que havia disponibilidade de matéria prima local (algodão) e oferta de mão de obra barata para modificar o uso.

Durante o século XX, as usinas passaram a usar cada vez mais mão de obra temporária e a comprar a cana de engenhos próximos. Assim, havia grande produção em todos os períodos do ano, com os engenhos dependendo cada vez mais das usinas de açúcar. Com essa produção em massa, o engenho perde sua função de produção, a senzala já não é mais utilizada pelos trabalhadores, a casa grande fica vazia – os grandes proprietários passam

---

[95] *Ibidem*, p.162.
[96] AMARAL apud BEZERRA, *op. cit.*, 2007, p.260.
[97] ANDRADE, 1960, apud FEITOSA, Cid Olival. Economia Sergipana: origem e desenvolvimento. As primeiras atividades industriais de Sergipe: açúcar e têxteis – p.30. Enciclopédia virtual. S/d. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1244/primeiras-atividades-industriais-sergipe.html#_ftn1>. Acesso em 18 de novembro de 2014.
[98] PASSOS SUBRINHO, 1987, apud FEITOSA, *op. cit.*, s/d, p.31.

a morar na nova capital –, e a capela perde o uso e o seu sentido como parte de um programa complexo (do engenho), visto que não havia mais ninguém vivendo nas imediações.

2.1.1. As questões agrárias em Sergipe

> A instauração da República, em 1889, um ano e meio após a libertação dos escravos, tampouco melhorou o perfil da distribuição de terras. O poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os temidos coronéis do interior. Apenas no final dos anos 50 e início dos anos 60, com a industrialização do País, a questão fundiária começou a ser debatida pela sociedade, que se urbanizava rapidamente. (INCRA, s/d)[99]

No período de 1945 a 1954 foram implantadas cinco colônias agrícolas, no interior de Sergipe, pelo Governo do Estado, e outra, em Riachão do Dantas, por iniciativa particular. Esse processo contribuiu "para a expansão da fronteira econômica e demográfica do estado, ao viabilizar a ocupação de parte do interior sergipano". Já no ano de 1958 uma segunda colônia particular foi implantada no município de Lagarto/SE. Nessa última, os colonos fundaram a Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze – COOPERTREZE, que, por sua iniciativa, instalou mais sete núcleos coloniais.[100]

Nas décadas de 1960 e 1970 foi instalado maior número de colônias agrícolas, predominando as "de iniciativas não governamentais, cooperativas e entidades assistenciais religiosas, ligadas a Igreja Católica, dioceses de Propriá e de Aracaju"[101]. As colônias instaladas na região do litoral sul e no centro sul de Sergipe contaram com o apoio do Governo do Estado e com outros incentivos financeiros. Já "as colônias de iniciativa da Igreja Católica se concentraram na região do Vale da Cotinguiba"[102], com o apoio da Promoção do Homem do Campo de Sergipe (PRHOCASE), fundada pela diocese de Aracaju em 1968 para "ajudar a resolver o problema dos camponeses sem-terra e dos desempregados de fábricas e usinas da região da Cotinguiba" que viviam na miséria[103].

Todas essas cooperativas tinham o mesmo objetivo "assentar os trabalhadores rurais em pequenas unidades de produção", a diferença estava nos tipos de culturas adotadas, de acordo com cada região. Com o sucesso do cultivo na região do litoral e do centro sul do estado, o Governo de Sergipe passou a ter maior interesse nesse investimento, tomando-o

---

[99] Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagraria_historia>. Acesso em: 30 de julho de 2014.
[100] *Ibidem*, p.21-22.
[101] AMADO, *op. cit.,* 2007, p.22.
[102] SILVA e LOPES, 1996 apud AMADO, *op. cit.*, 2007, p.22.
[103] OLIVEIRA, 1985 apud AMADO, *op. cit.,* 2007, p.22.

como exemplo para futuras incursões. Em 1976 o Governo Federal criou o Projeto Tabuleiro Sul (integrado ao Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE), dando início "às intervenções fundiárias visando à redistribuição de terras aos trabalhadores rurais, com base em projetos de assentamentos para pequenos proprietários".[104]

A pressão dos trabalhadores rurais por políticas agrárias eficientes aumentava a cada ano que passava levando o Governo Federal a criar, em 1985, o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pelo Decreto nº 97.766, "com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989". Contudo, "quatro anos depois os números alcançados eram modestos perante a meta: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares".[105]

Esse Plano, embora apresentasse resultados muito distantes da meta projetada, buscava atender ao previsto em lei estabelecida duas décadas antes, a lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra[106], cujo art. 1º define Reforma Agrária como "o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade".

O conceito de reforma agrária aparece na história, tanto relacionado à ideia de revolução agrária, ligado às revoltas camponesas, como, também, à ideia de reforma agrária como política governamental. Tratando do tema, Oliveira (2007, p.67-68), adota o conceito Reforma Agrária como:

> [...] um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal.

Na mesma linha, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela criação e realização da política fundiária no Brasil, adota o conceito, especialmente, como uma forma do país promover a justiça social, pela desconcentração da estrutura fundiária, possibilitando o aumento da produção

---

[104] SILVA e LOPES, 1996 apud AMADO, *op. cit.*, 2007 p.23.
[105] Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagraria_historia>. Acesso em: 30 de julho de 2014.
[106] Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>, acesso em 02 de agosto de 2014.

conjugadamente à redução da pobreza e ao desenvolvimento rural sustentável.[107] Assim, segundo o INCRA:

> Reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64). Na prática, a reforma agrária proporciona:
> - A desconcentração e a democratização da estrutura fundiária;
> - A produção de alimentos básicos;
> - A geração de ocupação e renda;
> - O combate à fome e à miséria;
> - A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;
> - A interiorização dos serviços públicos básicos;
> - A redução da migração campo-cidade;
> - A democratização das estruturas de poder;
> - A promoção da cidadania e da justiça social.

Com esse princípio, e de acordo com Silva (1996 apud AMADO, 2007, p.23-24), em Sergipe, o PNRA priorizou as regiões do sertão do São Francisco e centro sul por serem áreas que apresentavam maior tensão social e conflitos, e por haver "uma estrutura fundiária concentrada de grandes propriedades rurais". Ao final do prazo (1985/1989), entretanto:

> (...) as desapropriações no estado atingiram apenas 14.825 hectares, com uma estimativa de 823 famílias em 13 projetos de assentamentos. Todavia, só foram efetivamente assentados nesse período 468 trabalhadores rurais sem-terra, o que equivale a menos de 10% da meta prevista. Pequenos grupos chegaram a colocar roças comunitárias, porém a experiência foi efêmera. A área trabalhada era menor que 1% e a produção colhida insuficiente para o sustento familiar, dada às dificuldades iniciais que os assentados se defrontavam. Contavam com o repasse dos chamados créditos de implantação, um salário mínimo por família durante os seis primeiros meses para a compra de alimentos e uma pequena quantia para ajudar na construção da casa de moradia e na aquisição de insumos e instrumentos de trabalho. (SILVA, 1996 apud AMADO, 2007, p.23-24)

Para os trabalhadores rurais sergipanos, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1985, foi, portanto, fundamental, pois os conflitos estavam cada vez mais intensos[108]. De 1985 a 2005, ocorreram 136 ocupações de terras em Sergipe (incluindo 19.526 famílias de trabalhadores rurais). Essas ocupações foram apoiadas pela Diocese de Propriá/SE e pelo MST (em sua maioria).[109]

Apesar disso, de acordo com Lopes et al (2007, p.16-17), a expansão dos assentamentos rurais nas décadas de 80 e 90 não indica um processo de reforma agrária de sucesso na medida em que "tais projetos se constituíram a partir de uma lógica de política

[107] INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acesso em: 30 de julho de 2014.
[108] AMADO, *op. cit.*, 2007, p.24.
[109] LOPES, *op. cit.*, s/d, p.07-10.

governamental que tinha por eixo evitar tensões sociais e não realizar transformações significativas na estrutura agrária do país".

O território do antigo engenho Penha, em Riachuelo/SE, está inserido nessa história de luta pela terra. Abriga a Colônia Penha como parte do processo de assentamentos de população sem-terra que havia ocupado a região do Cotinguiba com o apoio do MST. A consolidação de sua estrutura é uma realidade e hoje é um assentamento que já conta com políticas públicas federais e estaduais.

2.2. Os novos vizinhos

Atualmente, a Capela da Penha está inserida numa paisagem, cuja conformação ocupacional é, assim, diferente da que justificou sua origem. O antigo engenho de açúcar, de cuja estrutura fazia parte e que a ambientou até início do século XX, desapareceu e, hoje, a área de vizinhança da Capela (imagem 71) abriga de um lado, a Colônia Penha, um dos seis grupos de comunidades rurais pertencentes ao Projeto de Assentamento Dandara, que abrange os municípios de Malhador, Riachuelo e Areia Branca. Esse assentamento foi criado pelo Governo do Estado, com a desapropriação de fazendas e sítios da região, para executar o Projeto de Irrigação Jacarecica II (PejacII). O outro lado da Capela é formado por lotes empresariais e áreas de reserva, que pertencem, também, ao Governo do Estado de Sergipe.

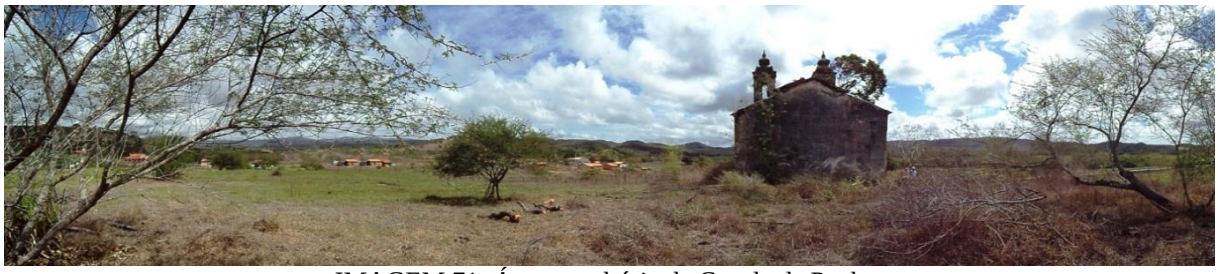


IMAGEM 71: Área envoltória da Capela da Penha.
FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2013.

De acordo com informações disponibilizadas pela Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO), os estudos para implantação do sistema de irrigação Jacarecica foram iniciados em 1983 e o respectivo projeto executivo foi concluído em março de 1987. A implantação ocorreu após intervenção

fundiária, com desapropriação[110] de 70 propriedades pelo Governo Estadual no interior do perímetro estabelecido. Inicialmente, a área do projeto abarcava os municípios de Itabaiana, Riachuelo, Malhador e Areia Branca, mas devido à demanda de irrigação do município de Itabaiana, o projeto foi dividido em duas áreas: Jacarecica I (no município de Itabaiana) e Jacarecica II (nos demais municípios).[111]

A COHIDRO é o órgão estadual, fundado em 1983, responsável pela implantação de seis projetos de irrigação em Sergipe: Piauí, Jacarecica I, Jacarecica II (imagem 72 e 73), Jabiberi, Califórnia e Ribeira, e está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural - SEAGRI. A imagem 72 mostra o rio Jacarecica (cor azul) passando próximo a Colônia Penha (cor vermelha) e chegando até o eixo da barragem Jacarecica II (cor amarela).

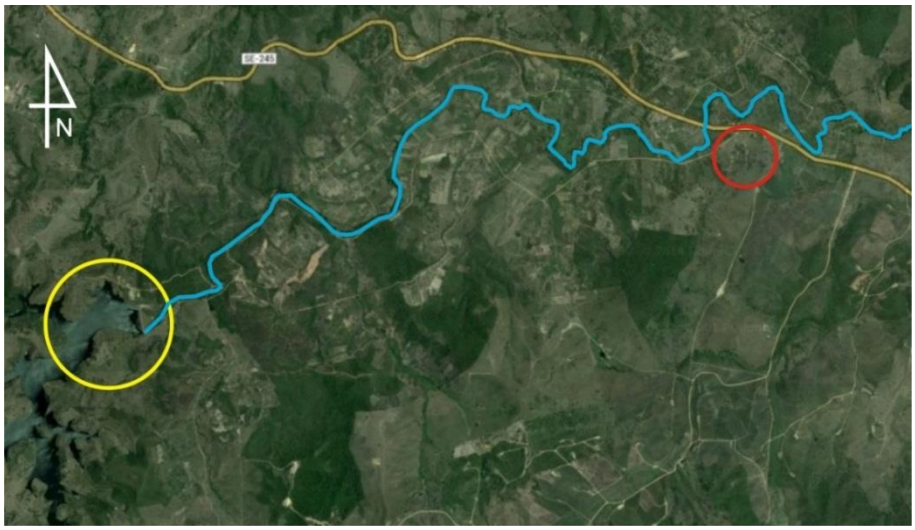


IMAGEM 72: Perímetro irrigado Jacarecica II.
FONTE: Google Maps, agosto de 2014. Intervenções por Tamyres Fontenele, 2014.

O Projeto de Irrigação Jacarecica II – no qual está inserido o Projeto de Assentamento Dandara – possui área dividida em lotes empresariais e lotes cedidos em comodato a Associações de Produtores e Trabalhadores Rurais que foram assentados sob a responsabilidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE).[112] Na imagem 73 observa-se a Planta do projeto de irrigação Jacarecica II, onde representou-se na cor amarela a

[110] Ver anexo 2: Planta Topocadastral do Projeto Jacarecica II antes da desapropriação (1997), com marcação dos lotes pertencentes ao antigo proprietário (Belchior Oliveira) e locação da Capela da Penha, feitas por Tamyres Fontenele, setembro de 2014.
[111] Informação disponível em: <http://www.cohidro.se.gov.br>. Acesso em 30/04/14.
[112] *Idem*.

Comunidade Penha, da qual somente está em estudo no presente trabalho o lote 84, que se situa na área envoltória da Capela da Penha.

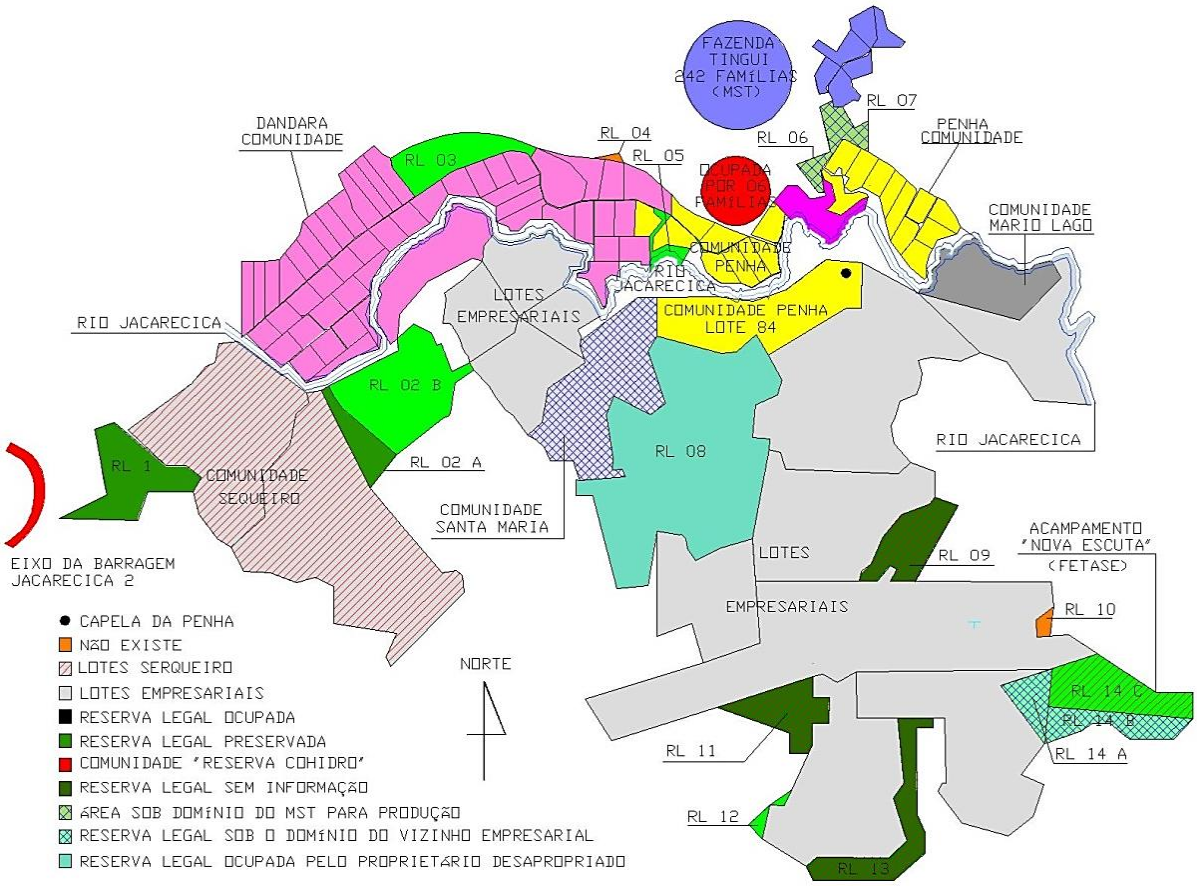


IMAGEM 73: Planta do Projeto de Irrigação Jacarecica II.
FONTE: COHIDRO, outubro de 2009.

Um projeto de assentamento para o INCRA "é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si", instaladas em locais onde tenha existido um imóvel rural pertencente a um único proprietário. Cada parcela, lote ou gleba (unidades) é entregue a família que não tenha condições de adquirir e manter um bem rural por outros meios. Os trabalhadores que recebem os lotes comprometem-se a morar e explorar a terra em seu próprio benefício – "utilizando a mão de obra familiar e contando com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas" –, ficando vinculados ao INCRA até possuírem a escritura, além disso, não podem dispor da gleba sem anuência ou autorização do INCRA. De acordo com o mesmo Instituto, "os assentamentos da reforma agrária dão condições de moradia e de produção familiar, e garantem a segurança alimentar de brasileiros das zonas rurais que até então se encontravam sob risco alimentar e social".[113]

[113] Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 05/09/2014.

O Projeto de Assentamento Dandara – com área de 3.085,7781 ha (três mil e oitenta e cinco hectares e setenta e sete ares e oitenta e um centiares) e registro no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)[114] – foi criado com o objetivo de reconhecer e atender 113 (cento e treze) famílias de pequenos produtores rurais, pela portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nº22/2002. Essa portaria determina "a participação dos assentados classificáveis no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no Grupo A, bem como na linha de Crédito Instalação do INCRA".[115]

O PRONAF foi criado, na década anterior, com "a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda"[116], pelo Decreto federal nº 1.946, de 28 de junho de 1996, tendo como estratégia a "parceria entre os governos municipais, estaduais e federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações"[117].

O grupo A do PRONAF foi destinado a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) "que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf"[118].

Em 2004, houve uma primeira retificação[119] da Portaria do INCRA nº22/2002, modificando o número de unidades agrícolas familiares de 113 (cento e treze) para 167 (cento e sessenta e sete); em 2010, outra retificação[120] ampliou ainda mais o número de unidades agrícolas – de 167 (cento e sessenta e sete) famílias para 213 (duzentas e treze) famílias; e em 2013, na retificação[121] mais recente, o número foi ampliado para 303 (trezentas e três) famílias reconhecidas no Assentamento Dandara.

---

[114] É um sistema de gerenciamento de dados, destinado ao tratamento, sistematização e recuperação dos dados sobre projetos de reforma agrária desde sua criação até sua emancipação. Além disso, registra dados econômicos e sociais das áreas de assentamentos. (INCRA. Cartilha: O INCRA e o Assentamento. Disponível em:<http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf>. Acesso em: 24/10/2013.)

[115] Portaria N.º 0022 de 26 de setembro de 2002. DOU - página 87, seção 1, 02/10/2002.

[116] Decreto Lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996, art. 1°.

[117] *Ibidem*, art. 2°.

[118] Disponível em: http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ. Acesso em: 05/05/2014.

[119] Retificação DOU, página 43, seção 1, 05/08/2004.

[120] *Ibidem*, página 72, seção 1, 11/06/2010.

[121] *Ibidem*, página 136, seção 1, 15/10/2013.

Em 1998, as famílias atualmente no Assentamento Dandara, em movimento pela reforma agrária, ocuparam terras no município de Riachuelo – na Fazenda Escuta, e alguns dias depois, montaram acampamento às margens da Usina Pinheiros, em Laranjeiras. De acordo com Amado (2007) "as famílias que acamparam e hoje estão assentadas, participaram do movimento a convite do coordenador regional do MST, de outros militantes e dos próprios familiares".[122]

> A transição de acampamento para assentamento ocorreu em 07 de setembro de 2002, após 4 anos, quando na ocasião as áreas foram distribuídas através de sorteio respeitando-se os critérios de seleção, os quais exigiam que o beneficiário do lote pertencesse ao acampamento e estivesse comprovadamente desempregado, bem como pessoas que estiveram envolvidas em militâncias pelo MST e que ainda não tivessem sido beneficiadas com lotes em assentamentos. (AMADO, 2007, p.39)

Conforme matéria publicada pelo Governo do Estado de Sergipe[123]:

> Agricultores familiares, assentados na Colônia Agrícola Penha, em Riachuelo, foram beneficiados pelo "Minha Casa, Minha Vida Rural", com financiamento superior a R$ 1,4 milhões pela Caixa Econômica Federal, para a construção de 50 casas com recursos do Programa Nacional de Habilitação Rural (PNHR). A localidade é formada por 33 lotes com acesso a irrigação pública do Perímetro Jacarecica II, da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro) e em 2011 se tornou um projeto de reforma agrária federal.
> [...]
> São habitações de 56 m² com dois quartos, cozinha, sala de estar e banheiro, destinadas principalmente à segunda geração de agricultores, filhos dos primeiros irrigantes que atuam na colônia agrícola e que garantirão a sobrevivência da comunidade rural, ao permanecerem na área sem migrar para a zona urbana, [...] (COHIDRO NEWS, 28/01/2014, p.1).

A Associação dos pequenos agricultores da Colônia Penha (Apacop) existe desde 1995 e, inicialmente, "era formada por pequenos proprietários e produtores, que ocupavam áreas particulares em regime de comodato". De acordo com nota de entrevista com o líder do assentamento feita pela COHIDRO, com o projeto de irrigação, iniciado em 2002, houve maior motivação em permanecer na terra, pois isto tornaria "a agricultura viável o ano inteiro", tendo início a busca pela posse dos lotes por parte dos agricultores. Na mesma entrevista, explicou que "a Cohidro teve papel fundamental nesse processo, ao fornecer toda a

[122] AMADO, *op. cit.*, 2007, p.38-39.
[123] Disponível em: <http://www.cohidro.se.gov.br/modules/news/print.php?storyid=263>. Acesso em: 28/03/2014.

documentação necessária para que pudéssemos ter a posse das terras, mas também foi a água da irrigação que gerou a vontade de ficar e lutar pela terra".[124]

O lote 84, correspondente à Colônia Penha, possui 41 lotes. A agrovila (imagem 74 e 75), como é conhecida, possui 17 unidades de lotes habitacionais, um aglomerado que facilitou a instalação da rede elétrica e o abastecimento de água. Além desses, existem outros 24 lotes, que são usados para plantio e criação de animais. Os trabalhadores dormem na agrovila e usam os lotes maiores e mais distantes para trabalhar no plantio e na pecuária. A autorização para a ocupação do lote 84 foi feita através de contrato de comodato, assinado dia 17 de julho de 2002, com vigência de 10 anos.



IMAGEM 74: Colônia Penha / Agrovila – lotes, casas e ruas.
FONTE: IPHAN/SE, 20/11/2014.



IMAGEM 75: Colônia Penha / Agrovila – lotes, casas e ruas.
FONTE: IPHAN/SE, 20/11/2014.

Em 2012, a COHIDRO emitiu um novo Termo de Autorização de uso[125], formalizando o direito de ocupação do lote de terra nº84 (Colônia Penha) do Projeto Jacarecica II. No item que trata das obrigações da ocupante (Cláusula Segunda), entretanto, não há nenhuma referência à Capela da Penha. Não há, também, nenhum registro de que os ocupantes tenham sido informados sobre a necessidade e importância de preservar o bem tombado.

[124] Entrevista disponível em: <http://www.cohidro.se.gov.br/modules/news/print.php?storyid=263>. Acesso em: 28/03/2014.
[125] Termo de Autorização de Uso. Governo de Sergipe – COHIDRO, vinculada a Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – SEAGRI. 11 de setembro de 2012, Aracaju/SE. Termo emitido com o consentimento do Conselho Administração da COHIDRO, Resolução nº2/2012, em 11 de janeiro de 2012.

2.2.1. Visitando a Capela da Penha

No dia 8 de abril de 2013, a Apacop, através do presidente Everaldo Melo, esteve[126] no IPHAN com o objetivo de solicitar a recuperação da Capela da Penha, alegando que a comunidade teria interesse em fazer uso do imóvel, mantendo seu uso como igreja católica (em respeito ao uso original), mas, também, como sede para reuniões da comunidade.

Em visita técnica[127] realizada pelo IPHAN em 2013 – em atendimento a solicitação do presidente da associação da Colônia Penha – foi constatado que os lotes da agrovila estavam separados por cercas aramadas, uma delas fixada na parede lateral da Capela, onde foram abertos pequenos buracos para prender os arames (imagem 76 e 77). O conhecimento da situação atual da capela, de seu precário estado de conservação e da transformação de sua área de vizinhança, levou os técnicos responsáveis pela vistoria a reforçarem a necessidade de que esta pesquisa , se somasse ao trabalho dos técnicos do IPHAN, com o propósito de se delimitar a área de entorno da Capela da Penha com base nos estudos realizados.

Nesse sentido, o conhecimento sobre como teria se dado o processo de parcelamento das terras no entorno da capela tinha importância significativa.



IMAGEM 76: Vista geral da cerca que chega até os limites físicos da Capela da Penha.
FONTE: FONTE: IPHAN/SE, 20/11/2014.

[126] No dia 8 de abril de 2013, ocorreu uma reunião com a Superintendente Terezinha Oliva, o arquiteto Kléber Rocha, a chefe de divisão técnica Marta Chagas e a bolsista do PEP/IPHAN Tamyres Fontenele.
[127] Visita técnica realizada no dia 11 de abril de 2013, pelo técnico do IPHAN, o arquiteto Kléber Rocha; um estagiário e a bolsista Tamyres Fontenele.

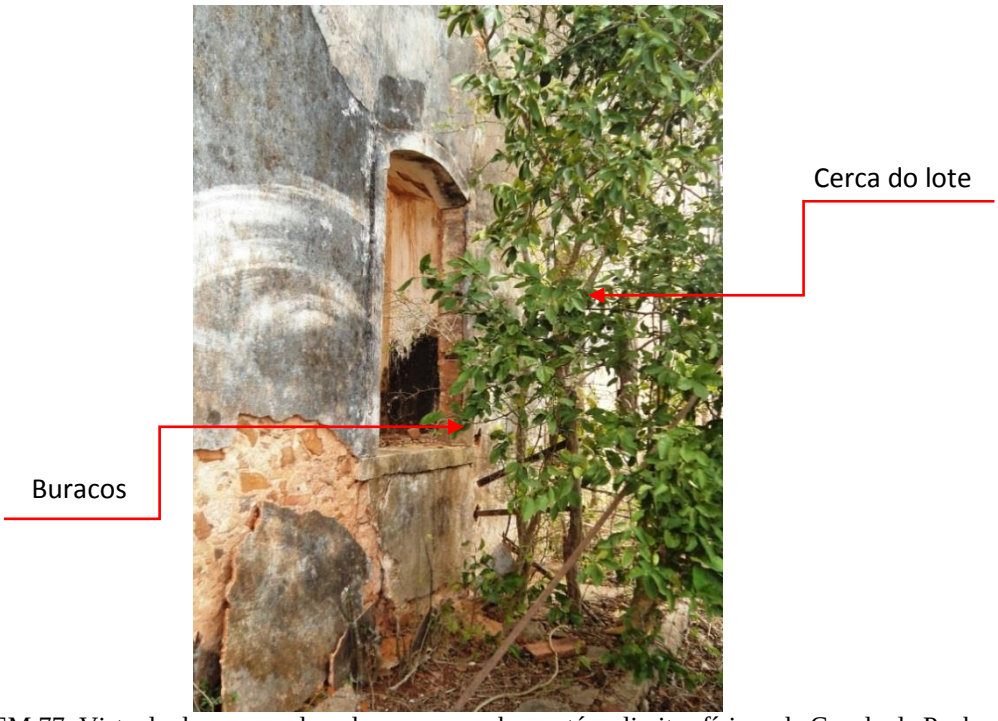


IMAGEM 77: Vista do dano causado pela cerca que chega até os limites físicos da Capela da Penha.
FONTE: Arquivo pessoal de da autora, 2013.

De acordo com o projeto de loteamento da Colônia Penha (imagem 79), elaborado por um técnico em agrimensura, contratado pela APACOP, delimitou-se uma área de 0,2994ha (equivalente a 2.994 m²) como "área da igreja", como denominado no projeto. Consta do mesmo projeto a previsão de uma área de reserva da mata ciliar do rio Jacarecica[128]. Contudo, o que se observou durante a visita técnica foi que ambas as áreas delimitadas no projeto não foram respeitadas pelos assentados, como mostrado nas imagens acima.

A área construída da capela (incluindo adro e escadaria de acesso) é de 531,39 m², que subtraída da área de 2.994 m² – referente à área proposta no projeto de loteamento da Colônia Penha –, resultaria em uma área total de 2.462,61 m² pertencente à capela. Isso possibilitaria, aproximadamente, uma área livre de 15 metros para cada lado da capela. Do mesmo modo, as áreas à frente da Capela denominadas no projeto como "área comunitária" e "área coletiva", foram parcialmente ocupadas por lotes residenciais e de acesso à capela, respectivamente.

[128] Ver anexo 3: Planta de parcelamento da Colônia Penha. Observar legendas referentes às áreas de preservação e área pertencente à Capela da Penha.

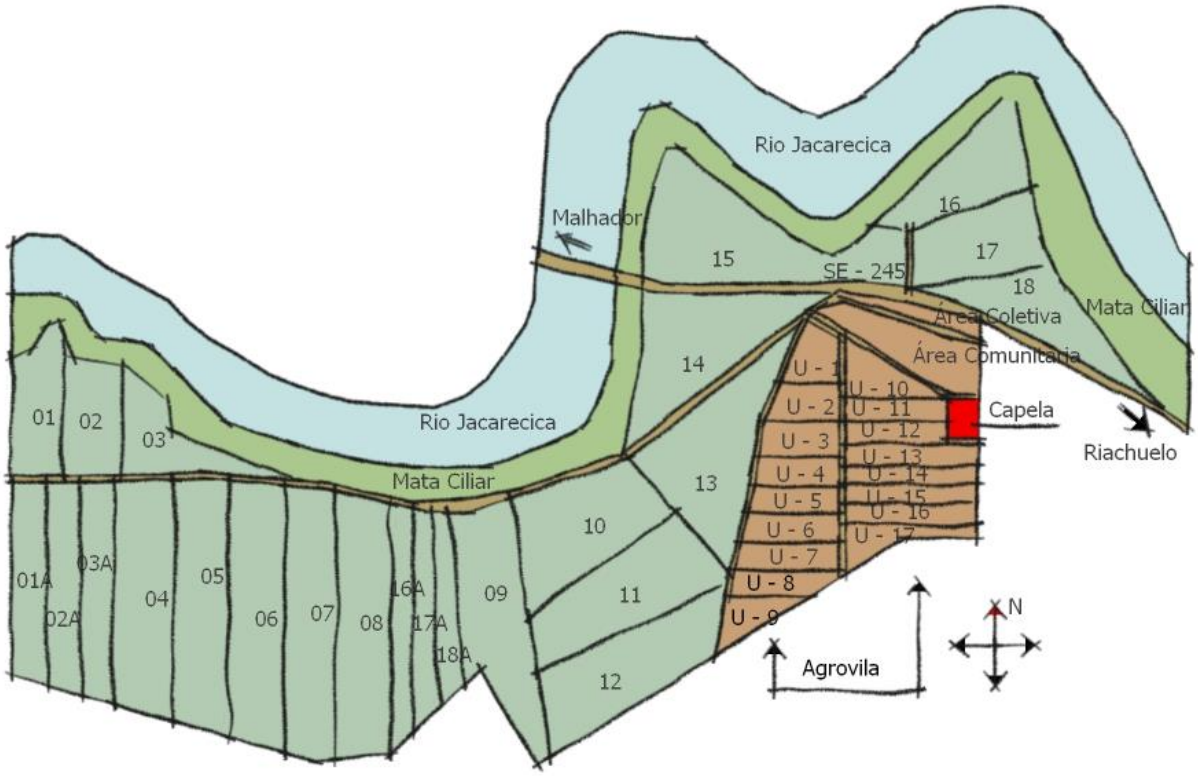


IMAGEM 78: Imagem referente ao projeto do lote 84 do Perímetro Irrigado Jacarecica II.
FONTE: APACOP – Projeto Jacarecica II – lote 84, dezembro de 2003. Convenções adotadas por Tamyres Fontenele: a pintura vermelha representa a "Área da Igreja" como foi colocada no projeto original - ver anexo 3.

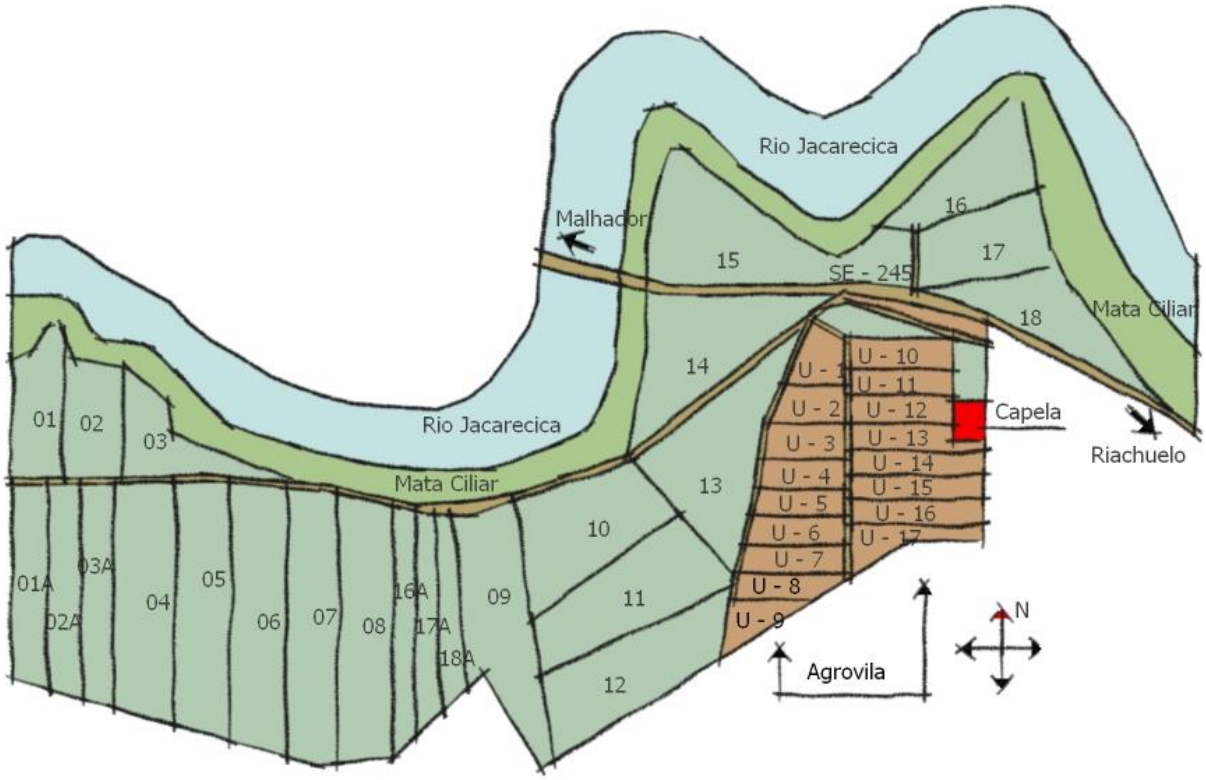


IMAGEM 79: Croqui de implantação atual da Capela da Penha e da Agrovila da Colônia Penha.
FONTE: Croqui elaborado por Tamyres Fontenele, 2014. Informações disponíveis na Planta do parcelamento do lote 84 do Projeto de Jacarecica II, APACOP, Riachuelo/SE, dezembro de 2003 – ver anexo 3.

A importância de afastar a capela dos lotes rurais, aparentemente compreendida pelo autor da planta referente ao lote 84, se perdeu na história cotidiana do assentamento. Os espaços que seriam utilizados como áreas comunitárias e coletivas e de proteção à capela transformaram-se em espaços de acessos à agrovila e, parcialmente, para ampliação dos lotes mais próximos da capela.

Por sua vez, o IPHAN que tem competência para delimitar[129] áreas de entorno com a finalidade de garantir a preservação da ambiência dos bens tombados, buscando construir paisagens harmônicas que os valorize, não teve qualquer participação no projeto e na sua transformação. Essa competência foi estabelecida pelo Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, que determina em seu artigo 18:

> Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Apesar da previsão legal, o caso da Capela da Penha não é isolado. Os bens rurais, inclusive todas as capelas que sobreviveram à decadência de antigos engenhos em Sergipe não contam com definições sobre os limites das transformações em suas áreas de vizinhança. A ausência de normas que garantam a vizinhança dos bens tombados é agravada quando os bens perderam as suas antigas funções e novas relações espaciais e sociais se estabelecem entre as comunidades e esses bens. Em áreas rurais, as alterações na forma de ocupação podem ser impactantes.

> Nos casos de áreas rurais, muitas vezes a complexidade se dá em função da escala territorial que deve ser alcançada para preservação da ambiência do bem. Assim, a proteção dos entornos depende da atribuição de valor cultural a essas áreas e exige, para garantir a legitimidade do ato, um trabalho técnico de explicitação de seu valor em relação aos bens tombados, tão importante quanto aquele de tombamento. (MOTTA e THOMPSON, 2010, p.09)

Os impactos comuns causados pela transformação de forma e uso nos entornos dos bens tombados são cada vez mais considerados quando se pretende conservar os bens

[129] De acordo com Raffestin (1993, p.153) delimitar é "isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa. O desenho de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção do território".

culturais. A Declaração de Xi'an[130] que define princípios e recomendações quanto ao tratamento dos entornos de edificações, sítios e áreas do Patrimônio Cultural, que resultou de encontro entre diferentes técnicos preocupados com o problema e que se reuniram na China, em 2005, é, nesse sentido a mais atual referência internacional de que se dispõe. [131]

A declaração recomenda que se reconheça a contribuição do entorno para o significado dos monumentos, sítios e áreas de patrimônio cultural, desenvolvendo instrumentos de planejamento e práticas para a conservação e a gestão do entorno que acompanhem as mudanças que ameaçam o entorno dos bens culturais. Além disso, no que interessa diretamente a nossa pesquisa, recomenda que se trabalhe com as comunidades locais, e de modo interdisciplinar, com o interesse de fomentar uma consciência social sobre a conservação e a gestão do entorno.[132]

Em se tratando do entorno da Capela da Penha, tais recomendações são essenciais numa futura delimitação a ser estudada pelo IPHAN. A radical transformação da vizinhança da capela com o desaparecimento do engenho não pode ser revertida, entretanto, o fato dessa vizinhança ainda se constituir em um sítio rural , cuja população tem na capela uma referência, como demonstraremos no capítulo 3, tem importância fundamental para o estudo e definição de seu entorno.

O fato de a qualificação da capela como bem tombado não ter sido considerada no planejamento do assentamento e na demarcação dos limites físicos dos lotes torna mais difícil uma solução que concilie as duas realidades e, nesse sentido, esse caso é exemplar, no que se trata da grande complexidade de ações de preservação de bens rurais tombados, onde apenas garantir suas integridades físicas tem pouca importância se não resultar no estabelecimento, ou no restabelecimento, de significados para as comunidades em seus entornos.

---

[130] DECLARAÇÃO DE XI'AN. Sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural. Adotada em Xi'an, China, em 21 de outubro de 2005. Tradução em língua portuguesa: ICOMOS/BRASIL, março de 2006.

[131] "Considerando as referências ao conceito de entorno nas convenções e recomendações da UNESCO como a Recomendação Referente à Proteção da Beleza e o Caráter das Paisagens e dos Sítios (1962), a Recomendação Referente à Conservação dos Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas ou Privadas (1968), a Recomendação Referente à Proteção e ao Papel Contemporâneo das Áreas Históricas (1976), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (2003), e, especialmente, a Convenção do Patrimônio Cultural (1972) e suas Diretrizes, onde o entorno é visto como um atributo da autenticidade que demanda proteção mediante a delimitação de zonas de respeito, assim como a crescente oportunidade que o entorno oferece para a cooperação internacional e interdisciplinar entre ICOMOS, UNESCO e outras entidades, e para o desenvolvimento de temas como a autenticidade ou a conservação de paisagens urbanas históricas, como consta no Memorando de Viena (2005)" (XI'AN, 2005, p.01)

[132] DECLARAÇÃO DE XI'AN, 2005, p.01.



CAPÍTULO III

A Capela da Penha frente às novas apropriações do território

Neste capítulo, optou-se por trabalhar com o conceito de "território". Entende-se que a análise das novas formas de apropriação do sítio no entorno da capela, tanto do ponto de vista físico-geográfico, como social e simbólico, poderão ser estudadas e melhor compreendidas com base nesse conceito e, tendo como principal orientação, as ideias de Claude Raffesttin na obra "Por uma Geografia do Poder". Além dessa obra, os estudos das autoras Auceia Matos Dourado e Maria Augusta Mundim Vargas – no texto Identidade e Pertencimento nos Assentamentos Rurais de Sergipe – também contribuíram para a abordagem adotada neste capítulo.

O território como um conceito tem sido utilizado como uma ferramenta explicativa para intervenções políticas e sociais, pois vem ganhando cada vez maior importância e visibilidade nas áreas das Ciências Sociais.[133] Essa abordagem é adotada pelas autoras Dourado e Vargas (2013, p.02) quando ao conceito de território atribuem "uma ideia de apropriação, dominação, relações de poder, identidades simbólico-culturais e territorialidades, diferenças, mudanças e permanências"[134].

Esse entendimento corresponde às ideias de Raffestin (1993, p.144), para quem:

> O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

Assim, o território é um local de relações, onde o fato de um ator "produzir uma representação no espaço, já é uma apropriação". Nesse sentido, "o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido" (1993, p.147). E segue o mesmo autor com os esclarecimentos necessários para a análise do território produzido pelos atores da Colônia da Penha:

> **As "imagens" territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que 'produzem' o território.** De fato, o Estado esteve sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. **O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios".** (RAFFESTIN, 1993, p.152, grifo nosso)

[133] CRUZ, 2011 apud DOURADO E VARGAS , 2013, p.01.
[134] DOURADO E VARGAS, *op.cit.*, 2013, p.02.

A compreensão das relações e territorialidades estabelecidas na comunidade da Colônia Penha é, nesse sentido, parte fundamental desta pesquisa e poderá orientar, no futuro, qualquer intervenção na capela, como uma restauração, urbanização ou delimitação de entorno, por exemplo.

Como primeira forma de territorialização não se pode minimizar o fato de a Colônia da Penha ser uma comunidade marcada por um histórico de luta e resistência, ainda que tenha conquistado o direito de ocupar o entorno da capela com autorização do proprietário da terra (o Governo do Estado de Sergipe) e de contar com o reconhecimento, pelo INCRA, das famílias que a constituem. Esse nosso destaque está também apoiado em Cruz[135], para quem a criação de um assentamento traz consigo o processo de territorialização e por fim a territorialidade, onde "forjados pela apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico, permeado por disputas e conflitos sociais, os territórios dos assentamentos devem ser explicados para além do viés das políticas públicas". Mais uma vez Dourado e Vargas (2013, p.04) reforçam essa ideia quando justificam:

> (...) o processo de construção da identidade territorial nos assentamentos é histórica e relacional, conjugando elementos materiais e simbólicos. Esses elementos podem ser traduzidos como o espaço de referência identitária (referente espacial no sentido concreto e simbólico onde se ancora a construção de uma determinada identidade social e cultural) e a consciência socioespacial de pertencimento (a construção do sentimento de pertença e do autorreconhecimento, o que implica em nós nos reconhecermos como pertencentes a um grupo e a um território específico).

Esse autorreconhecimento coletivo é resultado do processo de luta pelo acesso à terra e com isso no estabelecimento de relações e apropriações, tanto simbólicas como funcionais. "A ocupação do território do assentamento é a primeira etapa de um longo processo de construção, sobretudo de uma teia de novas relações sociais, políticas e econômicas".[136]

A partir dessas ideias, optou-se por ouvir a comunidade residente nas imediações da Capela da Penha. Visto que houve uma total transformação do sítio, onde até meados do século passado ainda existia toda a estrutura de um antigo engenho de açúcar, e que a Capela remanescente é hoje parte de uma estrutura de lotes rurais de agricultura familiar e lotes empresariais ainda livres de ocupação, considerou-se indispensável compreender como a capela é representada no território construído pelos assentados. Considerou-se, portanto, que o conhecimento dessas apropriações, sejam elas simbólicas ou geográficas, é condição prévia a

[135] CRUZ, 2011 apud DOURADO E VARGAS, *op. cit.*, 2013, p.01.
[136] *Idem*, p.03-04.

qualquer projeto que vise conciliar os interesses de preservação da capela, como bem tombado por seu valor para a coletividade nacional, com os interesses da população que conquistou o direito de habitar em suas imediações.

3.1. Pesquisa de campo: apropriações contemporâneas da Capela da Penha

Com o objetivo, portanto, de investigar a possibilidade de restauração da capela, para além da determinação legal, mas como parte de um processo de afirmação de identidade territorial e simbólica dos assentados, optou-se por desenvolver pesquisa que ajudasse a conhecer as histórias, expectativas dos moradores e a identificar um possível sentimento no grupo de pertencimento ao território em que a capela é uma referência física.

Para a pesquisa de campo, utilizou-se como método a aplicação de um questionário semiestruturado – com o uso de perguntas abertas e fechadas, de forma a conduzir melhor a entrevista sem perder o foco principal, mas que possibilitassem, em caso de alguma informação nova, abordar o assunto – realizado com uma amostragem do grupo. Fizeram parte desse grupo amostral, pessoas escolhidas a partir de critérios objetivos e identificadas pelo líder comunitário como as que se enquadravam nos perfis solicitados.

A decisão de aceitar as indicações pelo líder comunitário de pessoas que se enquadravam nos perfis estabelecidos deveu-se às dificuldades de acesso aos moradores da Colônia. Essa decisão foi avaliada como a única possível, embora pudesse comprometer os resultados das entrevistas. Uma outra dificuldade que não foi possível contornar foi a presença do mesmo líder comunitário em todas as entrevistas.

A realização das entrevistas ocorreu no período de 23 a 27 de agosto de 2014, exceto a entrevista com o líder comunitário, feita posteriormente, no dia 9 de setembro de 2014. Considerou-se necessária esta distinção pela possibilidade de reestruturação das perguntas feitas a ele em função de questões que pudessem surgir nas demais entrevistas.

O grupo amostral para a entrevista foi selecionado a partir dos critérios e objetivos abaixo:

- Ouvir o morador mais antigo da Colônia e verificar se teria maior ou menor afinidade com a capela, por viver a mais tempo na comunidade. Além disso, se queria verificar se esse depoimento auxiliaria para um maior conhecimento sobre as transformações e o

arruinamento da capela ao longo do tempo. A pessoa indicada com este perfil foi a Sr.ª Margarida, moradora do lote 17 (imagem 80).

- Ouvir uma pessoa que conhecesse a história da capela. A indicada, com esse perfil, foi Dona Carmelita: uma antiga moradora da comunidade.
- Ouvir um morador de religião católica, com o objetivo de verificar a sua afinidade com a capela, devido sua religião e, também, a sua opinião sobre a restauração do antigo templo católico para uso não religioso. O indicado com este perfil foi Sr. Pacheco, morador do lote U-10 na agrovila (imagem 80).
- Ouvir um morador de lote próximo à capela com o objetivo de compreender se tal condição modifica a sua percepção do bem em relação aos demais. O indicado com este perfil foi Sr. Orlando morador do lote U-12 na agrovila (imagem 80).
- Ouvir um morador de religião evangélica com o objetivo de verificar como percebe a capela, e, também, a sua opinião sobre a restauração do antigo templo católico para uso não religioso. A entrevistada indicada com esse perfil foi Simone, moradora do lote U-13 na agrovila (imagem 80).
- Ouvir um morador recentemente integrado à comunidade com o objetivo de verificar a sua relação com a capela. Verificar se esse morador, por viver a menos tempo na comunidade, teria maior ou menor afinidade com a capela, se teria conhecido em processo de arruinamento ou já arruinada. A indicada com este perfil foi Tamires, moradora do lote U-4 na agrovila (imagem 80).
- Ouvir um morador em lote distante da capela com o objetivo de compreender se tal condição altera a sua percepção do bem em relação aos demais. A indicada com este perfil foi Sr.ª Maria, moradora do lote U-3 na agrovila (imagem 80).
- Ouvir o líder comunitário por ser uma pessoa influente na comunidade, por ter fundado a associação e por viver nas imediações da capela desde pequeno como morador do lote 6, do outro lado do rio (imagem 80).

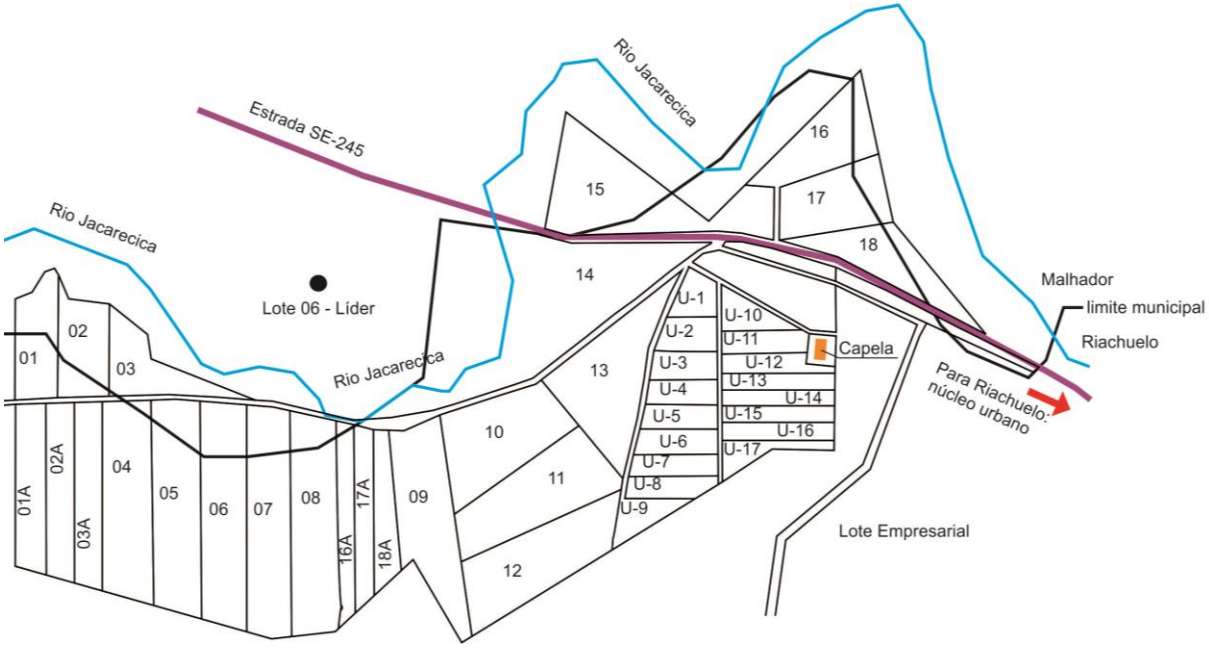


IMAGEM 80: Mapa de identificação dos lotes dos entrevistados.
FONTE: Croqui elaborado pela autora, 2014. Informações disponíveis na Planta do parcelamento do lote 84 do Projeto de Jacarecica II, APACOP, Riachuelo/SE, dezembro de 2003 – ver anexo 3.

Definido o grupo a ser entrevistado, foi estruturado um questionário básico com um conjunto de perguntas que pudessem fornecer dados sobre vínculos entre os entrevistados e a capela e as possíveis motivações destes vínculos. Esse questionário foi organizado em dois conjuntos de perguntas, com os objetivos:

a. Para a identificação do morador:

- Nome: para o caso de citações no texto.
- Idade: entender se o vínculo entre morador e capela resulta de a ter conhecido ainda em uso.
- Religião: verificar se a restauração da antiga capela para uso religioso teria repercussão na comunidade.
- Ocupação: entender os vínculos atuais da comunidade com a atividade rural.
- Moradia: identificar o lote do entrevistado e sua relação espacial com a capela.

b. Para conhecimento sobre a existência de vínculos do morador com a capela:

1. Há quanto tempo vive aqui?

Verificar o tempo de permanência do entrevistado na área, se conheceu a capela quando em uso, se participava das atividades religiosas e se acompanhou seu processo de arruinamento.

2. De onde vem?

Conhecer a origem e motivação para a sua migração ou deslocamento para a área.

3. Por que veio pra cá?

Entender qual a motivação para a organização do assentamento, e se a capela teve influência na escolha do sítio de ocupação.

4. Você conhece a capela, já esteve lá? Do que você lembra? Ela funcionava como igreja? Estava fechada?

Saber qual era a situação da capela da Penha quando o entrevistado se instalou na área.

5. A capela é importante para você? E para a Colônia Penha?

Perceber qual o significado da capela para o entrevistado e se ele percebe interesse da comunidade com relação a ela.

6. Como você gostaria de ver a capela? Por quê?

Saber se existe expectativa do entrevistado em relação à recuperação da capela e o uso esperado, se religioso ou não.

3.1.1. As Fichas técnicas das entrevistas

As entrevistas foram gravadas mediante autorização dos entrevistados, com a exceção de um, que não apresentou os motivos de sua negativa.

Utilizou-se o método da textualização para preencher a ficha técnica[137] de cada entrevista. Esse método permite maior flexibilidade durante a transcrição das entrevistas, sendo possível retirar perguntas, erros gramaticais e palavras sem peso semântico. Foram levadas em consideração questões como: dar a mesma importância a todos os indivíduos envolvidos na pesquisa, utilizar a pesquisa apenas para cumprir os objetivos apresentados, fazer uso de gravador apenas com o consentimento do entrevistado.[138]

[137] THOMPSON, Analúcia (org). Entrevista com Judith Martins. Memórias do Patrimônio 1. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009, p.28.

[138] _____. Memória e oralidade: o uso de fontes orais. Arquivo de aula em Power point, referente ao 1º módulo de aulas PEP/Mestrado Profissional, 2ª parte, turma 2012. Maio de 2013.

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA 01	
Nome	Dona Margarida
Idade	81 anos
Data	23/08/2014
Local	Residência de Dona Margaria, em Riachuelo/Sergipe (Possui lote na Colônia Penha)
Nº do lote	Lote 17
Religião	Católica
Razão da entrevista	Indicação do líder do assentamento: por ser uma das moradoras mais antigas da Colônia Penha.
Suporte	Foi utilizado o gravador do iPhone, arquivo no formato mp4.
Entrevistador	Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira
Principais Informações	Morava com o meu marido na comunidade, mas um dia ele adoeceu e ficou travado numa cadeira de rodas. Desde então, moro em Riachuelo, pois precisava de mais estrutura para cuidar do meu marido. Mas ainda tenho uma casa na comunidade e nunca deixo de ir lá. Meu marido faleceu há dois anos, mas chegamos a completar 62 anos de casados. Sempre morei aqui na região... Por um tempo morei na Várzea[139], ali perto do Penha. A história da Penha não existe mais! Antigamente era bem diferente. Toda sexta-feira da Paixão, ia até a Penha pedir a benção à madrinha Cecília. Ela era zeladora da igreja e estava sempre por lá; nos dias de missa, procissão, ... A sexta-feira da Paixão era um dia de muito movimento na Penha, pois o pessoal de toda a redondeza ia pra lá. Era gente de toda parte, ficava bastante cheio. Todos rezavam até amanhecer. Os penitentes iam rezar pelos mortos e faziam barulho com as matracas. A gente começava a acompanhar a procissão na quinta-feira, que seguia pelo Central[140], passava pela Santana[141] e ia em direção à Penha. Era uma festança, mesmo com a estrada velha, era divertido. A Santana era uma Capela muito fina, de gente rica. As missas aconteciam todos os domingos, mas tinha missa nos dias santos também. Todos os domingos à tarde a gente rezava o terço. A igreja sempre era aberta para todo mundo. Quando madrinha Cecília veio a falecer, a tarefa de cuidar da Capela ficou para Zefinha e depois o Padre Padilha comprou a Igreja. Desde então a Penha nunca mais foi a mesma coisa. O Padre mandou tirar os

[139] Antigo Engenho Várzea, hoje Fazenda Várzea, a propriedade fica próxima à Colônia Penha.
[140] A entrevistada está se referindo à antiga Usina Central de Riachuelo, lugar onde hoje funciona uma fábrica de tecidos. Localiza-se entre a cidade de Riachuelo/SE e a Colônia Penha.
[141] A entrevistada está se referindo à Capela do antigo Engenho Santana, que fica entre a antiga Usina Central de Riachuelo e a Colônia Penha.

	pés de tamarindo, de manga... Ele acabou com tudo, derrubou tudo. A igreja está toda destruída, estragada, tiraram tudo o que tinha de mais lindo: os azulejos, os santos: Santa Judith, Santa Rita, Nossa Senhora da Conceição, Senhor dos Passos, São Sebastião. Era tudo antigo, original e de muito valor, por isso roubaram. O altar era a coisa mais linda, tinha até corrente de ouro. Ali estão enterradas muitas pessoas queridas, muitas pessoas da redondeza, pois ninguém queria ser enterrado no cemitério de Riachuelo. Ao redor da Igreja existiam as lápides[142] de todos que estavam enterrados ali, mas, depois que o Padre Padilha vendeu a Igreja para o Belchior, aí que acabou tudo mesmo. Ele passou com um trator por cima de tudo, retirou todas as pedras dos mortos, até o antigo cruzeiro. O cruzeiro que está lá hoje em dia é novo. Mas era no antigo que as pessoas faziam as promessas; amarrando fitas e acendendo velas. Todo mundo falava que existia um buraco nos fundos da Igreja, com a profundidade de um poste. E que neste lugar, havia um túnel que levava até o Juazeiro. Mas a madrinha não deixava que eu fosse muito perto, e acabou que nunca vi o famoso buraco. Mas todos comentavam o quanto era fundo e perigoso, pois muita gente jogava corpo seco lá, para aproveitar o caixão. Eu sempre levei meus filhos nas procissões e nas missas da Penha. Tenho filho enterrado lá, minha mãe está enterrada lá. Mas não sei mais onde. Todo mundo está enterrado ali. Tudo ali era bom demais. As pessoas rezavam, costumávamos acender velas e fazer orações. Mas agora não dá mais. Cavaram tudo por lá, para tirar os anéis e dentes de ouro dos ricos, que estão enterrados dentro da Capela. Destruíram o altar. Hoje, ali só serve para os cavalos e bois. Se a Igreja voltasse a funcionar seria tão bom, traria muita alegria, mas não acredito que vai voltar. Mas eu iria ficar muito feliz, voltaria pra lá de vez; para pescar de novo, trabalhar na roça, cortar lenha... Por aqui, eu brinco, danço no grupo de idosos, faço até apresentação lá em Divina Pastora. Danço na rua com o batalhão, como passa na televisão.

[142] Quando Loureiro (1999, p.35) descreve a Capela em seu livro, aponta que as lápides, remontam à história do lugar, pois "as mais antigas inscrições registram o nascimento e [a] morte de um membro da família Rabelo Leite" (1833-1870) e do Major Joaquim Leite da Costa Belém (1830-1904). Além desses, havia túmulos da família Oliveira Reis, Vasconcelos e Pimentel Franco.

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA 02	
Nome	Dona Carmelita
Idade	89 anos
Data	25/08/2014
Local	Residência de Dona Carmelita em Riachuelo/Sergipe
Nº do lote	Não mora mais na comunidade, morou quando era pequena.
Religião	Católica
Razão da entrevista	Indicação do líder do assentamento. A ideia dessa entrevista surgiu durante a entrevista com Dona Margarida, que a citou como uma senhora que viveu na região e frequentou a capela da Penha quando era pequena.
Suporte	Foi utilizado o gravador do iPhone, arquivo no formato mp4.
Entrevistador	Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira
Principais Informações	Santos Souza[143] era do Penha também, a mãe dele tinha ódio dos donos do Penha. Tiveram muitas histórias na época, das maldades deles. Esse dono era o finado Maneca, marido de Anita, eles criaram uma moça como uma filha, mas ele abusou dela por ela ser muito boba e besta, era pura demais. Essa moça morou aqui nesta casa. Eu via o ódio nos olhos da mãe de Santos Souza quando ela ouvia falar do finado Maneca, era ódio mesmo, vimos o quanto essa moça sofreu. Eu morei no Penha quando era pequena, minha mãe cuidou de doze filhos e nunca trabalhou fora. Quem trabalhava no Penha era meu pai, ele era "vaquista", e depois foi trabalhar na usina para fazer açúcar. Quando o Penha acabou, fomos para o Pindoba[144]. Eu sempre gostei de ir no Gameleira[145]. Foi lá que a dona do Penha morreu. La no Pindoba era bom demais, tinha a pedreira onde a gente fazia cal, tinha a salina para fazer sal ... Mas fui muito feliz lá na Gameleira. Lembro das palmeiras na entrada [contou isso muito emocionada]. Trabalhei muito tempo também no Central. A diversão era sair do Tingui[146] para ir pescar no Penha. O Belchior não gostava, ficava bravo quando via a gente pescando na lagoa. Fui muitas vezes na Penha, teve até uma tia minha que casou lá, uma irmã também. A igreja era tão bonita que valia a pena. Fui muito ver missa lá. Nunca participei das procissões. Muita gente se batizava lá com o Padre Padilha. Esse Padre... sei não... enquanto estávamos na igreja esperando a missa, ele estava no bar, e acabava atrasando a missa. Lá na igreja tinha uma imagem de Nossa Senhora da Penha que ficava no altar, essa era muito linda. Acho que ouvi dizer que roubaram aquela santa do Penha. Uma pena... Era tão bonita. Lá tinha a casa dos ricos e a senzala, eu lembro delas. Ficavam ali todas bem perto da igreja.

[143] Logo que cheguei à casa de Dona Carmelita, antes de iniciar a entrevista, ela mostrou o "santinho" de um poeta da cidade de Riachuelo, José Santos Souza (1919-2014), lamentando a recente morte dele. Disse que ele foi uma das pessoas que mais admirou a capela, que costumava ir sempre lá.
[144] Antigo Engenho Pindoba, em Laranjeiras.
[145] Antigo Engenho Gameleira, em Laranjeiras.
[146] Fazenda Tingui, próximo da Colônia Penha.

	Eu tenho a mesma idade da antiga dona do Penha, Anita, nós nascemos na mesma data, dia 25 de maio de 1925. Anita está enterrada dentro da Igreja. Sempre gostei de ir ver o túmulo dela, era interessante, era o mesmo dia, mês e ano. Quando você entrar na igreja, olhe do lado esquerdo, perto da entrada tem uma pedra com tudo escrito, sempre que eu ia lá eu olhava. Tem horas que lembro tanto, penso tanto nessa igreja, era bom ir lá. Todo dia de domingo íamos lá para passear. Minha tia Cecília era muito católica e ajudava na comunhão das meninas lá da igreja. Tem muito tempo que estive lá, deve ter mais de 40 anos. Tenho dois filhos enterrados atrás da Igreja, ainda sei onde é, mas tem muito tempo que não vou lá.

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA 03	
Nome	Pacheco (irmão de D.Margarida)
Idade	72 anos
Data	26/08/2014
Local	Colônia Penha em Riachuelo/Sergipe
Nº do lote	U-10 e lote 08
Religião	Católica
Razão da entrevista	Indicação do líder do assentamento: por possuir lote próximo à Capela e por ser um dos moradores mais antigos da comunidade.
Suporte	Foi utilizado o gravador do iPhone, arquivo no formato mp4.
Entrevistador	Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira
Principais Informações	Morei na comunidade quando era pequeno, depois fui embora. Morei em Aracaju, em Rosário do Catete. Voltei pra cá em 1981. Eu sou aposentado, mas trabalhei muito na roça e também na Usina Pinheiros. Voltei a morar aqui porque arranjaram um terreno pra mim e então construí meu primeiro barraco. Conheço a Capela desde pequeno, mas hoje o que se vê dela é a destruição. Antes de ir morar na comunidade, eu já frequentava a Capela, ia sempre às missas quando era pequeno. Acompanhei muitas missas, eu gostava bastante, achava bonita. Adorava as *"benfeitorias"* dentro dela. Admirava os santos. Eu lembro que em 1981 a igreja já estava ruim e sem funcionar. Estava fechada sim. Depois de um tempo que roubaram as portas e janelas; foi então que passou a ficar aberta. Até 81, só tinham roubado o sino de bronze. O Padre Padilha morava na casa grande, que ficava pertinho da Capela, ali na altura daquele poste. O mato só baixava quando o pessoal do IPHAN queria vir aqui. Eles pediam que alguém capinasse ao redor e, depois, pagavam pelo serviço. Eu acho sim a capela importante. Para todos aqui. Ela é bonita, um ponto de referência. Seria bom se reformassem, ia ser melhor, ia ajudar muita gente que está perdida no mau caminho. Queria ver a Capela organizada, mais bonita, pintada por dentro e por fora. Queria que voltasse a ter missa. Minha mãe está enterrada atrás da Igreja, mas já faz tanto tempo que o Belchior passou o trator destruindo as pedras, que nem sei mais chegar até o túmulo. Quando eu era pequeno, eu me lembro do tacho do engenho, do pau de madeira onde castigavam os escravos, mas não alcancei o engenho moendo. O Penha era uma engenhoca. A Usina Pinheiros tomou conta de tudo, e o Penha ainda fornece cana pra lá, desde muito tempo.

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA 04	
Nome	Sr. Orlando
Idade	46
Data	26/08/2014
Local	Colônia Penha em Riachuelo/Sergipe
Nº do lote	U-12 e lote 07
Religião	Católica
Razão da entrevista	Indicação do líder do assentamento: por possuir lote próximo à Capela, pegando toda a região de fundo e parte da lateral.
Suporte	Não permitiu gravação; entrevista escrita à mão.
Entrevistador	Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira
Principais Informações	Eu moro aqui desde que nasci. Nasci ali, na senzala, com uma parteira. A senzala ficava ali em frente à igreja. Eu tenho casa em Riachuelo, mas fico lá e cá, sempre estou por aqui tomando conta do meu terreno. Trabalho como agricultor aqui na Colônia. Conheço a capela desde pequeno, sempre tinham missas e festejos. Vi muita coisa acontecer aqui. Todo mundo costumava se enterrar ali perto da igreja. Tinha o costume até de ir namorar perto da igreja. Do que conheci da capela, tudo está muito ruim agora, poderia voltar ao que era. Mas não quero mais cemitério aqui não. Acho a igreja muito importante sim. Para todos. Se voltasse a funcionar seria ótimo ver as missas ali. Gostaria de ver a capela como antigamente, porque seria importante para todo o povoado da redondeza.

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA 05	
Nome	Simone (nora de Dona Maria)
Idade	28 anos
Data	27/08/2014
Local	Colônia Penha em Riachuelo/Sergipe
Nº do lote	U-3 e lote 16
Religião	Evangélica
Razão da entrevista	Indicação do líder do assentamento: por ser de religião evangélica, por ser jovem e estar na comunidade há pouco tempo.
Suporte	Foi utilizado o gravador do iPhone, arquivo no formato mp4.
Entrevistador	Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira
Principais Informações	Moro aqui na comunidade há 3 anos. Eu sou roceira. Eu morava na Barra dos Coqueiros[147], até que minha mãe comprou um terreno no Bom Jesus[148], e foi lá que conheci meu marido. Meu marido já morava na Colônia. Quando casei vim morar com ele e a mãe dele aqui nesta casa. Eu nunca entrei na capela, só vejo mesmo. Nunca nem cheguei perto. Desde que cheguei aqui que a capela está igual, a diferença é que tinha mais mato ao redor. Percebi que o pessoal da Colônia tem podado às vezes. Acho sim a capela importante. Para mim nem tanto, mas respeito a religião das outras pessoas, por isso acho importante para a comunidade. Agradaria mais se a Capela fosse algo para toda a comunidade, mas se voltar a ser apenas uma Igreja, eu acredito que seria bom também, pois tem muitos católicos que vivem aqui e a Capela não vai ficar sem nada. Queria ver a Capela mais bonita, tem que chamar atenção por sua beleza e não por estar feia. Muita gente aparece por aqui fazendo pesquisa e tirando foto e se estivesse bonita poderia ser um ponto turístico.

[147] Município próximo da capital Aracaju.
[148] Povoado do município de Laranjeiras.

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA 06	
Nome	Tamires (nora de Dona Maria)
Idade	19 anos
Data	27/08/2014
Local	Colônia Penha em Riachuelo/Sergipe
Nº do lote	U-4 e lote 16
Religião	Testemunhas de Jeová
Razão da entrevista	Indicação do líder do assentamento: por ser da religião Testemunhas de Jeová, por ser jovem e estar na comunidade há pouco tempo.
Suporte	Foi utilizado o gravador do iPhone, arquivo no formato mp4.
Entrevistador	Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira
Principais Informações	Moro na Colônia há 3 anos. Trabalho como roceira. Moro aqui com meu marido e meu filho. Eu vim pra cá quando casei com o filho de Maria. Eu morei em Aracaju, mas vinha sempre aqui, porque meu avô morava aqui. Meu avô sempre me contava histórias dessa igreja, mas nunca quis me levar lá. Ele me contou que minha mãe chegou a ir à igreja quando estava grávida de mim. Tem um banco da igreja na casa do meu avô, ele pegou quando todo mundo estava pegando. Nunca fui até lá. Mas acho essa igreja estranha. Fica sempre coberta de mato. Nunca vi funcionando. Acho a capela importante sim para a comunidade. O Penha está no mapa, isso é muito legal. Eu quero contar para meu filho o que sei sobre a capela. É história. É uma igreja antiga que um dia foi muito bonita, onde teve missas e tem muita gente rica e pobre enterrada lá. A igreja é um ponto de referência para a comunidade. Tem muita gente que vem aqui para ficar tirando foto, uns turistas, estudantes... Meu avô contou que tem muita gente rica enterrada ali dentro, que tem até dente de ouro. Eu gostaria de ver a capela arrumadinha, seria bom todo mundo ver ela assim. Acho que podia funcionar com atividades nos dias que não tivesse missa. Atividades como o CRAS[149] faz. Com cursos que beneficiassem todos aqui na agricultura

[149] CRAS – Centro de Referência e Assistência Social – "é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF". Informações disponíveis em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>. Acesso em setembro de 2014.

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA 07	
Nome	Dona Maria
Idade	47
Data	27/08/2014
Local	Riachuelo/Sergipe
Nº do lote	U-3 e lote 16
Religião	Evangélica
Razão da entrevista	Indicação do líder do assentamento: por estar num lote distante da capela, por ser de religião evangélica e estar ali na comunidade desde o início.
Suporte	Foi utilizado o gravador do iPhone, arquivo no formato mp4.
Entrevistador	Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira
Principais Informações	Moro aqui há 29 anos. Meus pais são de fora do Estado, vieram de Pernambuco. Mas eu nasci aqui em Riachuelo e desde então moro aqui. Meu pai já era agricultor, eu cresci nesse meio. Aprendi a mexer na terra com meu pai, aos 13 anos eu já trabalhava. Cortava cana para a Usina Pinheiros. Quando casei vim morar aqui na comunidade. Só existiam cinco casas, era tudo muito escuro. A capela hoje está toda esburacada. Mas já teve até casamento ali. Quando cheguei aqui ainda tinha a escada de madeira e dava para subir até a torre. Mas já estava ficando estragada. Com o tempo foi piorando. Uns 3 ou 4 anos depois que casei, essa igreja começou a degradar. Eu fui batizada na Igreja. Antes de casar, eu era católica. Lembro-me das missas do Padre Padilha. Teve um dono da igreja que passou a máquina ao redor, derrubando tudo. Gosto muito da minha igreja, mas respeito a religião dos outros. Se voltar a funcionar, não me importo que seja uma igreja católica. Mas poderia ter cursos lá, em benefício da comunidade, nós também não temos uma sede para reuniões. Nós queremos nos qualificar, e ninguém traz nada para o campo. Tudo fica só na cidade. No início do assentamento era só uma estradinha e cinco casas. Um dos fundadores desse acampamento foi o Presidente do sindicato de Riachuelo. Ele ajudou muita gente a invadir terra em benefício da agricultura. Aos poucos tudo foi evoluindo. Aqui era um lote só, aí dividiram os lotes e nós nos organizamos em uma agrovila, com medo de assalto. O pessoal queria ficar mais perto um do outro. Se houvesse algum problema de saúde tinha quem socorrer. Foi uma forma de unir todo mundo.

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA 08	
Nome	Everaldo
Idade	40 anos
Data	09/09/2014
Local	Aracaju/Sergipe
Nº do lote	Lote 6 do outro lado do Rio (Malhador).
Religião	Evangélico
Razão da entrevista	Por ser líder comunitário, uma pessoa influente dentro da comunidade.
Suporte	Foi utilizado o gravador do iPhone, arquivo no formato mp4.
Entrevistador	Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira
Principais Informações	Vivo na comunidade desde pequeno. Nasci ali. Trabalho com agricultura e sou líder comunitário. Estou na batalha com a comunidade desde 1981, quando as terras passaram para uma cooperativa. Em 1995 criamos a associação. Meus pais sempre trabalharam fora, tudo o que plantavam lá era apenas cultura de subsistência. É uma obra histórica, pela sua beleza arquitetônica antiga tem papel fundamental na história do povo, todas as comunidades circunvizinhas. Eu conheço a capela desde pequeno. Ainda me lembro de assistir às missas. Nos dias de finados muitas pessoas iam lá acender velas, como um ritual, culto aos mortos. Desde 1993 que percebo esse arruinamento. Foi quando percebi que estavam furtando as portas, janelas... Começaram a mexer nos túmulos dentro da igreja. Todos tem um apreço muito grande pelo cemitério, mas não é só isso. É pela história que está contada ali e que a cada dia se perde mais, isso se já não se foi por inteiro. Tem a história de quem construiu, pois todos os donos estão enterrados ali. As datas das lápides eram uma forma de resguardar essa história. E agora os filhos daquela região não vão conhecer isso. A não ser que algo seja feito, como forma a reparar essa perda. A capela precisa ser restaurada, tem muita gente enterrada ali. Isso foi arrancado de nós. Ninguém pode sequer levar uma flor até o túmulo de um ente querido, porque um dos donos passou o trator por cima. Antes podia enterrar. Se depois não queria que ninguém se enterrasse lá, tinha que pelo menos preservar o que já estava lá. Foi uma falta de respeito. A própria igreja católica não tomou providências. O rio está quase morto por causa da pesca do camarão. O pessoal que pesca usa um carrapaticida que mata os peixes e polui a água que nós de toda a região bebemos. Eu já até fui denunciar, mas não deu em nada. A lagoa foi parcialmente aterrada pela COHIDRO quando veio construir o perímetro. A lagoa do Penha ficou dentro do lote empresarial. A lagoa do Penha era como uma mãe. Dava-nos o que comer e o que beber. Tinha um córrego que vinha do rio Jacarecica para a lagoa.

	Apesar de hoje eu ser evangélico, eu acho que a restauração da igreja seria um direcionamento para os jovens que estão no caminho errado. Já existem casos de usuários de drogas na comunidade, isso me preocupa. Drogas não é um problema só urbano, já chegou ao meio rural e ninguém faz nada por nós nesse sentido. A capela é importante pra mim, pois faz parte da minha história, afinal eu nasci ali. Ela é um marco referencial para a nossa comunidade. A capela poderia servir para várias utilidades nossas da comunidade. Hoje não se dá tanta importância ao jovem do campo. Como evitar o êxodo rural se não levam oportunidades pra lá? Nós precisamos de especializações. Nós trabalhamos com a terra e precisamos, por exemplo, a aprender a preservar o meio ambiente que nos fornece o sustento. Não são todos que têm alguma consciência. Gostaria muito de ver a capela restaurada e as pessoas tendo acesso à capela, parte da história sendo contada dentro dela – sobre as pessoas que estão enterradas dentro dela, como um museu. Lá sempre vão muitas pessoas, fotografar, pesquisar, turistas... E um museu seria uma atração. Os professores poderiam sair das salas de aula e levar os alunos lá. É interessante que a capela tenha o uso católico, mas é importante que integre a comunidade de alguma forma. Agregaria valor. Vejo uma grande possibilidade de crescimento com a restauração dessa capela. Nós da comunidade poderíamos recepcionar os visitantes, dar suporte com a venda de lanches e água, por exemplo. Poderíamos até vender mudas de plantas, como coentro por exemplo.

3.1.2. Análise e interpretação das entrevistas

As entrevistas mostram claramente que houve domínio do líder na escolha dos entrevistados e no acompanhamento das entrevistas, o que possivelmente inibiu a exposição de conflitos e divergências entre os entrevistados. Apesar disso, as informações obtidas foram analisadas por temas e organizadas a partir do cruzamento de informações e versões obtidas.[150]

Não houve, entre os entrevistados, manifestação negativa em relação à origem rural do assentamento e à manutenção do uso tradicional da terra naquele sítio. Para os entrevistados mais velhos a relação com a agricultura é uma forma de rememorar o passado, e, de maneira explícita, o líder comunitário enfatizou tanto a importância da manutenção da atividade rural na Colônia, como a necessidade de sua valorização por meio de oferta de cursos que capacitem os descendentes e moradores mais jovens para desenvolverem a agricultura com maior consciência ambiental.

A diferença entre as religiões dos entrevistados não influenciou nas respostas quanto à revitalização do uso católico da capela. Todos os entrevistados falaram da importância de resgatar o edifício como igreja e de que os cultos sejam retomados. Apesar disso, alguns moradores mostraram interesse de a edificação abrigar outros usos, inclusive cursos que beneficiem os moradores da comunidade. Falando sobre o problema, Everaldo (ficha 08) atribui à falta de oportunidades de qualificação nas proximidades da Colônia como motivação para o êxodo de moradores para áreas que oferecem maiores possibilidades.

Ao identificar o lote de cada morador entrevistado, se concluiu que a distância dos lotes em relação à capela não influencia a percepção da mesma. Ao contrário, os entrevistados indiscriminadamente distinguem a capela como elemento de referência da história da ocupação pela comunidade rural e da cultura religiosa de cada um, ainda que seja de forma comparativa.

Por outro lado, as relações dos moradores com a capela são proporcionais ao tempo em que cada um deles vive na área. Observou-se que os moradores que conheceram a capela conservada e ainda em uso, que nasceram na Colônia ou que moram há muito tempo na comunidade são os que têm maior vínculo com o bem, inclusive porque guardam memórias de missas e procissões.

---

[150] THOMPSON, *op. cit.*, 2013.

As respostas sobre origem dos entrevistados e motivação para a migração ou deslocamento para a área, não permitem uma conclusão sobre a ocupação da área. De um modo geral, os entrevistados têm vínculos com o sítio porque nasceram ali ou em área próxima ou porque se ligaram por casamento com moradores da Colônia.

Embora a capela não tenha sido diretamente referida como eixo de atração para a ocupação do sítio, é possível concluir que o edifício quando ainda em uso era espaço de referência para os católicos, nas missas e procissões, e para a comunidade próxima como um todo, por abrigar o cemitério mais importante da região. Além disso, a capela desempenhou papel de agregação da comunidade que se instalou na área, inclusive por balizar e aproximar os moradores que, juntos, se sentiam mais seguros.

O fato de a igreja ser lembrada como um campo santo, onde os antigos moradores do engenho foram enterrados, e de abrigar em seu entorno o cemitério para as pessoas de toda a redondeza, inclusive parentes dos moradores da Colônia, reforça o entendimento sobre o valor atribuído ao sítio da capela pelos moradores mais antigos. Essa condição, que agregava valor simbólico ao bem, embora tenha se perdido, ainda é importante nas lembranças, algumas dolorosas, que foram narradas durante as entrevistas. Para esses moradores, o direito de culto aos mortos lhes foi retirado, pois hoje não existe mais nenhuma lápide ou indicação dos túmulos de seus amigos ou parentes no entorno da capela.

Os entrevistados que conheceram a capela ainda funcionando, contam que o padre que costumava rezar as missas, o Pe. Antônio Padilha, também foi um dos proprietários da área do antigo engenho Penha. Contudo, não se encontrou confirmação dessa informação em nenhum dos documentos pesquisados.

Dentre as informações coletadas durante as entrevistas, uma das mais importantes foi a relativa à rotina de missas e procissões quando a capela ainda estava conservada. Ficou claro que a capela era usada com frequência para as atividades religiosas, demonstrando a sua importância, mesmo depois da decadência do engenho, para a comunidade que passou a morar em suas imediações.

Até a realização da entrevista com Dona Carmelita (ficha 02), não tinha sido possível perceber outros elementos no sítio, considerados importantes para os moradores da Colônia. Em seu depoimento, ela fez referência a local em que era possível pescar na área – “a diversão era sair do Tingui para ir pescar no Penha”. De acordo com Everaldo (ficha 08) existia uma lagoa no engenho Penha, formada por um córrego afluente do rio Jacarecica. Quando a COHIDRO construiu o perímetro irrigado, a lagoa ficou localizada dentro do lote empresarial e foi parcialmente aterrada. Essa entrevista possibilitou conhecer outro elemento

na área cujo uso foi desconsiderado na conformação do assentamento pela COHIDRO, neste caso com repercussão negativa do ponto de vista cultural e ambiental.

O que se pode concluir a partir da análise das entrevistas é que existe uma unanimidade quanto à importância da capela como referência de identidade individual e coletiva. De um modo geral, todos os entrevistados têm a expectativa de sua recuperação para reinserção do uso religioso. Por se tratar de uma edificação antiga, também foi apontada como importante elemento para uso turístico, que poderia, inclusive, reverter em insumos para a comunidade.

Apesar disso, pode-se suspeitar que a inexistência de conflitos e as expectativas comuns entre os entrevistados, resultem da influência do líder comunitário. Assim, percebe-se a necessidade de trabalhar mais profundamente a questão entre os moradores da Colônia.

Independentemente dessa necessidade, a partir das entrevistas é possível afirmar, tendo como orientação as ideias de Raffestin, que o programa de irrigação da região da Cotinguiba conduzido pelo Estado de Sergipe por meio da COHIDRO, hoje, está concretamente apropriado pelos moradores da Colônia Penha. Se os agentes públicos, ao elegerem o sítio, onde está implantada a Capela da Penha desde o século XVIII, como suporte do seu programa, desconheceram elementos referenciais para a memória e história dos habitantes da região, outro ator sintagmático, a população local, individual e coletivamente, concreta e abstratamente, territorializou o espaço da agrovila conjugadamente com os elementos ausentes do projeto oficial. Não poderia ser diferente, na medida em que para os moradores da Colônia Penha, o significado da capela extrapola os valores histórico e artístico atribuídos por outro agente público, o IPHAN. O valor por eles atribuído está vinculado às vivências que tiveram quando a capela estava em uso. Ou, de acordo com Massey (1994, p.184) o sentido daquele sítio, incluída a capela que o torna especial, foi construído "a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular".

É o entendimento desse *locus*, consideradas todas as territorialidades construídas como resultado de políticas públicas, de experiências particulares e coletivas, que poderá melhor apontar soluções para a preservação da Capela da Penha como elemento de identidade para a comunidade da Colônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta conclusão, vencidas as etapas da pesquisa conforme os recortes estabelecidos no plano inicial, propõe-se analisar se a questão que a norteou - **como preservar bens rurais tombados hoje inseridos em contextos diferentes de quando foram implantados**, e, no caso específico destacado, frente às novas apropriações de seus entornos por comunidades de assentamentos - pode ser respondida concretamente.

Como se constatou, as capelas rurais que sobreviveram à decadência de antigos engenhos em Sergipe não contam com definições sobre os limites das transformações em suas áreas de vizinhança. Assim, o caso da Capela da Penha não é um exemplo isolado na história da atuação da instituição federal no estado sergipano e, embora a evolução do conceito da visibilidade para o da ambiência tenha muita importância na historiografia institucional, no universo desta pesquisa não se verifica no estado ações que possam ilustrá-la.

A proposta da Superintendência do IPHAN em Sergipe de tratar do problema, mais de três décadas depois da instituição ter definido a importância de trabalhar com os bens tombados juntamente com seus entornos, parecia inexequível no início desta pesquisa. A escala territorial do sítio da Capela, a dúvida sobre como lidar com a nova estrutura fundiária e os novos atores no entorno da capela, pareciam ser questões difíceis de serem enfrentadas. Diante da demanda pela definição de uma área fisicamente determinada como entorno da Capela, chegou-se a avaliar a possibilidade de identificar os vestígios arqueológicos do antigo engenho para definir uma área de proteção/entorno da capela que garantisse a preservação dos elementos remanescentes do "quadrilátero rural" do antigo Engenho Penha.

A impossibilidade de se trabalhar com análises arqueológicas nesta pesquisa foi rapidamente constatada e levou-nos a buscar aplicar ferramentas do domínio do arquiteto, buscando-se compreender o que teria sido o antigo engenho com base em estudos comparativos sobre partido e forma de engenhos de cana no nordeste; relativos à ocupação dos engenhos na região; e voltados para a leitura da relação espacial atual da capela com a geografia do sítio. Os estudos desenvolvidos e o melhor conhecimento da área, entretanto, não permitiram conclusões quanto à uma área de entorno. Em vez disso, apontaram para a importância de se considerar que a definição da área de entorno da capela, precisava entender e valorizar a nova ocupação do sítio como o melhor meio de dar sentido à uma possível recuperação do bem tombado.

Os resultados das entrevistas com antigos e atuais moradores da Colônia da Penha possibilitaram que a análise da questão fosse acrescentada de informações até então desconhecidas. Apesar das condições em que as entrevistas ocorreram, todas acompanhadas pelo líder da colônia agrícola, concluiu-se que os vínculos existentes entre os moradores e a Capela da Penha são uma realidade, que acrescentam valor e justificam um projeto de restauração da capela com a reinserção do seu uso original. O sentimento de pertencimento do grupo àquele território que tem a capela como um elemento de referência histórico-religiosa e como um marco de referência identitária do processo de luta pelo acesso à terra aparenta ser concreto e verdadeiro.

Contudo, a recuperação dessa edificação só fará sentido se forem adotadas estratégias de conservação em que a comunidade tenha protagonismo, ou seja, em que as necessidades atuais de uso pelos moradores da Colônia sejam atendidas.

Os estudos até aqui apresentados indicam a possibilidade de que a delimitação do entorno da Capela da Penha seja uma forma de resgate histórico e afetivo e de afirmação coletiva. Para tanto, não se poderá deixar de considerar no estudo de entorno da Capela a identificação e inclusão na área do antigo cemitério, na sua parte posterior, e da lagoa, que se situa do lado direito da capela (oposto à Agrovila). Como ambos fazem parte de lotes empresariais pertencentes à COHIDRO, será indispensável prever negociações entre as instituições públicas envolvidas – IPHAN, a própria COHIDRO e Ministério Público – no sentido de ser avaliada a incorporação desses elementos à Agrovila da Penha. A identificação da área do antigo cemitério, tomadas todas as precauções pelo fato de hoje estar apropriada em parte dos lotes agrícolas, é tarefa que só poderá ser realizada com base em pesquisa arqueológica.

Considerando, entretanto, que o resgate dos vestígios do antigo cemitério, assim como a liberação de áreas de acesso público à capela, seja pelos atuais moradores da Colônia e outros fiéis ou visitantes, impactará parte dos lotes existentes, a ação de definição do entorno deverá considerar uma possível redefinição do desenho dos lotes envolvidos. Será indispensável, portanto, avaliar formas de compensação dos moradores envolvidos, na medida em que a ocupação irregular dessas áreas é resultado de erros das instituições envolvidas nos âmbitos estadual e federal.

O impacto de uma medida como essa de redefinição dos lotes rurais será menor quanto maior for a participação dos moradores da Colônia da Penha nas ações de conhecimento e definição do entorno e de restauração e revitalização da capela.

A experiência realizada neste estudo permite a afirmação de que, como a Capela da Penha, outros bens rurais tombados atualmente inseridos em contextos diferentes daqueles em que foram construídos podem ser recuperados e apropriados, ou "territorializados" nos termos de Raffestin. A condição para que isso seja possível parece ser a valorização das áreas em que esses bens estão implantados como espaços de referência e identidade tanto quanto os bens tombados. Ainda que as atuais populações envolvidas aparentem distanciamento ou desconhecimento dos valores protegidos por lei, não se poderá nunca deixar de buscar conhecer possíveis vínculos estabelecidos entre esses bens e seus vizinhos contemporâneos. Possivelmente, haverá casos em que a perda será irreversível, mas a afirmação dessa perda, total, só será legítima se resultar de ação de pesquisa que considere o bem no seu contexto atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHU. Arquivo Histórico Ultramarino. **Requerimento do licenciado, Ventura Rabelo Leite de Sampaio, à Rainha [D. Maria I] pedindo licença para erguer uma igreja no seu engenho da Penha na Capitania de Sergipe d'El Rey**. Inventário nº 447, caixa 08, documento nº 33. Sergipe d'El Rey, 22 de janeiro de 1784. Disponível em: <http://siarq.iict.pt/pagman/pman001.asp>. Acesso em 5 de abril de 2013.

AMADO, Maria Zélia Alves. **O trabalho da mulher nos agroecossistemas: um estudo no Projeto de Assentamento Dandara – Malhador (SE).** Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Estudos em Recursos Naturais da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História – este exemplar corresponde à redação final defendida e aprovada pela comissão julgadora em 29/10/07. Salvador, 2007.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste Açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993. N

_____. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVIM, Sandra Poleshuck de Faria. **Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC- IPHAN/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, volume 2, 1999.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

_____. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elayne Lins (org.). **Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, IAB, 2013. Coleção Arquimemória, vol.2.

BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Tradução por Glória Lúcia Nunes, revisão por Mário Barata: *L' Architecture Religieuse Baroque au Brésil*; c.1956. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983, vol. 1 e 2.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35ª ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, art. 129, item III, p.82.

_____. **Decreto nº 1.946: Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Brasília, 28 de junho 1996.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Decreto-Lei nº 25: Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937.

_____. **Programa de Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>. Acesso em: 05/05/2014.

CALABRE, L. **Políticas Culturais no Brasil: História e Contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p.143-193.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. *Topoi*. Rio de Janeiro; v. 4, n.7, jul.-dez.2003, p. 313-333.

COHIDRO. **Ofício nº646, informando ao IPHAN/SE que aceita fazer uma parceria com a instituição e solicita a certidão de tombamento da Capela da Penha.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 7 de agosto de 2001.

_____. **Ofício nº215, ao IPHAN/SE, solicita a legalização e meios para efetuar a parceria com a instituição, visando a restauração, fiscalização e preservação da Capela da Penha em Riachuelo.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 8 de abril de 2002.

_____. **Perímetro de Irrigação Jacarecica II em Riachuelo/SE**. Disponível em: http://www.cohidro.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=45. Acesso em: 28/03/2014.

_____. **Termo de Autorização de Uso**. Termo emitido com o consentimento do Conselho Administração da COHIDRO, Resolução nº2/2012, em 11 de janeiro de 2012. In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju/SE, 11 de setembro de 2012.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Artshow Books, 2ª ed., 1989.

DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal em Sergipe**. Coleção Estudos Brasileiros, volume 47. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DEAGRO/DEHIDRO/FETASE/INCRA/SEAGRI/MST. **Relatório Final – Federalização do Projeto de Jacarecica II – Comissão especial Portarias 78/07 e 84/07**. Aracaju, setembro de 2007.

DOU. Diário Oficial da União. **Retificação referente ao número de famílias reconhecidas pelo INCRA**. Seção 1, p. 43, 05/08/2004.
_____. **Retificação referente ao número de famílias reconhecidas pelo INCRA**. Seção 1, p. 72, 11/06/2010.

_____. **Portaria n.º 0022 de 26 de setembro de 2002**. Seção 1. p. 87, 02/10/2002.

DOURADO, Auceia Matos; VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Identidade e pertencimento nos assentamentos rurais de Sergipe**. Universidade Federal de Sergipe – UFS, Pró-Reitoria DE Pós-Graduação e Pesquisa – POSGRAP, Programa de Pós-Graduação em Geografia – NPGEO. "30 Anos de Contribuição à Geografia". São Cristóvão, 29 e 30 de agosto de 2013.

FEITOSA, Cid Olival. **Economia Sergipana: origem e desenvolvimento**. Enciclopédia virtual. Item 1.3.1 – As primeiras atividades industriais de Sergipe: açúcar e têxteis – p.30-34. S/d. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1244/primeiras-atividades-industriais-sergipe.html#_ftn1>. Acesso em 18 de novembro de 2014.

FETASE. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe**. Disponível em: http://fetase.org.br/. Acesso em: 27/05/2014.

FREIRE, Felisbelo. **História Territorial de Sergipe**. SEC/FUNDEPAH: Aracaju, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 51ªed., 2006.

_____. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2004.

FILHO, Laércio Souza Santana; et al. **Análise do espaço geográfico da sub-bacia do rio Cotinguiba – Sergipe – Brasil**. Universidade de São Paulo: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005.

GOMES, Geraldo [da Silva]. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

IBPC. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **Ficha de Inspeção de Bem Cultural Tombado: Capela da Penha em Riachuelo/SE**. Relatado por Eduardo Furtado de Simas. In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. 10 de outubro de 1993.

ICOMOS/ICAHM. **Carta de Lausanne: proteção e gestão do patrimônio arqueológico**. Lausanne, 1990.

IGHS. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; municípios do estado de Sergipe – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/IGHS**, s/d, p. 428-433.

INCRA. **História da Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagraria_historia>. Acesso em: 30 de julho de 2014.

_____. **Assentamento**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 05/09/2014.

IPHAN. **Cadernos de Estudos do PEP – Cronologia e Bibliografia das Práticas de Preservação**. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Rio de Janeiro, maio de 2006.

_____. **Caderno de Pesquisa e Documentação do IPHAN 5 – Programa de Gestão Documental do IPHAN / Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência.** Francisca Helena Barbosa Lima e Zulmira Canário Pope (orgs.). Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008. In: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3819. Acesso em 18 de novembro de 2014.

_____. **Inventário do Patrimônio Cultural do Ciclo da cana-de-açúcar no Estado de Sergipe: pesquisa histórica**. Volume I e II. Aracaju, 2009.

_____. **Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba**. Volume I e II. Aracaju, 2010.

_____. **Ofício nº83, em resposta ao ofício nº558/2000, informando que as Capelas da Penha (Riachuelo/SE) e Jesus Maria e José (Laranjeiras/SE) tem sido vistoriados regularmente.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 10 de outubro de 2000.

_____. **Ofício nº100, em resposta ao ofício nº743/2000 informa que não houve restauração integral ou parcial das Capelas da Penha (Riachuelo/SE) e Jesus Maria José (Laranjeiras/SE), no período de 1995 a 2000.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 29 de novembro de 2000.

_____. **Ofício nº27 ao MPF, informando que a Capela da Penha deve ser restaurada pelo novo proprietário (COHIDRO) e quanto ao disposto no art.13 do DL25/37 informa que já foi solicitado o pronunciamento da procuradoria jurídica do IPHAN em Brasília**. In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 22 de março de 2001.

_____. **Ofício nº27, à COHIDRO, informando que para viabilizar a parceria entre os órgãos, sugere inicialmente uma visita à Capela da Penha em Riachuelo.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 9 de abril de 2002.

_____. **Ofício nº22, ao MPF, informando a situação da parceria com a COHIDRO e que foi feita a vistoria prevista na Capela da Penha; a partir da qual foi firmado um acordo com a mesma.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 8 de abril de 2003.

_____. **Ofício nº136, à Promotoria de Justiça de Riachuelo, informando que será feita a visita técnica solicitada**. In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem

número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 19 de maio de 2008.

_____. **Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Informações disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=1020&retorno=paginaIphan>. Acesso em 23 de novembro de 2014

_____. **Processo nº 01504.000585/2010-30, relativo aos projetos executivos** da Igreja Matriz de Santo Amaro, em Santo Amaro das Brotas, **da Capela do Engenho da Penha, em Riachuelo,** da Capela do Engenho Jesus Maria José, das Igrejas do Senhor do Bonfim de São Benedito e Matriz do Sagrado Coração de Jesus, em Laranjeiras/SE. Aracaju, 30 de abril de 2010.

_____. **Projeto Básico: Estabilização e o Reforço Estrutural com Salvaguarda de Vestígios Arqueológicos/Históricos da Capela do Antigo Engenho Penha em Riachuelo/SE**. Superintendência do IPHAN em Sergipe, maio de 2014.

IPHAN-SE/AL. **Diagnóstico/Prognóstico – para restauração do Monumento: Capela do Engenho Penha – Zona rural de Riachuelo/SE**. In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. 8ª Superintendência Regional do IPHAN - SE/AL, novembro de 2003.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Um Balanço da Luta pela Terra em Sergipe – 1985/2005**. Professor do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS / Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ, s/d.

_____; et al. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite (orgs.). Porto Alegre. Rio de Janeiro: UFRGS/ CPDA, 1999, p.161-196.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 1999, p.35.

LYRA, Cyro Corrêa. **A importância do uso na preservação da obra de arquitetura**. Revista do programa de pós-graduação em artes visuais, EBA, UFRJ, 2006.

Massey, Doreen. **Space, place and gender**. *Oxford: Polity*, 1994, p.177-185. Tradução de Pedro Maia Soares. Originalmente publicado em: MASSEY, Doreen. "A global sense of place". *Marxism Today*, junho de 1991, p.24-29.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. **Filosofia política da espacialidade: algumas considerações**. Artigo traduzido a partir de: Massey, D. 1999. Power-Geometries and the Politics of Space-Time (Hettner-Lecture 1998). Heidelberg: Departamento de Geografia da Universidade de Heidelberg. Tradução: Rogério Haesbaert. GEOgraphia , Ano. 6, nº 12, 2004.

MAYER, Vilmar Francisco. **Aspectos Gerais da Arquitetura Colonial Baiana**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs. ARQtexto 3-4, 2003, p.144-153. Acesso em 29/05/2014.

MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória**. Publicação nº31: Brasília, 1980.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano.** In: MORI, Victor Hugo; et al. (orgs.). Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9ª. SR/IPHAN, 2006. p.35-76

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Série Pesquisa e Documentação do IPHAN/MINC. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: FUNDESC, 1986.

MOURA F., Maria Berthilde. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial: uma miscigenação de formas e fazeres**. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. MNEME – Revista de Humanidades. UFRN, Caicó (RN), v. 9, n. 24, setembro/outubro, 2008.

MPF. **Ofício/PR/CJ/SE nº558, solicita que a Superintendência do IPHAN/SE informe acerca da restauração, preservação e conservação das Capelas da Penha (Riachuelo/SE) e Jesus Maria José (Laranjeiras/SE), ao Iphan/SE.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 29 de setembro de 2000.

_____. **Ofício/PR/CJ/SE nº743, solicita que a Superintendência do IPHAN/SE informe se houve restauração, parcial ou integral, das Capelas da Penha (Riachuelo/SE) e Jesus Maria José (Laranjeiras/SE), no período de 1995 a 2000.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 28 de novembro de 2000.

_____. **Ofício GAB/PRR/GGM nº28, acusando o recebimento do Ofício 005 do dia 08 de janeiro de 2001; solicitando informes sobre possível restauração da Capela da Penha; e sobre medidas cabíveis acerca do disposto no art.13 do DL25/37.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 6 de março de 2001.

_____. **Ofício GAB/PRR/GGM nº137, solicita informação à COHIDRO sobre uma possível parceria com o IPHAN e a Prefeitura Municipal de Riachuelo, visando a restauração e conservação da Capela da Penha.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 20 de julho de 2001.

_____. **Ofício GAB/PRR/GGM nº139, solicita à COHIDRO a proteção, restauração, preservação e fiscalização da Capela da Penha em Riachuelo.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 20 de julho de 2001.

_____. **Ofício GAB/PRR/GGM nº24, ao IPHAN/SE, referente à implementação ou não das parcerias com a COPHIDRO e a Prefeitura Municipal de Riachuelo.** In: arquivo da

Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 25 de janeiro de 2002.

_____. **Ofício GAB/PRR/GGM nº54, ao IPHAN, solicitando informações acerca do contido nos Ofícios 139/2001, 272/2001.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 3 de abril de 2003.

_____. **Ofício GAB/PRR/GGM nº154, ao IPHAN, solicitando informações sobre a conservação/restauração da Capela da Penha.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 4 de julho de 2003.

_____. **Ofício GAB/PRR/GGM nº180, ao IPHAN, solicitando informações sobre a conservação/restauração da Capela da Penha.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 28 de agosto de 2003.

_____. **Ofício GAB/PRR/GGM nº226, ao IPHAN, solicitando informações sobre a conservação/restauração da Capela da Penha.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 26 de setembro de 2003.

_____. **Ofício nº137, da Promotoria de Justiça de Riachuelo ao IPHAN/SE, solicita um estudo técnico para avaliação do valor histórico e cultural do engenho Penha em Riachuelo.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 25 de abril de 2008.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: http://www.mst.org.br/. Acesso em: 27/05/2014.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. **Sergipe Provincial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Sergipe Provincial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe; 2006.

_____; SANTOS, Lourival Santana (orgs). **Inventário de Documentos Manuscritos avulsos referentes a Capitania de Sergipe (1619 - 1822) existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU)**. Ensino Secundário e Sociedade Brasileira. 2a. edição, UFS, 1999. Disponível em: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc022/CU-Sergipe.pdf>. Verificar

NUNES, Verônica Maria Meneses. **Glossário: Termos sobre Religiosidade**. Aracaju: Tribunal de Justiça; Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, capítulo 7,8,9 e 10 - p.66 a 184.

OLIVEIRA, Belchior. **Comunicado do antigo proprietário da Capela da Penha ao Ministério Público Federal, recebido dia 12 de dezembro de 2000, em resposta ao Ofício PR/CJ/SE nº742 de 28 de novembro de 2000; informando que a propriedade foi desapropriada pela COHIDRO.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 12 de dezembro de 2000.

PAULA, Eurípedes Simões de (org.). **A Propriedade Rural**. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: Coleção da Revista de História, v. II, 1976.

PEREIRA, Julia da Rocha. **Sobrepondo Valores: A Construção do Território de Igarassu-PE.** Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2012.

PROFER/IPHAN. **Ofício nº170, à Superintendente do IPHAN/SE, informando que solicitou ao proprietário da Capela da Penha, medidas cabíveis à conservação da edificação.** In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 18 de junho de 2004.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais – o tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, p.143 - 220.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 2007.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Extinção de aldeamentos e resistência indígena em Sergipe: 1840-1860.** Trabalho Apresentado no Simpósio Temático "Os Índios e o Atlântico", XXVI. Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

SANTOS, Wesley Alves dos. **Ocupação e Dinâmica Socioambiental da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Cotinguiba-SE**. Programa Regional de desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA. Universidade Federal de Sergipe – UFS. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Cristovão/SE, 2012.

SPHAN. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Notificação nº497, aos Senhores Irmãos Leite Franco, na data de 15-01-1942, pelo diretor do SPHAN.** In: Arquivo Central do IPHAN/RJ, processo nº308-T-42; I.P.H.A.N/D.E.T.; Seção de História.

_____. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Aviso de recebimento da notificação nº497, ao SPHAN, na data de 18-01-1942, pelos Irmãos Leite Franco**. In: Arquivo Central do IPHAN/RJ, processo nº308-T-42; I.P.H.A.N/D.E.T.; Seção de História.

_____. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Notificação nº497-A, aos Irmãos Leite Franco, na data de 3-02-1943, pelo diretor do SPHAN**. In: Arquivo Central do IPHAN/RJ, processo nº308-T-42; I.P.H.A.N/D.E.T.; Seção de História.

_____. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Aviso de recebimento e Anuência do Tombamento, em resposta à Notificação nº497-A do SPHAN, na data de 3-02-1943, pelos Irmãos Leite Franco**. In: Arquivo Central do IPHAN/RJ, processo nº308-T-42; I.P.H.A.N/D.E.T.; Seção de História.

_____. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Certidão de Tombamento da Capela do engenho Penha em Riachuelo**. In: Arquivo Central do IPHAN/RJ, processo nº308-T-42; I.P.H.A.N/D.E.T.; Seção de História.

SPHAN/FNPM. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional Pró Memória. **Ofício nº433/nº434, ao coordenador e ao diretor do P.C.H, encaminhando do Projeto de Obras Emergenciais da Capela do antigo engenho Penha em Riachuelo**. In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Salvador, 15 de junho de 1981.

_____. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional Pró Memória. **Relatório de inspeção dos monumentos tombados em Sergipe (1984/1985).** Inspeção realizada no município de Riachuelo/SE, na Capela da Penha, relatada por Eduardo Furtado de Simas. In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Salvador, 17 de janeiro de 1984, p.06.

_____. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional Pró Memória. **Ofício nº23 de 6 de abril de 1987, referente ao estado de conservação da Capela da Penha em Riachuelo/SE**. Relatado e enviado por José Wellington Costa (arquiteto da 5ª DR da SPHAN/FNPM do escritório em Sergipe) ao proprietário Belchior Oliveira. In: arquivo da Superintendência do Iphan em Sergipe, processo sem número, caixa sem identificação, referente à Capela da Penha em Riachuelo/SE. Aracaju, 1987.

THOMPSON, Analúcia (org). **Entrevista com Judith Martins. Memórias do Patrimônio 1**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009, p.28.

_____. **Memória e oralidade: o uso de fontes orais. Arquivo de aula em Power point, referente ao 1º módulo de aulas PEP/Mestrado Profissional – 2ª parte, turma 2012**. Maio de 2013.

TRF. **Tribunal Regional Federal – 5ª Região: Bens Públicos – Domínio Público – Administrativo**. Apelação Cível AC558575-SE, autuado em 28 de maio de 2013. Órgão: Primeira turma. Processo Originário nº 00049240620114058500 – Justiça Federal – SE. 1ª Vara Federal de Sergipe. Informações disponíveis em: <http://www.trf5.jus.br/cp/cp.do>. Acesso em 23 de novembro de 2014.

GLOSSÁRIO[151]

Adobe: tipo de barro cru composto de argila e areia em pequena quantidade. O tijolo de adobe é um paralelepípedo que difere do tijolo comum por não ser cozido ao forno.

Adro: espaço que fica à frente da Igreja, podendo ser murado ou cercado.

Água de telhado: superfície plana e inclinada, que vai da cumeeira até o beiral do telhado, por onde correm livremente as águas pluviais. Um telhado pode ter várias águas: uma, duas, três, quatro, etc.

Alpendre: telhado suportado por duas colunas em vãos de acesso. Cobertura ao redor de uma edificação ou apenas na parte frontal, com aberturas sucessivas de vãos em arcada.

Altar-mor: parte principal de uma igreja que fica no fundo do templo religioso. Altar principal, onde se destaca o santo padroeiro e, onde fica o altar, uma mesa com objetos de celebração das missas.

Arcada: sucessão de arcos de um recinto, podendo ser uma abertura em janela ou porta, normalmente livre de qualquer tipo de vedações.

Arco cruzeiro: arco de portada que fica entre a capela-mor e a nave central de uma Igreja.

Asna: parte do engradamento do telhado. Faz a sustentação do telhado junto à tesoura.

Assoalho: ou soalho. Piso em madeira de tábua corrida, suportado por barrotes.

Avarandado: varanda.

Bandeira: caixilho, fixo ou móvel, situado na parte superior de portas e janelas, com função de iluminação e ventilação de ambientes.

Barroco: estilo arquitetônico de composição plástica inovadora; com grande valorização das formas, volumes e elementos decorativos; com distintas expressões no Brasil.

Barrotes: grandes peças de madeira que sustentam os assoalhos (soalhos) em edificações antigas.

Batistério: nas igrejas, onde fica a pia batismal.

---

[151] Para este glossário foram utilizadas quatro fontes:
ALVIM, Sandra Poleshuck de Faria. Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC- IPHAN/Prefeitura do Rio de Janeiro, volume 2, 1999.
AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. Engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.
NUNES, Verônica Maria Meneses. Glossário: Termos sobre Religiosidade. Aracaju: Tribunal de Justiça; Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, 2008.
CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Dicionário da arquitetura brasileira. São Paulo: Artshow Books, 2ª ed., 1989.

Beiral: parte do telhado (final) saliente às paredes edificação, que possui função de melhor escoamento das águas pluviais.

Cachorro: elemento que sustenta o beiral de telhados, pisos de sacadas ou balcões. Essa peça pode ser encontrada em pedra ou madeira em balanço e, normalmente, sua forma é bem trabalhada.

Caibro: peça de madeira que forma o engradamento do telhado; normalmente possui seção retangular ou circular (caibro roliço).

Calha: é um elemento que completa a cobertura (telhado) em forma de canal ou sulco, possui função de facilitar o escoamento das águas pluviais, direcionando-as a algum recipiente ou em queda livre.

Cantaria: a palavra deriva de *canthus* (aresta); pedra canteada; "esculpida"; é um ofício realizado pelo Canteiro. As pedras normalmente utilizadas para esse ofício são a pedra lioz, o calcário, o mármore, a pedra sabão, o arenito, entre outras.

Capela-mor: ambiente seguinte à nave central, onde fica o altar-mor.

Cercaduras: molduras externas de janelas ou portas.

Cimalha: arremate, acabamento. Elemento decorativo de fachadas de edificações, que normalmente fica próximo á platibanda ou telhado.

Coluna: elemento de sustentação estrutural, podendo aparecer com ornamentações.

Conversadeira: elemento que fica um pouco abaixo do peitoril de janelas, em alvenaria, servindo como bancos.

Cornija: elemento de acabamento de platibanda composto por frisos em relevo.

Coro: fica no pavimento superior da igreja (com acesso lateral), acima da entrada principal, na nave central; normalmente formado por um assoalho em madeira sustentado por barrotes; local onde ficam os músicos da igreja. De acordo com Nunes (2008, p.42), antes da renascença, este elemento fazia parte do altar-mor, onde ficavam os frades, monges e membros do colegiado; somente depois foi deslocado para o fundo da igreja, ficando sob a porta principal.

Coroamento: arremate de um local imponente num edifício. Nas igrejas, normalmente, o coroamento fica no acabamento das torres, funcionando também como elemento decorativo.

Corpo da igreja ou nave: parte central e mais ampla de uma igreja, entre a porta principal e a capela-mor, lugar reservado ao público.

Cruzeiro: formado por uma base e uma cruz grande, erguido à frente de igrejas (nos adros), cemitérios, praças.

Cumeeira: é a parte mais alta do telhado, onde há o encontro de todas as águas, possui acabamento em telhas.

Cunhal: “aresta viva” que forma uma quina. Aparece nas edificações antigas como uma aresta entre dois panos lisos, podendo se repetir ao longo de uma fachada, por exemplo. Muito encontrado em cantaria ou alvenaria de pedra.

Curvilíneo: forma curva suave.

Edícula: pequena construção que completa a edificação principal, destinada às lavanderias, banheiros e outros serviços; normalmente situada na parte posterior.

Embasamento: base, apoio. Pavimento correspondente ao porão em casa antigas. Em igrejas, faz parte da base de um cunhal.

Empena: área de parede em forma triangular, em coberta de duas águas, situada acima da altura do beiral.

Engradamento: conjunto de peças de madeira que formam o telhado.

Entablamento: conjunto de molduras de ornamentação da fachada de uma edificação antiga.

Estratigrafia (prospecção pictórica): técnica que estuda as camadas de tinta de objetos, paredes, esquadrias, etc.; visando a verificação de cores ou pinturas originais para restauração.

Estuque: argamassa de revestimento à base de cal, que pode ser aplicada em forros ou em paredes. Mais conhecido como “forro em estuque”, que se trata de um elemento decorativo encontrado em edificações antigas.

Friso: elemento decorativo de acabamento; que compõe as cimalhas, forros, beirais, entre outros.

Frontão: adorno decorativo das fachadas; apresenta-se de diversas formas, mas normalmente é triangular. Fica enquadrado pelas torres sineiras.

Galeria: ambientes extensos, compridos, como um corredor largo.

Gelosia: tipo de treliça em madeira, geralmente utilizada em guarda-corpo ou esquadria, com função de dificultar a visibilidade interior.

Lápide: pedra que recobre ou indica a presença de túmulos, com inscrição de nascimento e morte em memória de alguém.

Nave: espaço que fica no interior da igreja, e vai da porta principal até o arco cruzeiro.

Neoclássico: estilo arquitetônico inspirado na ordem clássica greco-romana.

Óculo: adorno vazado com função principal de visibilidade; contudo, permite iluminação e ventilação; e ainda, possui diversas formas (circular, ovalada, floral, entre outras).

Platibanda: moldura que fica ao redor do telhado, contornando uma edificação (ou parte dela), permitindo acabamento e escondendo os telhados; nela, se fixa a calha.

Pia Batismal: encontrada em templos religiosos, no batistério. Fica apoiada na parede ou em pequena coluna.

Presbitério: termo usado para designar uma residência paroquial, a capela-mor ou a igreja da paróquia. Pode ser também, o espaço que fica entre o altar-mor até as grades que o separam do corpo da igreja.

Púlpito: tribuna lateral elevada, com uma cabine aberta para a nave central; possui acesso pelo pavimento superior ou escada ao lado. Lugar onde o sacerdote prega.

Retábulo: altares laterais localizados na nave central, localizado nos cantos da parede onde fica o arco-cruzeiro.

Romaria: peregrinação religiosa a um lugar santo, como uma procissão, onde fiéis ou penitentes se deslocam até este lugar, como um ato de devoção.

Sacada: volume aberto que fica saliente à parede, normalmente em balanço (sem apoios).

Sacristia: ambiente que ficam guardados objetos valiosos da igreja e, onde os sacerdotes vestem os hábitos sacerdotais.

Saibro: Areia grossa, de cor avermelhada ou amarelo-escura, usada em argamassas de cal ou bastardas.

Sineiras: abertura nas torres ou paredes de igrejas, onde ficam os sinos.

Sobrevergas: adorno decorativo que fica acima das vergas de portas e janelas.

Terça: viga paralela à cumeeira com função de apoio estrutural dos caibros.

Tesoura tipo caibro armado: estrutura triangular que sustenta todo o engradamento de caibros, ripas e telhas de um telhado e fica apoiada nas paredes. Este tipo de tesoura é formada por caibros de seção maior e uma linha suspensa (peça em madeira, reta ou curva – a depender do tipo de forro – centralizada, entre os dois caibros).

Torres bulbosas: tipo de torre com acabamento superior em forma arredondada.

Treliça: armação em madeira, metal, ferro, ou qualquer material, com peças dispostas de forma cruzada, com cheios e vazios. Usada em vedações de janelas por exemplo.

Tribuna: janelas voltadas para a nave central, reservadas para autoridades e pessoas importantes. O acesso é feito pelo pavimento superior.

Vergas: acabamento superior de um vão (portas ou janelas), podendo ser: retilínea, curvilínea ou em arco pleno.

Voluta: ornado com forma de espiral, podendo ser reentrante (voltada pra dentro) ou saliente (voltada pra fora).

ANEXO 1

*

Requerimento de pedido de licença para erguer uma Igreja no engenho Penha na Capitania de Sergipe del Rey.

*

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

CONSELHO ULTRAMARINO

BRASIL — SERGIPE

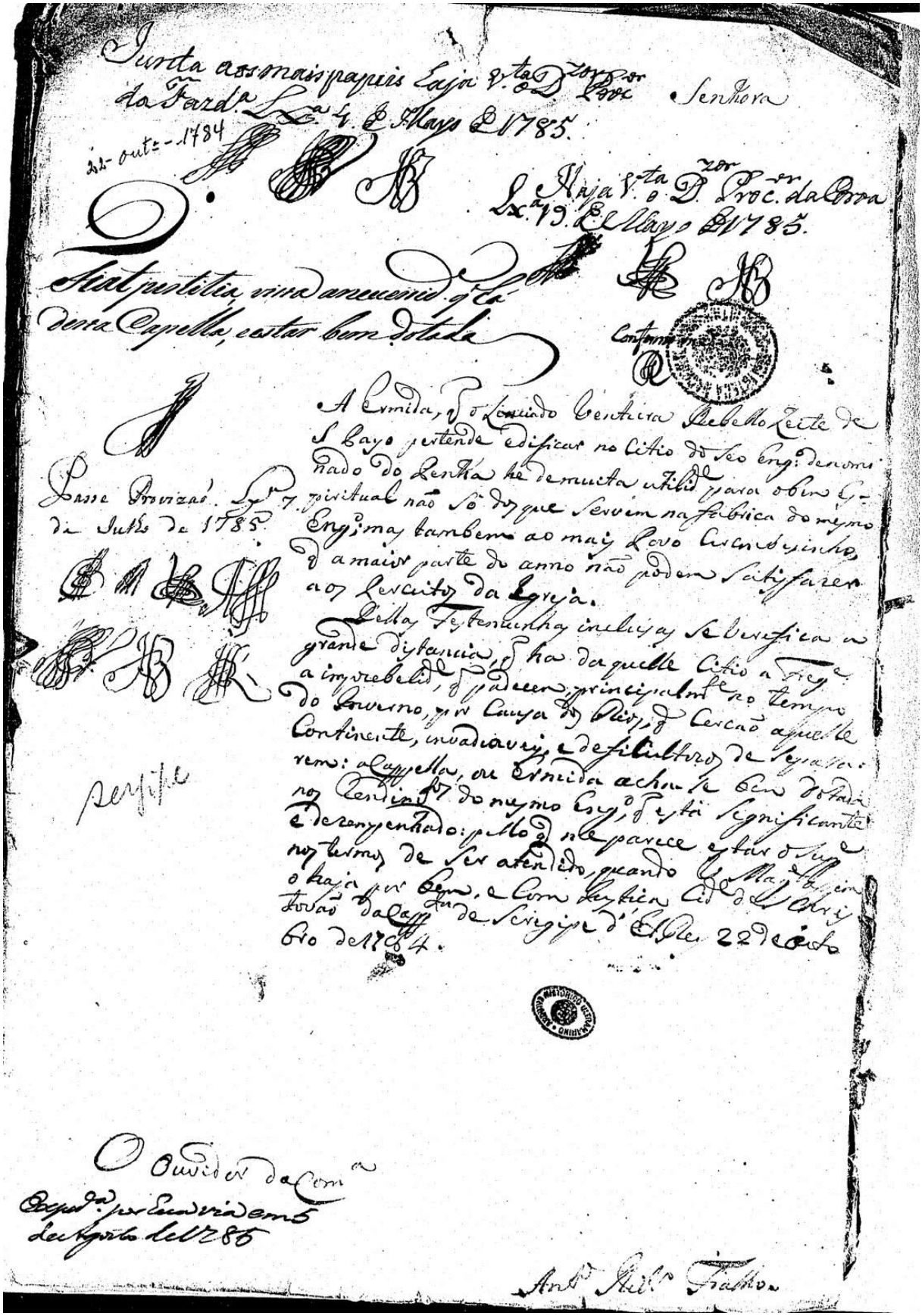
1784

JANEIRO 19

Nº Inventário: 447 Caixa: 08 Documento Nº : 33
Ano de Emissão:[Ant.1784] Mês de Emissão: janeiro Dia da Emissão:22
Local da emissão: [Sergipe del Rey]
Ementa do documento: Requerimento do licenciado Ventura Rabelo Leite de Sampaio, à Rainha[D. Maria I] pedindo licença para erguer uma igreja no seu engenho da Penha na Capitania de Sergipe del Rey (Anexos: 6 docs).

Caixa 6 Doc. Nº 447

CTAN: Cx. 8, D. 33



Junta aos mais papeis Loja q.ta D.or Proc.or do Senhora
da Fazd.a Lx.a 4. de Maio de 1785.
22- out.- 1784

Loja q.ta D.or Proc.or da Coroa
Lx.a 19. de Maio de 1785.

Seja pertencia minha anuencia de se
dezer Capella, estar bem dotada

Conforme

A Irmida, q.o Lourenço Cardoso Rebello Leite de
Sayo pertende edificar no Citio do seo Eng.o denomi
nado do Lenta he denuncia util para obras q.
Lasa Provizaõ. Lx.a 7. espiritual não só porque servem na fabrica do mesmo
de Julho de 1785. Engenho tambem ao mais Povo circunvizinho,
q a maior parte do anno não podem satisfazer
ao percalço da Igreja.
Pella Extensaõ que ha daquelle Citio a Igr.a
a imprabelidade q offerecem principalm.te no tempo
do Inverno, por cauza do Rio, q cercaõ aquelle
Continente, inundando-o, e dificultando de sorte
rem: a Capella, ou Ermida achou-se bem dotada
no Citio q do mesmo Eng.o e sita significante
e desenvolvido: pello q lhe parece q taes cir
cunstancias de ser atendido, quando S. Mag.de assim
o haja por bem, e com declaraçaõ q de Ordi
naria da Cidade de Sergipe d'El Rey 22 de Out.
bro de 1784.

O Ouvidor da Com.ca
Respd.e por Ensaviada em 5
de Agosto de 1785

Ant.o Alv.es Franco

ANEXO 2

*

Planta Baixa do Projeto de Irrigação Jacarecica II – COHIDRO (1997)

*

ANEXO 3

*

Planta Baixa do Loteamento da Agrovila da Colônia Penha

*